



Sub-Bacia do Alto Jaguaribe



Bacia do Rio Coreaú



Bacia do Litoral



Bacia Metropolitana

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO CEARÁ



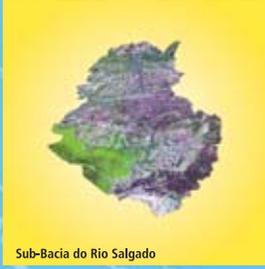
Bacia do Rio Parnaíba



Sub-Bacia do Baixo Jaguaribe



Bacia do Rio Acaraú



Sub-Bacia do Rio Salgado



Sub-Bacia do Rio Banabuiú



Bacia do Rio Curu



Sub-Bacia do Médio Jaguaribe

**PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO DOS COMITÊS
DE BACIAS HIDROGRÁFICAS
DO ESTADO DO CEARÁ
2004/2005**

2006

Gestão Atual



Cid Ferreira Gomes
Governador

Cesar Augusto Pinheiro
Secretário dos Recursos Hídricos

Daniel Sanford Moreira
Secretário-Adjunto dos Recursos Hídricos

Fernando César Cidrão Guedes
Secretário-Executivo dos Recursos Hídricos

Régis Gonçalves Pinheiro
Assessor Jurídico

Sandra Costa de Miranda
Coordenadora Administrativo-Financeira

Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará
Diretora-presidente: **Francisco José Coelho Teixeira**

Superintendência de Obras Hidráulicas do Estado do Ceará
Superintendente: **Leão Humberto Montezuma Santiago Filho**

Coordenação do Documento

Adamir Barbosa Lima Filha (Eng^a Agrônoma)

Equipe Técnica de Elaboração do Documento

Adamir Barbosa Lima Filha (Eng^a Agrônoma)

Antônio Martins da Costa (Eng^o Agrônomo)

Marcelo Colares de Oliveira (Arquiteto)

Maria Mires Marinho Bouty (Assistente Social)

Ubirajara Patrício Álvares da Silva (Eng^o Agrônomo)

Colaboradores

Goretti de Fátima Ximenes Nogueira (Geóloga)

Milena Luna Bezerra (Cientista Social)

Maria Eliane Sampaio Cortez (Arquiteta)

Ana Christine de Araújo Campos (Geógrafa)

João Batista Coelho Neto (Assistente)

Assessoria de Marketing

Rebeca Dias Bruno (Publicitária)

Bruno da Ponte Guerra (Publicitário)

Geoprocessamento

Albeniza Barbosa Cavalcante (Geógrafa)

Ms. João Silvío Dantas de Moraes (Geógrafo)

Ms. José Alves Carneiro Neto (Eng.^o Civil)

PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DOS CBHs

Coordenação

Antônio José Câmara Fernandes (Engº Mecânico) - Coordenador de Gestão dos Recursos Hídricos da SRH

Participação

Comitês de Bacias Hidrográficas do Ceará – CBH:

CBH Acaraú
CSBH Alto Jaguaribe
CSBH Baixo Jaguaribe
CSBH Banabuiú
CBH Curu
CSBH Médio Jaguaribe
CBH Metropolitanas
CSBH Salgado

Equipes de apoio da COGERH

Gerências Regionais das Bacias Hidrográficas / Núcleos de Gestão

Berthyer Peixoto Lima / Antônio Treze de Melo Lima / Márcia Soares Caldas – Gerência das Bacias Hidrográficas Metropolitanas

Francisco de Almeida Chaves / Marcos André Lima da Cunha e Tereza Maria Ximenes Moreira - Gerência das Bacias Hidrográficas do Baixo e Médio Jaguaribe

José Haroldo Nogueira Peixoto / Maria de Fátima Oliveira - Gerência da Bacia Hidrográfica do Banabuiú

Maria Margarida Pereira da Silva / Celineide N. Pinheiro - Gerência da Bacia Hidrográfica do Alto Jaguaribe

José Yarley de Brito Gonçalves - Gerência da Bacia Hidrográfica do Salgado

Fernando Genipo Câmara Fernandes / Regina dos Santos Nobre - Gerência das Bacias Hidrográficas do Curu e Litoral

Vicente Lopes Frota / Clara de Assis Jerônimo Sales - Gerência das Bacias Hidrográficas do Acaraú e Coreaú

Consultores / Facilitadores

Paulo Lincoln Carneiro Leão Mattos

Francisco Carlos Bezerra e Silva





- 01. Bacia do Rio Coreaú
- 02. Bacia do Rio Acaraú
- 03. Bacia do Litoral
- 04. Bacia do Rio Curu
- 05. Bacia Metropolitana
- 06. Sub-Bacia do Baixo Jaguaribe
- 07. Bacia do Rio Parnaíba
- 08. Sub-Bacia do Rio Banabuiú
- 09. Sub-Bacia do Médio Jaguaribe
- 10. Sub-Bacia do Alto Jaguaribe
- 11. Sub-Bacia do Rio Salgado

APRESENTAÇÃO

O Governo do Estado do Ceará, em sua política de recursos hídricos, não tem medido esforços na promoção da participação da sociedade no processo de construção social.

O Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos – SIGERH, instituído pela Lei nº 11.996, de 24/07/1992, está pautado nos princípios da participação, descentralização e integração das políticas públicas.

Esta participação tem sido exercida pela sociedade através dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) cuja composição é formada por três segmentos bem distintos e com interesses também diferenciados, entretanto detentores de um ponto de convergência comum, que é a preocupação com a qualidade e disponibilidade de água. Integram esses Comitês a sociedade civil organizada, usuários e poder público (municipal, estadual e federal).

A unidade de planejamento e gestão dos recursos hídricos é a bacia hidrográfica. O Ceará possui 11 (onze) bacias e/ou regiões hidrográficas que deverão possuir o seu comitê. No momento do planejamento estratégico, o Estado conta com oito comitês constituídos e trabalhando o processo de formação de dois: o da Bacia do Coreaú e o da Bacia do Litoral; um outro está em processo de discussão com o Estado do Piauí, sob a interveniência da Agência Nacional de Águas - ANA, por se tratar de uma bacia de rio de domínio da União, que no caso são os rios Poty e Longá pertencentes à Bacia do rio Parnaíba.

Os órgãos responsáveis pela execução e desenvolvimento da política estadual de recursos hídricos – SRH e COGERH – promoveram o planejamento estratégico dos CBHs, buscando firmar as bases para um trabalho articulado e planejado entre os órgãos gestores e os Comitês de Bacias Hidrográficas.

A SRH e COGERH assumiram o desafio de elaborar esta obra cujo conteúdo retrata, fidedignamente, a realidade de cada Comitê e as informações decorrentes do consenso das discussões ocorridas nos oito Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará – Curu, Acaraú, Metropolitana, Baixo Jaguaribe, Médio Jaguaribe, Alto Jaguaribe, Banabuiú e Salgado - durante o processo de Planejamento Estratégico dos CBHs realizado no período de junho de 2004

a março de 2005; após concluído o referido planejamento, a SRH e COGERH socializaram e nivelaram as informações com todos os técnicos envolvidos com a gestão de recursos hídricos, promovendo discussões e visando definir e planejar as ações de competência de cada órgão, na busca de dar suporte para o fortalecimento dos Comitês.

Este trabalho é fruto do esforço conjunto dos órgãos gestores - SRH e COGERH - que, ao compreenderem a importância do Planejamento Estratégico para os Comitês, também entenderam o quão importante seria não se perder as informações, registrando-as com riqueza de detalhes e contribuindo para aumentar o acervo histórico de construção do modelo de gestão de recursos hídricos do Ceará.

Assim sendo, coloca esta obra à disposição da sociedade, principalmente daqueles diretamente envolvidos com a gestão de recursos hídricos, e a quem interessar entender e conhecer como se dá a participação da sociedade nesse processo de gestão participativa.

Nela são abordadas questões básicas, ao se contextualizar os recursos hídricos no Ceará. O trabalho foi dividido em duas partes: a primeira contém, além da introdução, o processo de formação dos comitês de bacias hidrográficas do Estado do Ceará, uma descrição da metodologia aplicada na execução do planejamento estratégico. Relata ainda o desenvolvimento do processo e apresenta os resultados (consensos) das discussões de todas as etapas do planejamento.

Nessa parte seguem ainda, para conhecimento, a avaliação do Planejamento Estratégico dos CBHs pelos membros participantes e as considerações finais dos consultores.

A segunda parte apresenta os resultados do planejamento por Comitê, acompanhados de uma breve caracterização física de cada bacia assim como do histórico da formação de cada Comitê e sua composição no momento do processo de planificação.

ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS USADOS NESTE DOCUMENTO

ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental

ABRH - Associação Brasileira de Recursos Hídricos

ANA - Agência Nacional de Águas

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

BB - Banco do Brasil

CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará

CAPACIT - Centro de Capacitação e Elaboração de Projetos, Assessoria e Consultoria Inter-Disciplinar e Técnica

CBH - Comitê de Bacia Hidrográfica

CBRMF - Comitê das Bacias da Região Metropolitana de Fortaleza

CEFET - Centro Federal de Ensino Tecnológico

CGERH - Coordenadoria de Gestão dos Recursos Hídricos da SRH/CE

CENTEC - Instituto Centro de Ensino Tecnológico

CMDS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável

COGERH - Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará

COMIRH - Comitê Estadual de Recursos Hídricos

CONERH - Conselho dos Recursos Hídricos do Ceará

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

CREDE - Centro Regional de Desenvolvimento da Educação

CSBH - Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica

CVT - Centro Vocacional Tecnológico

DFA - Delegacia Federal de Agricultura

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EMATERCE - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

FUNCEME - Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos

NUTEC - Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

PE - Planejamento Estratégico

PGE - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

PLANERH - Plano Estadual de Recursos Hídricos (Lei nº 11.996, de 24 de julho de 1992)

PM - Prefeitura Municipal

PROGERIRH - Programa de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos

Q90 - Vazão Regularizada com garantia mensal de 90% gerada a partir de uma simulação do reservatório sem considerar volume de alerta

Q90+ - Vazão Regularizada com garantia mensal de 90% gerada a partir de uma simulação do reservatório considerando volume de alerta

RH - Recursos Hídricos

SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SAS - Secretaria de Ação Social do Estado do Ceará

SDLR - Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional

SEMACE - Superintendência Estadual do Meio Ambiente

SEPLAN - Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado do Ceará

SEAGRI - Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará

SECITECE - Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará

SEDUC - Secretaria da Educação Básica

SIGERH - Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos

SISAR - Sistema Integrado de Saneamento Rural

SOHIDRA - Superintendência de Obras Hidráulicas do Estado do Ceará

SRH - Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UFC - Universidade Federal do Ceará

UVA - Fundação Universidade Estadual do Vale do Acaraú

VA - Volume de Alerta

SUMÁRIO

PARTE I

INTRODUÇÃO	11
COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO CEARÁ	15
METODOLOGIA DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	21
DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO	25
RESULTADOS	29
AVALIAÇÃO DO PROCESSO PELOS PARTICIPANTES	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34

PARTE II

MODELO DIGITAL DE REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	37
CBH ACARAÚ	38
CSBH ALTO JAGUARIBE	46
CSBH BAIXO JAGUARIBE	56
CSBH BANABUIÚ	64
CBH CURU	74
CSBH MÉDIO JAGUARIBE	84
CBH METROPOLITANAS	94
CSBH SALGADO	104

PARTE III

BACIAS HIDROGRÁFICAS DAS REGIÕES DO LITORAL, COREAÚ E DA PARNAÍBA	113
-------------------------------------------------------------------	-----





Sertão

PARTE I

INTRODUÇÃO

O clima semi-árido, no qual está inserida a maior parte da região Nordeste do Brasil, pode ser caracterizado principalmente pelas irregularidades espaciais e temporais na distribuição das chuvas e por todas as incertezas decorrentes dessa situação: escassa segurança de oferta hídrica para o planejamento econômico, problemas sociais decorrentes da carência do líquido vital e até os problemas políticos institucionais que se colocam diante dos investimentos para essa oferta.

Diante disso, o Estado do Ceará, desde a sua ocupação pelos colonizadores europeus, foi buscando desenvolver alternativas que amenizassem tal situação, tendo como marco o que se convencionou chamar de “política de açudagem”, iniciada ainda no século XIX e difundida pelos governos centrais ao longo dos últimos séculos.

Essa política também pode ser resumida na construção de barramentos ao longo de riachos e rios e, até mesmo, do fechamento dos sangradouros naturais das lagoas, que variaram, ao longo dos séculos, em dimensão, tecnologia, regime de construção (público, privado, público-privado) no entanto mantendo a mesma finalidade: garantir o acúmulo de água para o abastecimento humano e animal e também, quando possível, o suprimento agrícola das populações rurais.

Durante quase todo o século XX essa política foi conduzida e executada pelo governo federal através dos seus órgãos centrais. Da criação da Inspetoria de Obras Contrás as Secas - IOCS, em 1909 até o atual Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas - DNOCS, foram construídos grandes reservatórios no Estado que proporcionaram também o desenvolvimento da perenização de trechos de rios, o surgimento de outras atividades econômicas como a agricultura irrigada, a pesca e piscicultura além do fortalecimento do turismo rural e do lazer no interior do Estado.

Até a década dos anos oitenta do século XX, o Governo Estadual pouco avançou na condução dessa política, entretanto, no ano de 1987, ao criar a Secretaria Estadual dos Recursos Hídricos, o Estado do Ceará deu o passo inicial na construção de um sistema que tem avançado aceleradamente ao longo da última década: o Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos – SIGERH.

O SIGERH, estabelecido pela Lei nº 11.996, de 24 de julho de 1992, foi instituído para coordenar e executar a Política Estadual de Recursos Hídricos. É formado por instituições estaduais, federais e municipais, intervenientes no planejamento, administração e regulamentação dos recursos hídricos (sistema da gestão), órgãos responsáveis pelas obras e serviços de oferta, utilização e preservação dos recursos hídricos (sistemas afins), entidades encarregadas por serviços de planejamento e coordenação geral, incentivos econômicos e fiscais, ciência e tecnologia, defesa civil e meio ambiente (sistemas correlatos), bem como aqueles organismos representativos dos usuários de águas e da sociedade civil.

São componentes do SIGERH:

- Conselho de Recursos Hídricos do Ceará - CONERH;
- Comitê Estadual de Recursos Hídricos - COMIRH;
- Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH, órgão gestor;
- Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNORH;
- Comitê de Bacias Hidrográficas - CBH;
- Comitê das Bacias da Região Metropolitana de Fortaleza - CBRMF;
- Instituições estaduais, federais e municipais responsáveis por funções hídricas.

A partir da instituição do Sistema, coube à Secretaria dos Recursos Hídricos definir como prioridade a ampliação da infra-estrutura hídrica baseada na construção de açudes e adutoras, além de criar um departamento voltado para a gestão dos recursos hídricos – DEGERH – com as atribuições de planejamento, administração e controle da oferta, uso e preservação dos recursos hídricos.

No ano de 1993, com a criação da COGERH – Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - tendo como missão efetuar o gerenciamento dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos de domínio do Estado, a gestão das águas no Ceará consolidou um modelo institucional que, tendo como instrumentos a outorga, a cobrança e o rateio dos custos das obras hídricas, ampliou a possibilidade de convivência com as limitações impostas pelo clima semi-árido ao integrar as ações de engenharia com o desenvolvimento de processos participativos de gestão.

A base da gestão participativa seria assentada ainda em diversos níveis: associações de usuários em açudes isolados, comissões municipais, comissões de operação nos vales perenizados e, na unidade padrão de planejamento, os comitês de bacias hidrográficas.

A Lei de 1992, nas suas disposições transitórias, criou o primeiro desses organismos colegiados, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Curu. A mesma Lei também determinou que a criação dos comitês das demais bacias estaduais deveria ocorrer a partir de 1 (um) ano de experiência do CBH Curu, incorporando as avaliações dos resultados bem como as revisões dos procedimentos jurídico-administrativos "aconselháveis, no prazo máximo de 5 (cinco) anos".

O processo de constituição dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) foi conduzido desde 1993 pela COGERH, através de uma equipe de organização dos usuários, seguindo uma metodologia constituída por etapas progressivas, iniciadas com a formação de conselhos gestores de sistemas hídricos a partir da alocação negociada e da constituição de regras de uso e preservação de um determinado manancial.



Reunião ordinária do Comitê do Curu

O comitê, como etapa final de organização institucional, é criado após alguns anos de fortalecimento da participação nos níveis descritos. Entretanto, são concomitantes neste processo o desenvolvimento de ações descentralizadas que vão se dando através da negociação da alocação de água, do acompanhamento

no monitoramento da qualidade e quantidade da água dentre outras ações cujo eixo central tem sido a participação da sociedade na gestão das águas.

Ao longo desses anos coube aos CBHs cearenses vivenciar diversos processos voltados para a gestão das águas estaduais. Como já foi citado anteriormente, a alocação negociada de água nos açudes isolados e vales perenizados bem como o acompanhamento no monitoramento desse recurso. Além dessas ações, alguns comitês participaram na realização do cadastro de usuários, na priorização de pequenas obras e serviços de gestão e também na elaboração dos Planos de Bacias, mesmo que de forma acanhada em virtude dos procedimentos propostos.

Após a criação do Sistema, 8 (oito) comitês já foram constituídos no Estado: Curu, Baixo Jaguaribe, Médio Jaguaribe, Alto Jaguaribe, Banabuiú, Salgado,

Metropolitanas e Acaraú. Sendo que o Comitê da Bacia do Curu, o primeiro implantado no Estado, foi criado pela Lei nº 11.996 que instituiu o Sistema.

De acordo com a mesma Lei, coube à Secretaria de Recursos Hídricos "dar suporte técnico ao COMIRH, aos CBHs e CBRMF, no âmbito de suas atribuições" (art. 40, inciso III). Entretanto as indefinições que acompanharam a implementação de suporte provocaram uma definição explícita, no Decreto nº 26.462, de 11 de dezembro de 2001, de que "os comitês serão assistidos por uma Secretaria Executiva, que será exercida pelo órgão de gerenciamento da bacia" (art. 9, § 7º).

As atribuições dessa Secretaria estão expressas nos Regimentos dos Comitês que, na sua maioria, as definem como "apoio administrativo, técnico e financeiro ao Comitê", com exceção dos Comitês das Bacias do Rio Salgado, Metropolitanas e do Rio Curu que limitaram esse apoio. No Comitê das Bacias Metropolitanas e no CBH Salgado cabe à Secretaria Executiva "apoio de forma técnica e administrativa o funcionamento" enquanto que o CBH Curu regulamentou que "manterá uma Secretaria Executiva com a finalidade de obter apoio necessário ao desenvolvimento das atividades pertinentes".

Cabe então à COGERH dar esse suporte atendendo aos princípios que norteiam a gestão de recursos hídricos no Estado do Ceará: o gerenciamento participativo, descentralizado e integrado das águas do Ceará. Os esforços dessa companhia, desde a sua fundação, têm avançado desde o apoio à organização e participação dos usuários na alocação até a implantação de oito gerências de regiões hidrográficas que vêm também funcionando como secretarias executivas dos Comitês.

O trabalho de Secretaria tem sido, na maioria das bacias, o suporte à realização de reuniões, a promoção de capacitações para os membros, os seminários de alocação negociada de água e seu acompanhamento posterior e processo eleitoral nos Comitês. Esse suporte tem sido questionado pelos comitês que, através de seus representantes, vêm reivindicando uma maior autonomia administrativa e uma maior articulação com as demais instâncias do sistema estadual.

O que se avalia atualmente é que apesar dos avanços, a gestão participativa ainda não se encontra consolidada e apropriada pela sociedade. São muitos os problemas nessa gestão que vêm contribuindo com problemas maiores para o SIGERH, variando da pouca participação de alguns segmentos até o descrédito de outros envolvidos nesse modelo de gestão.

Dessa maneira, fortalecer os Comitês no bom desempenho de suas atribuições tem sido a estratégia identificada para fortalecer o Sistema. O passo dado, na definição desse fortalecimento foi a realização do Planejamento Estratégico dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Ceará, realizado entre junho de 2004 a março de 2005.

Essa ação de mobilização e definições estratégicas em cada bacia vem dando as orientações para o planejamento maior dos órgãos gestores, empenhados em cumprir suas missões institucionais de desenvolver a Política de Recursos Hídricos do Estado do Ceará.





Válvula dispersora do Açude de Orós

PARTE I

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS NO CEARÁ

A formação de Comitês de Bacias Hidrográficas no Estado do Ceará está prevista na Política Estadual dos Recursos Hídricos, estabelecida através da Lei nº 11.996, de 24 de julho de 1992, onde diz que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada, integrada e participativa.

Os Comitês de Bacia Hidrográfica, por essa definição legal, são organismos colegiados integrantes do Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos, com funções deliberativas e consultivas, constituídos por representantes dos usuários, da sociedade, do poder público municipal e dos órgãos públicos estaduais e federais, que tenham interesse ou atuem na bacia, com o objetivo de colocar em prática o processo de Gestão Participativa da Bacia Hidrográfica.

A Lei 11.996 também cria o Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos - SIGERH, composto por Órgãos Executores (Secretaria de Recursos Hídricos – SRH; Superintendência de Obras Hidráulicas – SOHIDRA; Companhia de Gestão de Recursos Hídricos - COGERH, etc); e Órgãos Colegiados que são o Conselho de Recursos Hídricos do Estado – CONERH e os Comitês de Bacias Hidrográficas - CBHs.

No Ceará, os Comitês de Bacias são compostos por representantes de instituições governamentais e não-governamentais, distribuídos em 04 (quatro) setores, sendo a seguinte distribuição e percentual de participação: Usuários (30%); Sociedade Civil (30%); Poder Público Municipal (20%) e Poder Público Estadual/Federal (20%).

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS DO PROCESSO DE APOIO À ORGANIZAÇÃO DOS USUÁRIOS DE ÁGUA NO CEARÁ

A organização dos comitês no Estado, apesar de estar prevista na Lei Estadual de Recursos Hídricos aprovada em 1992, só teve início efetivo em 1994, com o ingresso do corpo técnico da COGERH.

Com o início dos trabalhos nas bacias hidrográficas, a equipe técnica da COGERH percebeu a necessidade de elaborar uma metodologia que tentasse contemplar a dinâmica do processo de apoio à Organização dos Usuários de Água, que se configurava como uma atividade nova e não tinha, na época,

nenhuma experiência desse tipo realizada no Ceará ou em outro Estado do Nordeste. Foi então elaborada uma metodologia tendo como base as seguintes orientações:¹

- conhecer a realidade de cada região, identificando as organizações existentes e seus respectivos níveis de organização e o trabalho institucional que já vinha sendo realizado com as mesmas;
- apoiar a formação de organizações de usuários, respeitando as especificidades de cada realidade, enquanto espaço de negociação social, com o intuito de resolver eventuais conflitos que viessem a ocorrer devido aos múltiplos usos da água;
- dotar os usuários de informações técnicas para que pudessem ter uma visão global e integrada da problemática dos recursos hídricos, principalmente de sua bacia hidrográfica;
- assessorar as organizações de usuários no que se referia a elaboração de uma proposta de planejamento e gestão de recursos hídricos, de forma integrada privilegiando um processo voltado para o desenvolvimento sustentável;
- envolver as organizações de usuários na construção de um processo de co-gestão das bacias hidrográficas, através da criação dos Comitês de Bacia.

A definição de uma proposta metodológica para intervenção da COGERH junto aos usuários de água no Estado do Ceará tendo em vista o ordenamento, o controle e a organização desses usuários exigiu assim um novo direcionamento e uma metodologia que levasse em conta a integração institucional e a participação dos usuários. Essas orientações nortearam e vêm norteando todas as ações voltadas para o desenvolvimento da participação na gestão das águas desde então.

Neste processo despontam como elementos imprescindíveis o respeito mútuo entre os usuários, entre técnicos e usuários e o diálogo permanente como pressuposto para chegar ao entendimento, fundamentado no conhecimento técnico da área. A proposta de organização dos usuários na perspectiva de uma metodologia participativa está inter-relacionado necessariamente a fatores como: a normatização dos diversos usos da água; o estabelecimento de regras flexíveis a mudanças de acordo com as demandas dos grupos sociais; a mediação institucional sistemática dos conflitos que procure estabelecer o consenso por meio do diálogo, capaz

¹ GARJULLI, Rosana; OLIVEIRA, João Lúcio F.; SILVA, Ubirajara Patricio Álvares. *Proposta metodológica para organização de usuários de água - A experiência do Ceará*. Anais do XI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. Recife. Novembro de 1995.

de gerar credibilidade e legitimidade do sistema institucional junto aos usuários.

Uma metodologia participativa tem ainda como exigência básica a ação conjunta e participativa dos usuários e dos técnicos nos momentos de conhecimento da realidade, no processo de planejamento, organização, execução e avaliação das ações.

Seguindo essas orientações, o processo de apoio à organização dos usuários não pode ser visto como algo pré-determinado através de um modelo de organização institucional ou como algo inevitável.

Ele deve partir do conhecimento das diferentes realidades e da identificação das formas de organização já existentes.

Em relação à definição desta metodologia, houve sempre o cuidado em deixar claro que os procedimentos propostos não devem ser encarados como uma fórmula ou uma receita a ser seguida, mas sim como um roteiro mínimo de ações necessárias a implementação do processo de organização dos usuários de recursos hídricos e que está sujeito a possíveis modificações a partir de sua confrontação com as diversas realidades encontradas.

Considera-se também como princípio fundamental para o desenvolvimento do processo referido o respeito à dinâmica social e cultural dos usuários e de suas formas de interação social, onde estão explícitas suas maneiras de organização formais e informais

A ação técnica deve assim buscar fortalecer essas formas de organização e a motivação para uma participação efetiva na proposta de gerenciamento dos recursos hídricos.

A ação dos organismos responsáveis pela execução da Política Estadual de Recursos Hídricos, deve ter o caráter essencialmente descentralizado. O princípio básico é o de co-responsabilidade no controle e no gerenciamento das bacias hidrográficas, neste sentido a ação deve estar integrada às diversas instituições municipais, estaduais e federais que atuam nessas bacias.

Por ser a gestão de recursos hídricos assentada na bacia hidrográfica como unidade de planejamento e, devido às especificidades físicas, econômicas, sociais e culturais encontradas nas diversas bacias hidrográficas, era fundamental definir alguns níveis de atuação e uma seqüência de etapas que se articulassem e se integrassem de forma crescente até a constituição dos comitês de bacias, garantindo uma certa flexibilidade para atender as realidades específicas de cada bacia. Foram definidos, então, três níveis de atuação: o açude, o vale e a bacia hidrográfica.



Açude Flor do Campo - Município: Novo Horizonte

O Açude

Numa região semi-árida, o açude se coloca como elemento. É portanto, o núcleo básico da atuação institucional em termos do processo de organização dos usuários e de gerenciamento da bacia hidrográfica, onde será apoiada a formação de comissões ou conselhos gestores de usuários, garantindo a participação de todos os interesses existentes, tais como irrigantes, pescadores, vazanteiros, abastecimento humano, entre outros.

Este nível de atuação se refere apenas aos açudes que não estejam integrados num grande vale perenizado, e cujo trecho de rio que o mesmo perenize seja limitado a um alcance local. Em geral esse tipo de açude se enquadra na categoria de pequeno e médio porte.

Os grandes açudes geralmente estão integrados em um grande vale perenizado, ou tem um alcance regional, e devido a sua dimensão e repercussão regional, o trabalho de organização é feito através de comissões de vales perenizados.

O Vale Perenizado

Neste nível as relações institucionais, culturais, sociais, econômicas e de usos são mais complexas, por isso o gerenciamento nesse nível é realizado de forma articulada, englobando todos os açudes que contribuem com água para perenizar o vale. Dessa forma pode ser considerado como o somatório de todos os açudes e trechos perenizados desse sistema hídrico. Nesses sistemas integrados é onde se encontra uma grande concentração de usuários, como os irrigantes privados, os grandes perímetros públicos irrigados, o abastecimento das cidades, os vazanteiros dos diversos açudes que compõem o sistema. Essa realidade resulta numa situação de múltiplos conflitos. Dada essa complexidade e o grande número de usuários, o Vale Perenizado representa um segundo nível do processo de organização de usuários de água.

O gerenciamento nesse nível é realizado a partir da constituição das Comissões de Vales Perenizados. A dimensão que esse processo toma, acaba resultando numa visão macro do sistema, o que por um lado é positiva, dado a conseqüente ampliação da visão do sistema por parte dos usuários, mas, por outro lado, algumas questões que ocorrem nos açudes ou em determinados trechos perenizados, por serem problemas localizados, acabam por não receberem o tratamento adequado.

Nesse nível percebe-se uma priorização da discussão em relação à alocação anual da água, ou seja, a definição das vazões a serem liberadas pelos açudes para manter a perenização dos trechos. Diante disso seria importante incentivar a discussão de outros temas importantes para o vale, bem como a constituição de sub-comissões por áreas de interesses mais específicas ou inter-relacionadas.

No Estado do Ceará existem três sistemas desse tipo: o Vale do Curu; os Vales do Jaguaribe e Banabuiú e o Vale do Acaraú.

A Bacia Hidrográfica

O terceiro nível de atuação é a Bacia Hidrográfica. Nesse nível, os trabalhos devem contemplar todos os processos, sejam ecológicos ou antrópicos, relacionados com a água no seu âmbito. É uma situação ainda mais complexa do que os níveis anteriores, além de ser uma nova lógica de organização espacial proposta para ser internalizada pela sociedade.

A bacia é considerada por lei a unidade de gestão dos recursos hídricos, por isso a organização nesse nível corresponde ao objetivo principal do processo de apoio à organização dos usuários, colocando-se como uma etapa muito mais avançada do processo organizativo, onde serão constituídos os Comitês de Bacia.

Para a constituição do Comitê, é necessário um processo de mobilização bastante intenso em toda a bacia, que é iniciado com um diagnóstico institucional dos seus municípios, e por diversas outras etapas, que se integram, chegando na instalação do Comitê.

A Organização no Âmbito Municipal

O município, por ser a unidade político-administrativa mais próxima do cotidiano das pessoas, é um espaço privilegiado para a organização social. Nele, os laços de sociabilidade se dão mais fortemente e é onde se concretizam as relações sociais, de produção e de poder.

O município não constitui necessariamente um nível de atuação baseado numa matriz hidrológica, mas sim a base territorial onde se materializam os níveis de atuação propostos, ou seja, o açude (podendo apresentar toda a sua bacia inserida em um município, ou entre dois ou mais municípios; ou então estar toda inserida na área de um município e abastecer outros municípios), do Vale Perenizado (onde parte do município pode estar inserido) e da Bacia Hidrográfica (onde o município pode apresentar o seu território totalmente ou parcialmente inserido na área de drenagem de uma Bacia Hidrográfica).

Diante disso o trabalho no âmbito municipal se tornou, com o desenvolvimento da metodologia, um momento importante para o processo de constituição dos Comitês de Bacia Hidrográfica. Neles são realizados Encontros Municipais sobre Gerenciamento dos Recursos Hídricos, como veremos mais adiante, e dependendo da situação e da realidade local, podendo ser constituídas Comissões Municipais para o Gerenciamento dos Recursos Hídricos e/ou ser identificados articuladores para atuação no seu território.

OS TRABALHOS INICIAIS NO APOIO À ORGANIZAÇÃO DOS USUÁRIOS

O marco do processo de operacionalização da gestão participativa pode ser definido a partir da criação da Companhia de Gestão de Recursos Hídricos – COGERH em 18 de novembro de 1993, pela Lei Estadual nº 12.217. Com a criação dessa Companhia teve início o trabalho de mobilização e apoio à organização dos usuários de água para a participação na gestão dos recursos hídricos.

A primeira intervenção concreta nesse sentido aconteceu no dia 29 de julho de 1994, com a realização do I Seminário dos Usuários das Águas dos Vales

do Jaguaribe e Banabuiú, motivado pela situação crítica de acumulação de água dos açudes Orós e Banabuiú, responsáveis pela perenização dos respectivos vales. Naquele momento o açude Orós, que possui a capacidade de acumular 1.940 milhões de m³ de água, estava com apenas 25% de sua capacidade, já o açude Banabuiú, cuja capacidade de acumulação é de 1.800 milhões de m³ estava com apenas 22% dessa capacidade. Essa situação delicada exigia a necessidade de elaborar um plano emergencial de alocação de água entre os usuários.

Apesar do pouco tempo de existência da COGERH, e da atuação do seu corpo técnico que só tomou posse em 01 de julho de 1994, foi necessária uma ação efetiva para a realização dos estudos necessários que viessem a subsidiar a negociação durante o seminário. Além disso, também se fez urgente a realização de um trabalho amplo e intenso de mobilização, articulação e divulgação para que houvesse uma participação efetiva das instituições e dos usuários de água interessados na questão, o que foi feito através da realização de visitas institucionais, divulgação em rádios, distribuição de cartazes, nos dezenove municípios que compõem os vales em questão.

O I Seminário dos Usuários das Águas dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú contou com uma boa representatividade, expressa pela participação de 63 instituições governamentais e não governamentais. Na oportunidade foi criada a Comissão Permanente dos Usuários de Água dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú, composta inicialmente por 25 instituições com atuação na área.

Esta Comissão, que foi sendo ampliada com o trabalho de gestão, que teve um papel importante no acompanhamento da liberação de água, através de reuniões mensais, serviu ainda de base para a constituição dos comitês das bacias do Baixo Jaguaribe, Médio Jaguaribe, Alto Jaguaribe e a bacia do Banabuiú.

Em agosto de 1994, foi iniciada a organização do Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu, criado na Lei que institui a política Estadual de Recursos Hídricos para servir de referência à criação dos demais comitês estaduais.

Nesta bacia, por seu caráter de bacia piloto, foram realizados vários estudos pioneiros no Estado, que objetivaram instrumentalizar a gestão dos recursos hídricos, tais como o Plano Diretor da Bacia em 1995; Cadastro dos Usuários de Água em 1996 e Estudos sobre cobrança pelo uso da água bruta no ano de 1998.

O Comitê da Bacia do Curu, não obstante ter sido criado por Lei em 1992, só foi instalado em 1997.

O Processo de Alocação Participativa dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú ²

Paralelamente ao trabalho de formação do Comitê do Curu, a COGERH continuou desenvolvendo ações no Vale do Jaguaribe, com o intuito de fortalecer o processo de participação dos usuários de água na operação dos açudes, iniciado em julho de 1994. Essas ações, entretanto, ainda não tinham como objetivo a formação dos comitês.

² SILVA, Ubirajara Patrício; OLIVEIRA, João Lúcio; BEZERRA, Hugo Estenio Rodrigues. *A experiência de Gerenciamento Participativo na Bacia Hidrográfica do Jaguaribe - Ceará*. Anais do III Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste. Salvador - BA. Dezembro de 1996.

Nesse sentido, ainda no segundo semestre de 1994, iniciou-se um trabalho de mapeamento e diagnóstico institucional em todos os 19 municípios que compõem o Vale Perenizado. Esse diagnóstico foi realizado a partir de visitas a todos os municípios, onde eram identificadas e contatadas as instituições existentes

e apresentada à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como o trabalho que estava sendo desenvolvido na região pela COGERH.



II Seminário dos Usuários das Águas dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú - Município de Jaguaribe - 1995

Nessa época, as reuniões da Comissão de Usuários eram realizadas mensalmente, e tinham o objetivo de propiciar o acompanhamento da operação e a discussão de temas de interesse dos representantes. Essas reuniões, em função das distâncias entre os municípios e da compreensão dos representantes da necessidade de conhecer e discutir as várias realidades dos municípios, foram

realizadas de forma itinerante, pelos diversos municípios do Vale.

Em 1995, foram realizadas reuniões ordinárias da comissão para discussões temáticas e para preparação e estruturação do II Seminário dos Usuários das Águas dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú, que seria realizado dia 30 de junho de 1995, no município de Jaguaribe, com o objetivo de definir a operação dos açudes Orós e Banabuiú, para aquele ano. Neste período foi reforçado o trabalho de mapeamento e o diagnóstico institucional/organizacional e de divulgação da Política Estadual dos Recursos Hídricos. Nesse seminário a Comissão de Usuários foi ampliada para 53 representantes, todavia ainda não contemplava a representação de todos os municípios do Vale.

É importante salientar que a primeira experiência de operação dos vales do Jaguaribe e Banabuiú foi consagrada enquanto um momento essencial para a alocação de água na região, tanto que até hoje, é realizado anualmente o Seminário, que passou a ser denominado de Seminário de Planejamento e Operação das Águas dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú.

Ainda em 1995, com o objetivo de iniciar a estruturação do processo de apoio à Organização dos Usuários das Águas em cada uma das bacias hidrográficas que fazem parte do vale do Jaguaribe, foram realizadas reuniões com os representantes de cada bacia hidrográfica, intitulada de Reunião das Entidades de Usuários das Águas das Bacias do Jaguaribe. A reunião na bacia do Banabuiú foi realizada em agosto e as reuniões das bacias do Alto Jaguaribe, Médio Jaguaribe e Baixo Jaguaribe, foram realizadas no mês de outubro do ano em curso. Essas reuniões tiveram o intuito de reforçar a integração e a articulação dos usuários, por bacia

e foram planejadas conjuntamente com os representantes dos usuários em cada região, na perspectiva de ir envolvendo-os como agentes no processo de gestão participativa dos recursos hídricos.

No ano de 1996, a partir de uma avaliação do trabalho na bacia do Jaguaribe, percebeu-se a necessidade de realizar ações no sentido de buscar uma maior articulação no trabalho de organização. Foram realizados, entre os meses de maio e julho, Encontros Municipais em todas as cidades dos vales perenizados do Jaguaribe e Banabuiú.

Tais encontros municipais tinham o objetivo de: apresentar e discutir a política de gerenciamento dos recursos hídricos em desenvolvimento no Estado; fortalecer a Comissão dos Usuários dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú; discutir os principais problemas hídricos do município; ampliar a representação municipal na Comissão de Usuários; e preparar o III Seminário dos Usuários das Águas dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú.

Os Vales do Jaguaribe e Banabuiú são compostos por 19 municípios, entretanto foram realizados apenas 18 encontros municipais, pois, para os municípios de Aracati e Fortim, foi realizado um encontro conjunto.

Houve uma participação efetiva nesses encontros, atingindo o objetivo proposto que era o de envolver diretamente os usuários dos municípios a partir da realidade vivida pelos mesmos. Isto, de certa forma, possibilitou uma maior divulgação da política estadual dos recursos hídricos e conseqüentemente o fortalecimento da participação dos representantes municipais na Comissão.

A partir dos encontros municipais foi renovada a Comissão de Usuários que já vinha funcionando há dois anos. A Comissão anterior tinha sido escolhida e ampliada nos dois primeiros seminários do Vale, o que acarretou um certo desequilíbrio de participação visto que a forma de escolha naquele espaço restringia a participação apenas a quem estivesse presente ao evento. Como resultado desta forma de escolha a Comissão ficou composta por 103 representantes dos mais variados setores de usuários de todos os municípios do Vale.

Outro resultado importante dos encontros municipais foi a elaboração, a partir das discussões sobre os principais problemas hídricos de cada município, de um relatório compatibilizado das demandas municipais, que tinha o objetivo de servir como subsídio para direcionar as ações da COGERH e como instrumento de negociação da Comissão de Usuários junto aos órgãos governamentais.

Os encontros municipais serviram ainda como instrumento de consolidação do processo de apoio à organização de usuários, propiciando um maior conhecimento da realidade do Vale Perenizado e fornecendo parâmetros mais claros para a tomada de decisão no que diz respeito à ampliação do trabalho para os outros municípios localizados fora do Vale Perenizado.

As ações de apoio à organização dos usuários de água na bacia do Jaguaribe foi inicialmente direcionada para o fortalecimento do processo de alocação participativa



Reunião de Comitê - Curu (1º Comitê Estadual do Ceará - 1997)

de água nos vales do Jaguaribe e Banabuiú. Só em 1997, após a formação do Comitê do Curu, é que o trabalho foi direcionado no sentido de formar os comitês de bacias da região, tendo sido constituído primeiramente os comitês das Sub-Bacia do Baixo Jaguaribe e o da Sub-Bacia do Médio Jaguaribe, que foram instalados conjuntamente no dia 16 de abril de 1999, no NIT, Limoeiro do Norte.

AS ATRIBUIÇÕES DOS COMITÊS DE BACIAS

De acordo com a lei que criou a Política Estadual de Recursos Hídricos, os Comitês de Bacias Hidrográficas são colegiados consultivos e deliberativos, e possuem como área de atuação nas áreas de abrangência das bacias, sub-bacias ou regiões hidrográficas (conjunto de pequenas bacias). Suas atribuições, definidas no artigo nº 36 da referida Lei, são:

- I - aprovar a proposta referente à Bacia Hidrográfica respectiva, para integrar o Plano de Recursos Hídricos e suas atualizações;
- II - aprovar plano de utilização, conservação e proteção dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica;
- III - promover entendimentos, cooperação e eventual conciliação entre os usuários dos Recursos Hídricos;
- IV - proceder estudos, divulgar e debater, na região, os programas prioritários de serviços e obras a serem realizados no interesse da coletividade, definindo objetivos, metas, benefícios, custos e riscos sociais, ambientais e financeiros;
- V - fornecer subsídios para elaboração do relatório anual sobre a situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica;
- VI - elaborar calendários anuais de demanda e enviar ao órgão gestor;
- VII - executar as ações de controle a nível de Bacias Hidrográficas;
- VIII - solicitar apoio técnico ao órgão gestor quando necessário.

Em 11 de dezembro de 2001, considerando a necessidade de estabelecer diretrizes para a formação e funcionamento dos comitês, o Decreto de nº 26.462, ampliou essas atribuições acrescentando mais treze, ampliando assim a participação da sociedade na implementação dos instrumentos de gestão:

- I - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos repassados ao órgão de gerenciamento das bacias para aplicação na sua área de atuação, ou por quem exercer suas atribuições, recebendo informações sobre essa aplicação, devendo comunicar ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos as irregularidades identificadas;
- II - propor ao Conselho de Recursos Hídricos do Ceará – CONERH, critérios e normas gerais para a outorga de uso dos recursos hídricos e de execução de obras ou serviços de oferta hídrica;
- III - estimular a proteção e a preservação dos recursos hídricos e do meio ambiente contra ações que possam comprometer o uso múltiplo atual e futuro;
- IV - discutir e selecionar alternativas de enquadramento dos corpos d'água da bacia hidrográfica, proposto conforme procedimentos estabelecidos na legislação pertinente;
- V - aprovar internamente e propor ao Conselho de Recursos Hídricos do Ceará – CONERH, programas e projetos a serem executados com recursos oriundos da cobrança pela utilização de recursos hídricos das bacias hidrográficas, destinados a investimentos;
- VI - acompanhar a execução da Política de Recursos Hídricos, na área de sua atuação, formulando sugestões e oferecendo subsídios aos órgãos ou entidades que compõem o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos;
- VII - aprovar o Plano de Gerenciamento de Recursos Hídricos da bacia, respeitando as respectivas diretrizes: a) do Comitê de Bacia do curso de água do qual é tributário, quando existente; b) do Conselho de Recursos Hídricos do Ceará - CONERH, ou do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH;
- VIII - propor, em períodos críticos, a elaboração e implementação de planos emergenciais possibilitando uma melhor convivência com a situação de escassez;
- IX - constituir grupos de trabalho, comissões específicas e câmaras técnicas, definindo, no ato de criação, sua composição, atribuições e duração;
- X - discutir e aprovar, anualmente, em conjunto com o órgão de gerenciamento das bacias, o plano de operação dos sistemas hídricos da bacia hidrográfica;
- XI - elaborar e reformular seu Regimento nos termos deste Decreto;
- XII - orientar os usuários de recursos hídricos da bacia hidrográfica no sentido de adotar os instrumentos legais necessários ao cumprimento da Política de Recursos Hídricos do Estado, com vistas à obtenção da outorga de direito de uso da água e de construção de obras de oferta hídrica;
- XIII - propor e articular com as Secretarias Municipais e Estadual de Educação a adaptação dos currículos escolares às questões ambientais relacionadas aos recursos hídricos locais.



Piscicultura

PARTE I

METODOLOGIA DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DOS CBHs

Planejamento Estratégico

Promover o desenvolvimento de um processo de planejamento estratégico nos Comitês de Bacia foi uma decisão voltada para o fortalecimento dessas instituições. Entretanto, ficam sempre as perguntas: "Por que trabalhar com esta ferramenta da administração de organizações?"; "Em que medida o planejamento estratégico pode promover o fortalecimento dos Comitês?"

A resposta a estas perguntas têm a ver com o significado do planejamento estratégico e com a forma como este processo se desenvolve a partir da metodologia utilizada no caso dos comitês.

A palavra "estratégia" que desde a década de 60 ocupa insistentemente espaço nobre nos trabalhos sobre planejamento, tem uma origem militar. Estava referida à capacidade de organizar as forças disponíveis (homens, armas, munições, situação física e política, alimentos etc) e utilizar o conhecimento sobre as forças adversárias para definir a melhor forma de derrotar o inimigo. Os sábios orientais foram pródigos no uso de estratégias as mais criativas e engenhosas. Eles tinham planos, planos estratégicos. Reconhece-se assim a existência de planejamento estratégico a milhares de anos.

Entretanto, a palavra estratégico termina por restringir o planejamento, segundo certas concepções, àquele grupo de organizações que lidam com adversários. Trata-se do reconhecimento de que existe uma luta entre organizações onde o inimigo deve ser vencido através de estratégias. Atualmente muitas metodologias já superaram este conceito mais restrito, principalmente aquelas que se dedicaram mais especificamente às organizações governamentais, ao planejamento de cidades, municípios etc.

A forma como a expressão é utilizada nesta metodologia guarda, é claro, o viés de sua origem. Mas foge do aspecto litigioso para captar a essência da arte de desenvolver e implementar estratégias. A essência do Planejamento Estratégico não está portanto na luta contra um inimigo nem pressupõe a sua existência. Sua base é um grande e difícil objetivo a ser atingido e que exige "agressividade", no sentido contrário ao de "passividade", onde a organização resolve escolher

o caminho de fazer, de influenciar o seu próprio futuro. E aqui reside o primeiro motivo para se utilizar o planejamento estratégico como ferramenta para o fortalecimento dos CBHs.

As características do Planejamento Estratégico, pelas suas raízes históricas, estão ligadas, em primeiro lugar às tendências de evolução do ambiente em que a organização está inserida. Isto corresponde à postura guerreira de identificar ou imaginar quais os movimentos mais prováveis do inimigo e não só reagir a eles mas tentar modificá-los. No sentido atual este ambiente é muito mais amplo. Entretanto, não deixa de ser necessária uma constatação de que o ambiente em que as organizações, mesmo governamentais, estão inseridas é uma área de disputa de poder. Neste sentido a expressão "estratégico", volta a cobrar seu sentido histórico. O exercício do papel dos comitês, não só no sistema de gerenciamento dos recursos hídricos do Estado como na sociedade como um todo, exige a atenção constante sobre o ambiente físico, social, econômico e político que os envolvem.

O fato de o Planejamento Estratégico tratar com tendências da evolução desses ambientes, o que significa previsão sobre a evolução de variáveis ao longo do tempo, não implica num processo de adivinhação e sim de um balizamento para a definição das ações. Já se tornou quase um chavão dizer: não se trata de prever o futuro e sim de construí-lo. Retirando o exagero que a expressão contém, não deixa de ser verdade que a principal preocupação do planejador deve ser em relação ao ambiente externo. Seu esforço de mudanças internas à organização tem sempre como referencial seu desejo de mudanças externas. Este aspecto chama novamente a atenção para a importância do desenvolvimento desse processo de planejamento em organizações, como os Comitês, cujas decisões têm significativos reflexos no ambiente em que atuam e por ele são influenciadas.

Quando se deixa claro o cenário futuro com que está trabalhando e sobre o qual se está planejando, explicita-se um conjunto de elementos que permitirão o diálogo e a formação de consensos dentro e fora dos Comitês. Porque, na verdade, qualquer ação em relação ao futuro (e toda ação o é), contém uma hipótese implícita sobre o que acontecerá com as outras variáveis envolvidas.

Entretanto, explicitar essas hipóteses permite, como veremos mais adiante, avaliar a correção do rumo escolhido, da estratégia. E esta é a principal vantagem da análise da ambiência externa em seu caráter dinâmico.

O Planejamento Estratégico (PE) é um processo. Esta é uma formulação importante, porque rompe com a visão tradicional de PE como um documento - um plano - que engessava a organização numa direção de longo prazo, definida, muitas vezes, por uma equipe de iluminados. Assim, com a formulação dos planos estamos apenas iniciando um processo que deve ser incentivado pelos Comitês. Trata-se de um processo que exigirá o acompanhamento e a avaliação constantes daquelas organizações, promovendo sua reflexão interna e um constante olhar voltado para o ambiente externo. Neste sentido, é fundamental ressaltar que "é o pensar e o agir estrategicamente que é importante, não o plano estratégico em si" (Bryson, 1995).

O ponto de partida desse processo de planejamento estratégico é sempre uma reflexão profunda sobre a razão de ser da organização e a montagem de um referencial de longo prazo que passa a funcionar como macro-objetivo a ser alcançado. Órgãos como os comitês, criados a partir de sistemas vinculados



Planejamento Estratégico do CBH Acaraú

ao Estado dentro de um campo político intenso, precisam consensar essas bases que lhes garantirão a lógica e a consistência de suas ações. Este referencial passa a ser mais importante ainda se considerarmos o tempo de mandato dos Comitês, dois anos. Com ele se cria a possibilidade de uma coerência entre diferentes equipes e representações.

Finalmente, o PE permite momento rico em análise da situação

atual das organizações e formular linhas de correção de rumos coerentes com seus princípios básicos e sua capacidade de ação.

Princípios da Metodologia

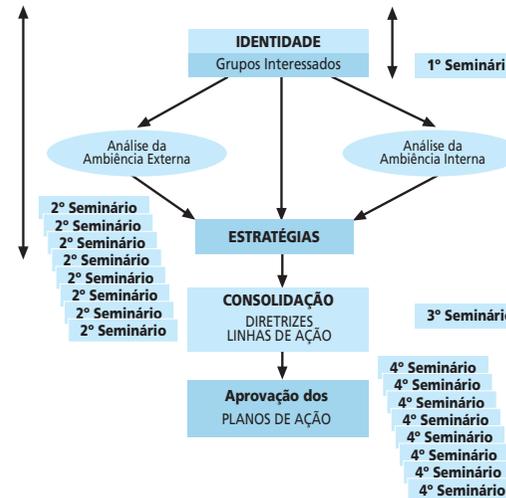
A metodologia desenhada para os CBHs seguiu alguns princípios que foram discutidos e aprovados em reunião que contou com representantes de todos os Comitês:

- a metodologia deve prever o aproveitamento dos Planos já desenvolvidos pelos Comitês com o apoio da SRH e COGERH;
- o processo de planejamento deve prever momentos de elaboração conjunta de todos os Comitês, assim como momentos específicos de cada um deles em particular;
- as reuniões de planejamento devem ser descentralizadas e concentradas geograficamente, no interior e na capital;

- o processo deve primar pela participação efetiva de todos os membros dos Comitês;
- deve ser dada uma ênfase especial à capacitação durante o processo, de modo a formar uma cultura de planejamento e articulação dos CBHs; envolvimento da SRH e da COGERH durante todo o processo;
- envolvimento da direção dos CBHs durante os momentos de planejamento conjunto de todos os Comitês;
- a criação de um Grupo de Apoio ao Planejamento, formado por representantes da COGERH e da SRH;
- o desenvolvimento de mecanismos de comunicação que assegurem o acompanhamento dos membros dos Comitês nas diversas fases do processo.

Considerando estes princípios e a concepção de planejamento estratégico aplicado às organizações com as características dos Comitês foi montado um esquema geral que passou a nortear o processo, após sua aprovação pelos representantes dos Comitês.

ESQUEMA GERAL DO PROCESSO



DETALHAMENTO DAS ETAPAS

Identidade

A Identidade de uma organização é formada pela sua Missão, Visão de Futuro e Valores.

A **Missão** é a declaração da finalidade da organização. Deve expressar de forma

resumida, precisa e ampla o que a organização produz, que serviços presta e para quem e como ela se estrutura para satisfazê-los. Expressa os benefícios que se deseja prestar à sociedade. Deve ser tão precisa que todos saibam o que se faz e tão ampla que não impeça o que se pretende fazer. Deve ser dotada de flexibilidade para que possa acompanhar as mudanças ambientais.

A **Visão de Futuro** indica o futuro desejado para a organização. Expressa o que queremos ser, onde queremos chegar e o que buscamos construir e realizar em um determinado espaço de tempo. Deve expressar em que situação desejamos ver nossa organização, nossos colaboradores, parceiros e todo ambiente que nos cerca. A Visão deve funcionar como fonte de inspiração e como um macro-objetivo do Comitê, permitindo “alinhar” toda a organização numa mesma direção para atingir algo alcançável com o esforço conjunto de todos. Aqui, não se trata de perguntar como vai ser feito, nem se são possuídos os meios para chegar lá. A Visão de Futuro deve ser forte o bastante para despertar um envolvimento emocional.

Valores são princípios e convicções que devem orientar a organização tanto internamente como em suas relações com o ambiente. São os parâmetros que devem norteá-la em direção ao futuro desejado. Valores de uma organização são os comportamentos, crenças, padrões de compreensão das relações humanas, desenvolvidos e compartilhados ao longo do tempo pelos seus membros, ou que se deseja construir durante os próximos anos.

Grupos Interessados

Pessoas, grupos ou organizações com que os CBHs mantêm uma relação mais próxima e que têm, conseqüentemente, interesse em seu desenvolvimento. A análise do Grupo de Interessados consiste em detalhar o tipo de relação desejada pelos Comitês em relação a cada um dos principais componentes do Grupo.

Análise da Ambiência Externa

Análise da evolução mais provável das variáveis que influenciam o desenvolvimento da organização. Quando esta evolução tende a ser no sentido de facilitar o alcance dos grandes objetivos da organização (Visão de Futuro), fala-se de “Oportunidades”. Quando a evolução mais provável das variáveis tende a impedir ou dificultar o alcance da Visão de Futuro e da Missão da organização fala-se de “Ameaças”. É importante frisar que se trata da “evolução mais provável” e não da “evolução desejada”. Tampouco se trata de uma análise estática, ou seja, de descrever apenas como essas variáveis que compõem o ambiente externo se encontram hoje. É importante relacionar estas tendências na medida em que são elas que, consciente ou inconscientemente, influenciam ou mesmo determinam nosso processo intuitivo de planejamento no dia-a-dia.

Análise da Ambiência Interna

A Análise da Ambiência Interna é uma fotografia da organização no momento em que está se desenvolvendo o processo de planejamento. Esta fotografia é referenciada à Identidade da organização, isto é, ela é feita apontando os Pontos Fortes e Pontos Fracos da organização no sentido de viabilizar a realização

de sua Identidade. Pontos Fortes da organização são portanto aqueles que facilitam ou que são adequados ao caminho da organização no sentido da realização de sua Identidade. Pontos Fracos são aqueles que dificultam o caminho da organização no sentido da realização de sua Identidade.

Como se trata de uma fotografia, a Análise da Ambiência Interna é estática, contendo no máximo, uma descrição do passado da organização sem fazer prospecções em relação ao seu futuro. Isto se faz porque: a) se parte do pressuposto de que os grandes condicionantes naturais e a razão de ser da organização estão fora dela; b) porque a criação do futuro é o próprio objeto do Planejamento e ele só será definido dentro do marco das estratégias.

A Análise da Ambiência Interna é um excelente momento para aprofundar o processo de auto-conhecimento da organização.

Estratégias

As Estratégias são compreendidas como os grandes caminhos que a organização escolhe como mais adequados para, num horizonte temporal determinado, aproximar-se da realização de sua Identidade.

As estratégias são elaboradas a partir das análises da Ambiência Externa e da Ambiência Interna, ou seja, da identificação das Oportunidades e Ameaças, dos Pontos Fortes e Fracos.

Uma boa estratégia deve, simultaneamente, aproveitar oportunidades, enfrentar ameaças ou transformá-las em oportunidades, reforçar os pontos fortes da organização e melhorar a situação de seus pontos fracos.

É importante ressaltar que as estratégias gerais constituem conjuntos articulados de intervenções, não representando uma especificação de atividades a serem realizadas.

Diretrizes

Conjunto de regras e orientações que facilitam a implementação das estratégias e o desenvolvimento das ações no dia-a-dia das organizações.

Linhas de Ação

Designação genérica de um conjunto de ações que poderão ser desenvolvidas pelos Comitês tendo em vista o desenvolvimento das estratégias, seguindo as orientações das Diretrizes. As Linhas de Ação servem de orientação para cada Comitê que, em particular, escolha a(s) ação(ões) que mais se adequam à sua realidade.

Planos de Ação

Conjunto de ações consideradas prioritárias pelos Comitês, para serem desenvolvidas em um determinado espaço de tempo. As ações devem ser detalhadas na forma de projetos, de modo a serem aprovadas pelas fontes financiadoras e pelo próprio Comitê. Os projetos também possibilitarão o acompanhamento das ações ao longo da gestão.



Canal da Integração

DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO

De acordo com o Esquema Geral do Processo, apresentado no capítulo anterior, o processo de planejamento estratégico dos CBHs se desenvolveu em quatro momentos complementares. O primeiro e o terceiro momentos foram Seminários realizados em Fortaleza, com a participação de representantes das diretorias dos Comitês. O segundo e o quarto momentos foram realizados nas regiões dos Comitês em cidades por eles escolhidas.

Em todos os seminários foi registrada a participação de mais da metade dos membros dos Comitês ou, no caso dos seminários 1 e 3, a totalidade dos Comitês estava representada.

O primeiro seminário teve dois dias de duração com a seguinte agenda:

1º dia

08:30 - Abertura
 08:45 - Apresentação dos participantes
 09:15 - Metodologia
 09:45 - Intervalo
 10:00 - Missão dos CBHs - trabalho de grupos
 11:15 - Missão dos CBHs - Plenária
 12:30 - Almoço
 14:15 - Dinâmica
 14:45 - Visão de Futuro - trabalho de grupos
 16:00 - Intervalo
 16:15 - Visão de Futuro - Plenária
 18:00 - Encerramento 1º dia

2º dia

08:30 - Revisão do dia anterior
 08:45 - Valores - trabalho de grupos
 10:00 - Intervalo
 10:15 - Valores - Plenária
 11:15 - Grupos de Interessados
 12:30 - Almoço

14:15 - Dinâmica
 14:45 - Metodologia e mobilização dos próximos seminários
 16:00 - Intervalo
 16:15 - Avaliação
 17:00 - Encerramento do Seminário

Processo de Definição da Missão:

- exposição dialogada sobre o conceito de Missão pelo facilitador;
- trabalho de grupos para elaboração de propostas;
- os Trabalhos de Grupos seguiram a seguinte metodologia:
 - cada grupo escolheu um coordenador e um relator;
 - cada participante dispôs de 5 minutos para reflexão sobre a Missão;
 - após esses 5 minutos, os participantes tinham anotado no caderno alguns elementos que deveriam compor a Missão;
 - cada participante leu sua opinião e teve 3 minutos para defendê-la; o relator anotou as opiniões no flip-chart;
 - em seguida o coordenador orientou a discussão para formação de consenso;
 - a versão de consenso foi escrita no flip-chart e levada para apresentação em plenária;
- tempo total aproximado: 60 minutos.

Em plenária o facilitador orientou a formatação de uma única definição e foi escolhido um sub-grupo para a redação final.

Processo de definição da Visão de Futuro

Os Trabalhos de Grupos sobre Visão de Futuro foram desenvolvidos das formas abaixo:

- o facilitador orientou um debate sobre Visão de Futuro;
- em seguida, os participantes foram divididos em grupos;
- os grupos escolheram um coordenador e um relator;
- os participantes anotaram suas sugestões, em frases curtas, em relação à Visão de Futuro (10 minutos);

- concluídas as anotações individuais, o coordenador pediu que fossem lidas as sugestões.
- o relator escreveu no flip-chart somente as não repetidas.
- o coordenador promoveu a discussão e aprovação de cada uma das sugestões;
- concluído o trabalho do grupo, o texto aprovado foi levado para plenária.



Planejamento Estratégico dos CBHs

- discussão da Identidade do Comitê;
- análise da Ambiência Externa;
- análise da Ambiência Interna;
- definição de Estratégias.

Cada Comitê, com exceção do CSBH Baixo Jaguaribe, discutiu o que tinha sido proposto pelo conjunto de representantes no primeiro seminário e definiu suas estratégias para atuação diante da Análise de Ambiência.

O terceiro momento, também chamado de terceiro seminário, foi realizado novamente em Fortaleza com os representantes dos oito Comitês e membros da SRH e COGERH. Seguiu a seguinte agenda de trabalho:

AGENDA

31 de agosto

- 08:30 - Abertura
- 08:45 - Dinâmica de apresentação dos participantes
- 09:15 - Apresentação da metodologia
- 09:30 - Apresentação e debate das Identidades dos Comitês
- 10:30 - Intervalo
- 10:45 - Apresentação da consolidação dos Pontos Fortes e Fracos, Ameaças e Oportunidades
- 11:00 - Apresentação e debate das Estratégias
- 12:00 - Almoço
- 13:30 - Definição de Diretrizes Orçamentárias
- 15:00 - Propostas de Diretrizes Operacionais – Grupos

Em plenária o facilitador orientou a formatação de uma única definição e foi escolhido um sub-grupo para a redação final.

O segundo seminário ocorreu de forma descentralizada em sete bacias (na sub-bacia do Baixo Jaguaribe não houve mobilização suficiente para a realização no primeiro momento) e seguiu uma metodologia padrão que consistia em:

- 15:45 - Intervalo
- 16:00 - Propostas de Diretrizes Operacionais – Plenária
- 17:00 - Propostas de Linhas de Ação – Grupos
- 18:00 - Encerramento do 1º dia

1º de setembro

- 08:30 - Apresentação dos resultados do dia anterior
- 08:40 - Propostas de Linhas de Ação – Grupos
- 09:30 - Propostas de Linhas de Ação – Plenária
- 10:15 - Intervalo
- 10:30 - Definição da agenda e mobilização para o 4º Seminário
- 12:00 - Dinâmica
- 12:30 - Encerramento

Nele, foram apresentadas as discussões ocorridas nas sete bacias, consolidadas em planilhas com temáticas afins e definidas as diretrizes e linhas de ação para cada conjunto de estratégias, agrupadas como se verá no capítulo seguinte.

Neste terceiro momento também foi definida a programação para o momento seguinte, que, mais uma vez, seria realizado em cidades localizadas nas bacias e que aconteceria buscando seguir a agenda proposta:

1º Dia

- 08:00 - Abertura
- 08:15 - Dinâmica de integração
- 08:45 - Relembrando os seminários anteriores
- 09:30 - Detalhando as Ações Básicas
- 10:30 - Intervalo
- 10:45 - Detalhando o funcionamento do Comitê
- 12:45 - Almoço
- 14:45 - Definindo e priorizando as Ações
- 16:15 - Intervalo
- 16:30 - Conceitos e formatação de projetos
- 17:00 - Qualidade da Água do Vale Perenizado dos principais açudes do Curu
- 18:00 - Encerramento 1º dia

2º Dia

- 08:00 - Relembrando as decisões do dia anterior
- 08:30 - Elaboração de projetos
- 10:15 - Intervalo
- 10:30 - Elaboração de projetos - continuação
- 12:00 - Apresentação dos projetos
- 12:45 - Encerramento

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DOS CBHs - REALIZAÇÃO DOS SEMINÁRIOS

1º SEMINÁRIO

Realizado no Auditório da COGERH, em Fortaleza.

Período: 29 e 30/06/04

Participantes: Diretorias dos 07 CBHs constituídos, representantes da Comissão do Pró-CBH Acaraú, técnicos dos órgãos gestores: SRH e COGERH.

Consultores: Paulo Lincoln e Francisco Carlos (Cacá)

2º SEMINÁRIO

COMITÊ	CONSULTOR(ES)	MUNICÍPIO / LOCAL / DATA
Banabuiú	Paulo Lincoln e Fco. Carlos (Cacá)	Quixeramobim/ Escola Humberto Bezerra/ 27 e 28 de julho de 2004
Alto Jaguaribe	Paulo Lincoln	Iguatu/ SEBRAE/ 03 e 04 de agosto de 2004
Salgado	Paulo Lincoln	Crato/ Escola Técnica Agrícola/ 05 e 06 de agosto de 2004
Pró-Acaraú	Fco. Carlos (Cacá)	Sobral/ Centro de Convenções/ 03 e 04 de agosto de 2004
Curu	Fco. Carlos (Cacá)	Paracuru/ Secretaria de Educação do Município/ 05 e 06 de agosto de 2004
Médio Jaguaribe	Paulo Lincoln	Nova cidade de Jaguaribara/ Câmara Municipal/ 10 e 11 de agosto de 2004
Metropolitanas	Paulo Lincoln e Fco. Carlos (Cacá)	Fortaleza/ Hotel Amuarama/ 12 e 13 de agosto de 2004
Baixo Jaguaribe	Fco. Carlos (Cacá)	Limoeiro do Norte/ Pousada e Peixada Bezerra/ 24 e 25 de agosto de 2004 NÃO realizado (por falta de quorum) OBS: A equipe técnica deslocou-se ao município para a realização do Seminário, porém não aconteceu por falta de quorum.

3º SEMINÁRIO

Realizado no Auditório do Hotel Amuarama

Período: 31/agosto/04 a 01/set/2004

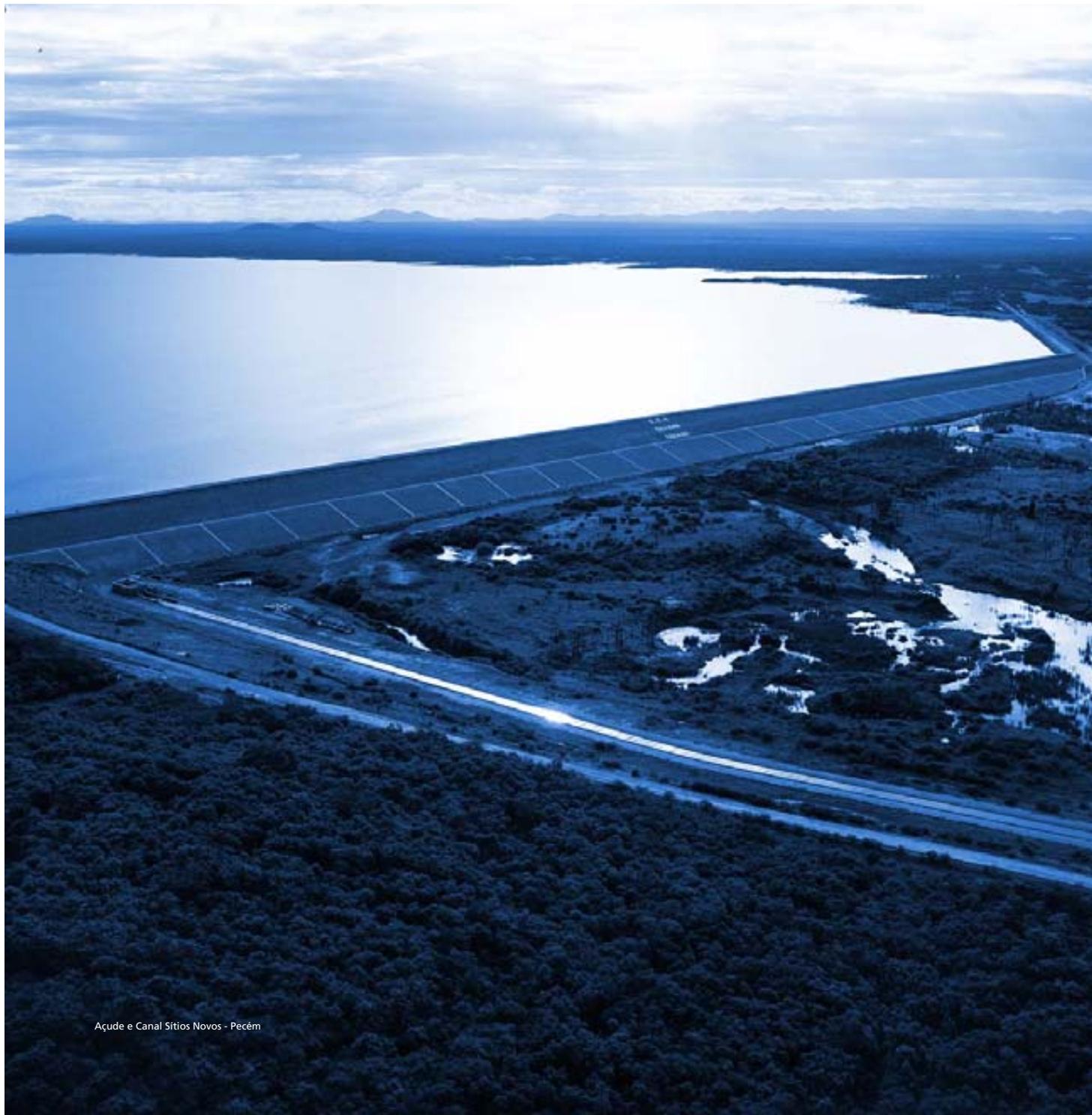
Participantes: Diretorias dos 7 CBHs (Curu, Metropolitanas, Salgado, Banabuiú, Baixo Jaguaribe, Médio Jaguaribe e Alto Jaguaribe), representantes da Comissão Pró-Comitê Acaraú, técnicos envolvidos com a gestão dos recursos hídricos da: SRH/CGERH, COGERH e Gerências Regionais da COGERH.

Consultores: Paulo Lincoln e Francisco Carlos (Cacá)

4º SEMINÁRIO

COMITÊ	CONSULTOR(ES)	MUNICÍPIO / LOCAL / DATA
Banabuiú	Fco. Carlos (Cacá)	Quixadá/ Santuário Mãe Rainha do Sertão/ 11 e 12 de novembro de 2004
Alto Jaguaribe	Paulo Lincoln	Iguatu/ SEBRAE/ 09 e 10 de novembro de 2004
Salgado	Paulo Lincoln	Várzea Alegre/ STR/ 11 e 12 de novembro de 2004
Pró-Acaraú	Fco. Carlos (Cacá)	Sobral/ CENTEC/ 04 e 05 de agosto de 2004
Curu	Paulo Lincoln e Fco. Carlos (Cacá)	Paracuru/ Auditório da Colônia de Pescadores/ 07 e 08 de outubro de 2004
Médio Jaguaribe	Paulo Lincoln	Nova cidade de Jaguaribara/ Câmara Municipal/ 04 e 05 de novembro de 2004
Metropolitanas	Paulo Lincoln e Fco. Carlos (Cacá)	Fortaleza/ Hotel Amuarama/ 19 e 20 de outubro de 2004
Baixo Jaguaribe	Fco. Carlos (Cacá)	Limioeiro do Norte/ Pousada e Peixada Bezerra/ 26 e 27 de outubro de 2004 NÃO realizado (por falta de quorum) OBS: Pela segunda vez, a equipe técnica deslocou-se ao município para a realização do Seminário e, mais uma vez, não aconteceu por falta de quorum.

Dois momentos foram agendados para a realização do Planejamento Estratégico do CBH Baixo Jaguaribe, no entanto, por falta de quorum foram cancelados, sendo suspenso por um período, enquanto se analisava a situação e buscava-se uma solução. Fato que levou a serem remarcados e realizados o 2º e o 4º Seminários nos dias 01 e 02 de março de 2005, porém, com uma nova estruturação.



Açude e Canal Sítios Novos - Pecém

PARTE I RESULTADOS

Os Planos Estratégicos de cada um dos Comitês de Bacia estão anexados a esta publicação. Entretanto, com a finalidade de dar uma idéia geral dos produtos dos trabalhos realizados, descrevemos abaixo aquilo que foi consensado nos seminários que envolveram representação de todos os Comitês.

Missão

Promover a gestão dos RHs garantindo a participação da sociedade no processo decisório buscando o desenvolvimento sustentável da bacia.

Visão de Futuro

- No ano 2020, os CBHs estão fortalecidos, representativos e atuantes, participando das deliberações e ações sobre a política de RH em harmonia com a sociedade e órgãos gestores;
- existe uma distribuição equitativa dos RH entre os vários usos a todos os segmentos da população;
- a sociedade tem consciência e reconhece o papel dos Comitês nas políticas de gestão de RH e como instância para dirimir os problemas;
- as instituições conscientes do seu papel e bem representadas no CBH.
- instituições afins participando integradas nas políticas de gestão de RH;
- os instrumentos de gestão são implementados com participação dos Comitês:
 - o Comitê decide e acompanha a destinação dos recursos oriundos da cobrança;
 - os CBHs concebem, internalizam, aprovam e põe em execução os planos de bacia.
- os CBHs funcionam plenamente com infra-estrutura adequada e orçamento assegurado;
- todo CBH está capacitado jurídica, técnica e administrativamente para a gestão dos RH;
- o meio ambiente é visto como um todo na integração e interligação de bacias e um percentual dos recursos arrecadados pela cobrança é destinado à sua recuperação na área da bacia.
- as redes de ensino divulgam o conhecimento dos potenciais de cada bacia.
- existe uma instância colegiada dos CBHs.

Valores

Compromisso: tomar para si a responsabilidade de fazer acontecer as ações pensadas pelo coletivo cumprindo os deveres.

Transparência: clareza nas ações dos CBHs e dos seus membros.

Respeito: conciliar as diferenças de idéias e ações buscando os consensos.

Coerência: agir com impessoalidade, respeitar as diferenças.

Representatividade: assegurar a participação dos vários segmentos.

Participação: exercício da cidadania como forma de inclusão social, e fortalecendo a representatividade institucional.

Ética: desempenhar de forma íntegra e imparcial todas as atribuições, respeitando os valores assumidos pelos CBHs.

GRUPOS INTERESSADOS

Principais Interessados	Relação desejada com os CBHs
a) Formulação política Ex.: SRH-MMA, SRH-CE, CONERH	Participação no processo decisório, transparência e confiança mútua.
b) Implementação política Ex.: ANA, COGERH, DNOCS, Prefeituras	Participação no processo decisório, acompanhamento das ações; participação efetiva nos comitês; confiança mútua e eficiência na informação.
c) Reguladores/Fiscalizadores Ex: IBAMA, OAB, SEMACE, Ministério Público	Acolhimento preferencial das demandas do comitê; ação efetiva junto aos comitês; ação de fiscalização/regulação facilitada; comitês de fiscalização formulando demandas qualificadas através de consensos técnicos.
d) Informação/Assessoria Ex: FUNCEME, Secretarias Estaduais, Universidades	Disponibilidade/socialização de informação; clareza de informação dos órgãos; agilidade e oportunidade nas instruções e assessoria; capacitação contínua; prestação de assessoria mediante a demanda; comunicação dos comitês com a sociedade através de meios de comunicação de massa.
e) Divulgação Ex: Imprensa	Fidelidade, agilidade, acesso, divulgação das informações: qualificação da imprensa pelos CBHs.
f) Legislação Ex: Assembléia Legislativa, Congresso, CONERH	Canais de comunicação preferenciais.
g) Fomento Ex: BB, BNB, Fundações, ONGs	Articulação do comitê; oferecimento ordenado de demandas; estabelecimento de parcerias; clareza na prestação de contas.
h) Usuários Ex: CAGECE, SAAEs, Cooperativas, Associações de Irrigantes, FIEC	Participação efetiva; comunicação; defesa dos interesses dos usuários no comitê, imparcialidade com relação aos usuários, relação ética entre as partes; estímulo à participação.

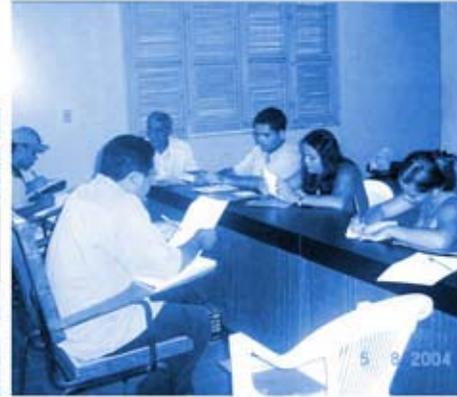
Estratégias, Diretrizes e Linhas de Ação

ESTRATÉGIAS CONSOLIDADAS	DIRETRIZES	LINHAS DE AÇÃO
<p>Estratégia de Educação Ambiental</p> <ul style="list-style-type: none"> • Articular parcerias para sensibilizar e capacitar os membros do Comitê e as comunidades envolvidas, com relação ao uso e conservação dos RHs e meio ambiente; • Promover e incentivar a educação ambiental nos municípios que compõem a bacia; • Incentivar a educação ambiental voltada para a gestão dos RHs; • Intensificar a educação ambiental, articular projetos e participar deles; • Fomentar programas de educação ambiental; • Fomentar a conservação, preservação e educação ambiental da bacia hidrográfica; • Implantar e implementar ações junto aos usuários visando o uso sustentável e racional dos recursos. 	<p>Diretrizes sobre Educação Ambiental</p> <ul style="list-style-type: none"> • A educação ambiental deve integrar parcerias com instituições que desenvolvam programas e/ou projetos na área de abrangência da bacia; • A educação ambiental deve despertar na população a consciência para a preservação dos recursos hídricos. 	<p>Educação Ambiental</p> <ul style="list-style-type: none"> • Palestras em gestão dos recursos hídricos nas câmaras municipais, escolas e comunidades; • Elaboração e divulgação de material didático voltado para a gestão dos recursos hídricos; • Realizar visitas técnicas para conhecer os impactos ambientais nos sistemas hídricos; • Realizar encontros com as lideranças; • Capacitação em conservação dos solos e uso racional da água para as comunidades envolvidas nas bacias; • Realizar cursos sobre os princípios e instrumentos de gestão e o conhecimento do Plano da Bacia; • Envolver os CREDE e as Secretarias Municipais de Educação nas atividades do Comitê em relação à educação ambiental.

ESTRATÉGIAS CONSOLIDADAS	DIRETRIZES	LINHAS DE AÇÃO
<p>Estratégias de Capacitação dos Membros</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a capacitação permanente dos membros do comitê; • Estimular permanentemente capacitações e intercâmbios aos membros do CBH; • Fortalecer a capacitação específica para os membros do Comitê. 	<p>Diretrizes sobre Capacitação dos Membros</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os programas de capacitação devem ser montados com a participação efetiva dos membros do Comitê; • Os membros devem estar plenamente conscientes e capacitados sobre os princípios e instrumentos de gestão; • Estabelecer um fórum estadual de intercâmbio e fortalecimento das ações dos comitês; • A capacitação deve enfatizar todos os fatores que interferem no uso racional dos recursos hídricos; • Deve haver uma integração das ações de mobilização, capacitação e divulgação; • Todos os membros devem ser capacitados permanentemente em gestão de recursos hídricos. 	<p>Capacitação dos Membros</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar capacitação permanente para os membros dos CBHs sobre os problemas hídricos existentes na bacia; • Realizar apresentações das instituições/membros nas reuniões do CBH; • Realizar encontro estadual dos comitês.

ESTRATÉGIAS CONSOLIDADAS	DIRETRIZES	LINHAS DE AÇÃO
<p>Estratégias de Mobilização Interna e Participação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resgatar o interesse dos membros do Comitê; • Estimular a participação efetiva de todos os membros do Comitê; • Intensificar a mobilização junto aos membros do Comitê; • Fortalecer e expandir a participação dos segmentos que compõem o Comitê; • Incentivar a participação dos membros em câmaras técnicas. 	<p>Diretrizes sobre Mobilização Interna e Participação</p> <ul style="list-style-type: none"> • A mobilização deve enfatizar a importância da participação de cada instituição e seus membros para ações do Comitê na Bacia Hidrográfica; • As instituições membro devem ser estimuladas a investir na implementação das ações do CBH; • A mobilização deve manter um feed-back para as instituições membros quanto aos resultados das atividades realizadas. 	<p>Mobilização Interna e Participação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reavaliar constantemente a participação dos membros, instituições representadas nas ações do CBH; • Manter constantemente divulgados, nos meios de comunicações disponíveis, as ações do CBH na Bacia; • Identificar os principais entraves da participação e estabelecer estratégias para superação; • Fazer campanhas informativas/educativas voltadas para o uso racional, preservação e conservação dos RHs; • Realizar visitas institucionais aos membros, instituições representadas do CBH e demais parceiros; • Construir uma agenda comum de interesse de todos os membros e delegar responsabilidades; • Realizar encontros periódicos de integração entre os membros; • Informar os membros, instituições representadas, as ações desenvolvidas ou planejadas para a bacia.

ESTRATÉGIAS CONSOLIDADAS	DIRETRIZES	LINHAS DE AÇÃO
<p>Estratégias de Mobilização Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incentivar e participar dos processos de organização dos usuários dos sistemas hídricos; • Mobilizar e conscientizar a população sobre o uso dos RHs; • Mobilizar os municípios para enfrentamento dos problemas de esgotamento sanitário e resíduos sólidos; • Envolver a comunidade (oficinas, atividades educacionais, elaboração e execução de projetos comunitários) para a solução de problemas locais; • Despertar na sociedade a importância do saneamento básico; • Intensificar a atuação do CBH no alto Curu. 	<p>Diretrizes de Mobilização Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • As propostas de ação dos Comitês devem incluir parcerias ou outros meios de convenção com instituições que atuam na bacia; • A mobilização para qualquer atividade do CBH deve ser realizada em toda a bacia através dos mecanismos de comunicação disponíveis, utilizando-se de pauta e objetivos definidos, assegurando a participação dos membros e demais parceiros. 	
<p>ESTRATÉGIAS DE AUTONOMIA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a autonomia dos CBHs; • Buscar recursos financeiros e fomentar uma melhor organização dos Comitês e a infra-estrutura necessária para seu funcionamento; • Fortalecer os CBHs assegurando a autonomia administrativa, política e financeira; • Suprir as necessidades de infra-estrutura do Comitê através de parcerias com órgãos públicos e instituições de fomento; • Assegurar a estruturação e a manutenção do CBH; • Assegurar fontes permanentes de recursos financeiros para a execução dos trabalhos do Comitê; • Garantir a própria infra-estrutura e autonomia; • Garantir o sistema de informação de apoio à tomada de decisões; • Buscar a alocação de recursos na gestão dos RHs e ambientais. 	<p>DIRETRIZES SOBRE AUTONOMIA</p> <ul style="list-style-type: none"> • A diretoria do Comitê e seus membros deverão alocar um tempo mínimo para os trabalhos do Comitê; • A infra-estrutura mínima e o funcionamento do Comitê será assegurada com recursos do SIGERH e outros. 	<p>AUTONOMIA E PARCERIAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Visitar todas as Prefeituras para apresentação do Comitê visando o apoio às suas atividades (CMDs); • Conhecer as instituições membro do Comitê, suas atividades, programas etc; • Elaborar normas e procedimentos para realização dos trabalhos do Comitê (diretoria e membros); • Firmar parcerias com as diversas instituições afins para atuação na bacia; • Revisar o regimento interno; • Definir a estrutura mínima necessária para o funcionamento do Comitê; • Elaborar o Plano de Trabalho; • Acompanhar o aperfeiçoamento dos sistemas de suporte a decisão; • Incluir as comissões de ações e comissões de vigilância municipal nas estruturas do Comitê; • Conhecer todos os programas existentes ligados a RH e meio ambiente.
<p>ESTRATÉGIAS SOBRE PARCEIROS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Articular parcerias com instituições e movimentos sociais na busca dos objetivos do Comitê; • Trabalhar em rede, partindo da articulação e integração entre as instituições membro e com as entidades parceiras; • Estimular a integração de instituições afins e do CBH para o cumprimento das políticas públicas de RH; • Aumentar o envolvimento do Poder Público Municipal e das entidades no CBH; • Estimular parcerias entre o Comitê e instituições públicas e privadas para convergir ações de preservação do meio ambiente; • Buscar e fortalecer parcerias institucionais; • Articular as instituições reguladoras/fiscalizadoras para o acolhimento das demandas do CBH. 	<p>DIRETRIZES SOBRE PARCEIROS</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Comitê deverá buscar o maior número de parcerias para implementação de suas ações. 	



AVALIAÇÃO DO PROCESSO PELOS PARTICIPANTES

Levando-se em consideração que o Planejamento Estratégico é um processo que acontece colocando em diagnóstico uma realidade em que se vive buscando soluções a fim de atingir uma outra, é que se envolve o grupo de participantes, que são também formadores de opinião, para atender ao processo que requer uma avaliação para se procurar consensar o antes e o depois de cada planejamento.

A avaliação aplicada no final de cada Seminário com os participantes, tomando-se como base os aspectos: oportunidade, local, conteúdo, facilitadores e aproveitamento enfatizado de forma positiva e negativa a consistência das ações desenvolvidas no referido processo, obteve as seguintes respostas:

No contexto geral, a maioria considerou positiva a oportunidade da realização do evento por trazer muito conteúdo, ser produtivo, com resultados expressivos e com sucessos alcançados. Citaram com ênfase a metodologia aplicada pelos facilitadores, considerando-os seguros no assunto, haja vista, apresentarem clareza e boa condução dos trabalhos.

Parte dos participantes avaliou o Seminário como um espaço democrático, participativo e de bom aprendizado, com alto nível de discussão, o qual contribuiu muito para o aprendizado do Comitê e para a integração entre os membros.

No entanto, foi considerada, por uma pequena parte, como ponto negativo, a ausência de algumas instituições, a falta de pontualidade no início dos trabalhos o que possivelmente dificultou a melhor qualidade do evento, favorecendo as conversas paralelas.

Como ponto conclusivo da avaliação, os participantes sugeriram: fazer eventos dessa natureza com mais frequência, inclusive com monitoramento dos resultados; multiplicação dos conhecimentos para todos os gestores, membros e usuários da bacia; que os problemas identificados sejam encaminhados aos órgãos responsáveis para possíveis soluções; fazer um fórum específico com os novos prefeitos, sensibilizando-os para a participação mais efetiva.



Açude Angicos - Município: Coreaú

COMENTÁRIOS GERAIS

A realização do Planejamento Estratégico dos Comitês das Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará trouxe à tona algumas considerações que poderão servir para orientar o aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos.



Planejamento Estratégico - Plenária do CSBH Salgado

Se, por um lado, foi possível verificar o empenho e a diversidade das instituições que compõem os comitês cearenses, também foram contundentes as questões expostas diante das mesmas no cumprimento de suas atribuições

legais enquanto espaço de articulação institucional voltado para a gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos.

Destacaria como a primeira delas a confusão conceitual que vários membros demonstram quando o assunto é relacionado às competências legais dos Comitês e suas atribuições no sistema. A disparidade de conceitos apontados leva a crer que os programas de capacitação não têm obtido o sucesso esperado e/ou que o nível de maturidade nas discussões realizadas no dia-a-dia não tem contribuído para a clareza no papel dessa instância do sistema.

Ilustrarei essa situação a partir das três grandes questões que não foram consensadas ainda no momento de definição da identidade dos Comitês: a definição de que os Comitês deveriam ou não ter assento no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, no Conselho de Administração da COGERH e nas discussões sobre o que significa uma autonomia dos Comitês diante do órgão gestor.

Pela natureza dos Comitês – órgãos colegiados plurais que buscam a construção de consensos e a redução das divergências – uma representação dos mesmos em um colegiado que tem a atribuição de ser instância superior nas decisões que extrapolam suas atribuições pareceria como uma corrupção do conceito de sistema, onde cada elemento tem sua participação na construção do todo. Assim, ao sugerir que o conjunto de comitês possa eleger uma representação dentro de uma instância que possui atribuições específicas no mesmo sistema, dá a entender que não existe ainda uma confiança entre os entes que deveriam, a princípio, estar empenhados em consolidar suas atuações na busca da finalidade comum: a boa gestão das águas. Daí a necessidade manifesta por alguns membros de poder estar dentro do outro órgão como forma de garantir a boa atuação deste, no caso, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Em relação à segunda questão – se os Comitês deveriam ter ou não assento no Conselho de Administração da COGERH – a questão aprofunda uma discussão bem mais ampla na concepção do sistema estadual de gerenciamento dos recursos hídricos: como deve ser a agência de águas dos comitês cearenses.

Já foi bastante defendido e exemplificado que o Ceará, pelas suas particularidades climáticas e econômicas, deveria possuir uma agência única e que essa agência deverá ser a COGERH. As defesas são óbvias: o desequilíbrio regional no Estado e a condicionante de que uma agência deverá possuir sustentabilidade operacional a partir da sustentação financeira advinda da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Entretanto, ao assumir o papel de agência de águas – e Secretaria Executiva dos Comitês – a COGERH também assume uma subordinação ao cumprimento das decisões oriundas do plenário dos CBHs. Pelo menos, esse seria o princípio do relacionamento entre um comitê e sua agência de águas.

A COGERH tem como atribuição regimental, na maioria dos comitês, funcionar como a Secretaria Executiva, com ações bem definidas. No entanto, ela não vem desempenhando essa tarefa a contento, de acordo com a maioria dos participantes dos seminários, na medida em que ainda não possibilitou um funcionamento regular aos referidos colegiados e que tem seguido mais as orientações emanadas da SRH e da administração central da Companhia do que as necessidades/solicitações manifestadas pelos Comitês. Seguindo essa constatação, nota-se que a COGERH assume, horas a função de suporte, horas a função de controle, o que não tem sido produtor para o avanço do sistema estadual.

Essa situação leva à terceira questão colocada nos seminários: a que diz respeito à autonomia dos Comitês.

Não ficou bem claro o conceito que se atribuiu a autonomia nessas discussões mas, foi bastante compreendido como a capacidade que o Comitê deve ter de pautar suas discussões, articular seus membros e encaminhar suas decisões, tudo isso suportado por um bom sistema de informações e pelo aporte de recursos financeiros para a realização de suas ações. Na medida em que os comitês são entes sem personalidade jurídica e não possuem caráter executivo, essas ações vêm sendo realizadas pelas Secretarias Executivas que, como ilustrado acima,



Açude Aracoiaba

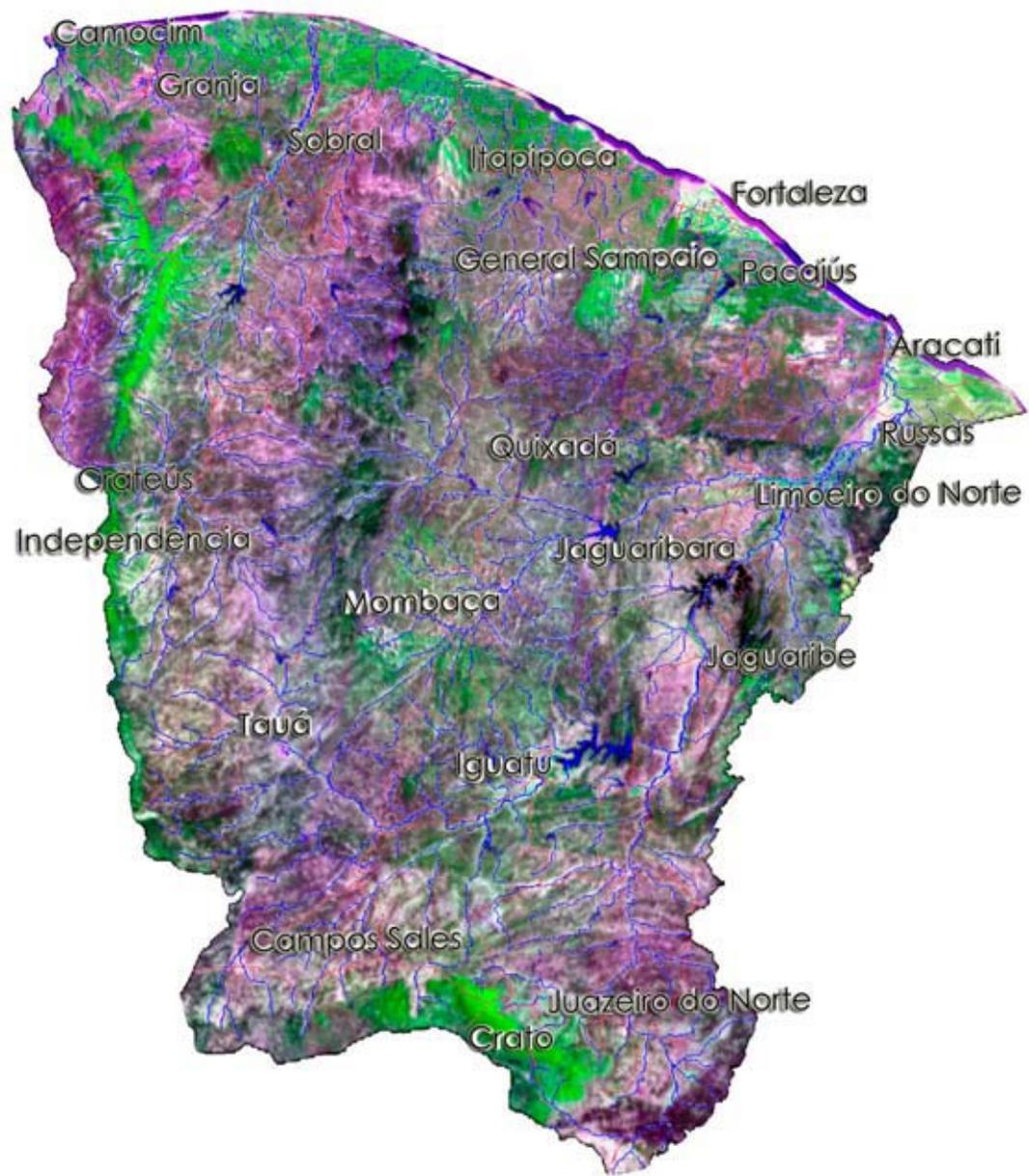
ainda não conseguiram equacionar sua função enquanto órgão de gerenciamento com as funções de suporte direto aos Comitês. Isso tem contribuído para que o sistema emperre diante de alguns encaminhamentos e contribua para a desmotivação de alguns membros.



Trabalho de Grupo do CSBH Salgado

Também destaca-se a necessidade de reforçar a articulação com as demais instituições, principalmente as que compõem o sistema de meio ambiente, tendo em vista que a problemática mais exposta nos Comitês vem sendo a de cunho ambiental. É notável a ausência dos órgãos ambientais nos Comitês sendo que os mesmos poderiam ser os primeiros a partirem para a consolidação da bacia enquanto unidade de gestão ambiental, extrapolando a lógica ainda existente.

Finalmente, cabe uma observação sobre a sentida falta de participação, nas reuniões de planejamento, de um número significativo de entidades membro dos Comitês. Por que algumas entidades, que lutaram para conseguir um lugar no Comitê, deixam de participar de suas reuniões logo depois da posse? Este, aliás, foi um dos principais pontos fracos elencados em quase todas as bacias. Muitas foram as sugestões para enfrentar o problema. Entretanto, entende-se que a base desse pequeno envolvimento está na percepção, por parte dessas entidades, de que os comitês não representam uma instância de poder dentro do sistema de recursos hídricos. Por esta razão não valeria a pena investir recursos humanos e materiais participando do CBH. De fato é necessário que os Comitês, conhecedores da realidade de cada bacia, proponham mecanismos que garantam seu envolvimento na tomada de decisões que impactem questões chave ligadas ao uso e preservação dos recursos hídricos. Este, seguramente, é o caminho para um maior reconhecimento e fortalecimento dos comitês na comunidade em que atuam.



MODELOS DIGITAIS DE REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Um novo olhar sobre as representações espaciais das bacias hidrográficas do Estado do Ceará são os modelos digitais - MDTs criados em computador, o que nos dá uma nova perspectiva de planejamento para intervenção no meio ambiente, possibilitando a visualização das grandes obras de infra-estrutura hídrica e das mudanças no modelo de gestão até aqui implementado pela SRH-COGERH-SOHIDRA, com a introdução de ferramentas contemporâneas de SIGs e Sensoriamento Remoto, o que induz novos padrões de controle espacial, bem-estar social e manejo ambiental.

Essa perspectiva apóia-se em imagens de satélites multitemporais e multiespectrais e modelos matemáticos altimétricos, embasadas em visualizações confiáveis e sempre atualizadas das constantes mudanças sobre nosso território.

As cores representadas pelo modelo são como uma colcha de retalhos de um grande mosaico multicolorido dos espaços diferenciados que são os diversos contrastes existentes nos pequenos segmentos de usos diferenciados sobre a superfície.

As pequenas manchas pretas representam a busca do homem pela água, são os nossos reservatórios, as nuances de verdes as nossas matas, desde a ciliar, mais clara e em forma de filetes até as florestas com tons mais escuros e em grandes áreas, passando por cores arroxeadas das caatingas e vegetações rasteiras, o vermelho e o róseo constituem as regiões mais antropizadas, onde a intervenção do homem foi mais implacável e as aglomerações urbanas são formas mais estilizadas pelos padrões geométricos retangulares.

Contrapondo a tudo isto, os modelos digitais ainda têm a possibilidade de visualização do relevo, através da rugosidade das nossas serras e serrotes, montanhas e chapadas, vales e cumes mostrando a modelagem secular da nossa estrutura geológica formando padrões de paisagens com enormes belezas cênicas.

Por tanta melhoria na visualização do espaço é que optamos por representar nesta publicação as bacias hidrográficas de modo tridimensional.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ACARAÚ



Criado pelo Decreto nº 27.647, de 07 de dezembro de 2004, e instalado em 18 de fevereiro de 2005. É constituído por 40 instituições-membro, estando estas representadas nos seguintes segmentos: sociedade civil (30%) – 12 instituições; usuários (30%) – 12 instituições; poder público municipal (20%) – 08 instituições; poder público estadual e federal (20%) – 08 instituições.

ÁREA DE ATUAÇÃO

Localizada na Zona Norte do Estado, essa Região é drenada exclusivamente pelo rio Acaraú e seus afluentes. Ocupa uma área da ordem de 14.427 km² que representa 9,22% da área do Estado. Os rios Groairas, Jacurutu, dos Macacos e Jaibaras são os principais contribuintes do Acaraú, e compõem a segunda bacia independente do Ceará. Seus 684 açudes conferem uma capacidade de acumulação estimada em 1,6 bilhão de m³ destacando-se dez açudes estratégicos que armazenam 1.37 bilhão de m³

Os volumes acumulados estão concentrados em grandes reservatórios, destacando-se o Araras, com 890,00 hm³ regularizando 9,27 m³/s, o Edson Queiroz, com 250,5 hm³ regularizando 1,75 m³/s, e o Ayres de Sousa, com 104,4 hm³ regularizando 1,92 m³/s. Além desses, citem-se os açudes Acaraú Mirim, com 52,00 hm³ e Forquilha, com 50,00hm³.

Os açudes Poço Comprido, Pedregulho, Taquara compõem a infra-estrutura futura. Implantados, totalizarão capacidade de 967,40hm³. O nível de acumulação necessária com pequena e média açudagem é estimado em 13,30 hm³ no ano normal.

Seus principais aquíferos são Cristalino, Aluvionar, Jaibaras, Barreiras e Bacia Sedimentar Serra Grande. Estão cadastrados 749 poços, com uma disponibilidade instalada de 1.243,7 m³/h.

MUNICÍPIOS COMPONENTES (27)

ALTO ACARAÚ (07): Catunda, Hidrolândia, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Santa Quitéria e Tamboril. **MÉDIO ACARAÚ (14):** Alcântaras, Cariré, Forquilha, Graça, Groairas, Ipu, Massapê, Meruoca, Mucambo, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Sobral e Varjota. **BAIXO ACARAÚ (06):** Acaraú, Bela Cruz, Cruz, Marco, Morrinhos e Santana do Acaraú.

O Histórico da Formação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Acaraú

O Processo de Formação do Comitê da Bacia do Acaraú teve início em 1998, quando foi realizado o Diagnóstico Institucional pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - COGERH, que tinha por objetivo subsidiar o Seminário Institucional da Bacia. Entretanto, face a necessidade de dar ênfase à formação dos Comitês da Bacia do Jaguaribe, o trabalho foi paralisado por dois anos. Neste intervalo de 1998 a 2000 foram fomentadas comissões de usuários nos açudes: Arrebita, Forquilha, Acaraú, Mirim e Sobral, onde foram mobilizados os Usuários, a Sociedade Civil e Poder Público atuantes na área, como forma de incentivar a gestão participativa e racional da água na Bacia.

A Reunião para o Esclarecimento do Uso das Águas do Açude Araras para Produção de Energia Elétrica, realizada no dia 23 de maio de 2001, em Sobral, representou a retomada do processo, pois possibilitou a abertura das discussões em torno da questão dos recursos hídricos da Bacia do Acaraú, em decorrência da necessidade de água para atender a geração de energia elétrica, a partir das turbinas instaladas no Açude Paulo Sarasate(Araras), solicitado pela CHESF.

Logo em seguida, em junho de 2001, foi realizado o 1º Seminário de Operação do Vale do Acaraú, ocasião onde foi escolhida uma Comissão que passou a acompanhar todas as operações feitas no Açude Paulo Sarasate. Em um de seus desdobramentos, no dia 14 de setembro de 2001, foi criada a Comissão de Articulação Pró-Comitê de Bacia. Dentre as suas primeiras deliberações, estão a realização dos três Seminários Regionais, (acompanhadas de visitas ecológicas), que aconteceram: em dezembro de 2001, no Alto Acaraú, em Monsenhor Tabosa e nascentes do rio Acaraú; em fevereiro de 2002, no Médio Acaraú, em Varjota

e Perímetro, Araras Norte; e em março de 2002, no Baixo Acaraú, em Bela Cruz e Perímetro Baixo Acaraú.

Em janeiro de 2003 foram realizadas as "visitas de sondagem" a todas as Prefeituras da Bacia, contando com a participação de membros da Comissão de Articulação, objetivando mobilizar o referido segmento. Foi então formada uma sub-comissão encarregada de organizar o I Seminário Institucional da Bacia do Acaraú, marcado inicialmente para maio de 2003. No entanto, este evento só viria acontecer nos dias 26 e 27 de novembro de 2003 em função da necessidade de realocação de recursos financeiros e dos ajustes administrativos ocorridos com a mudança de governo.

Nesse ínterim a Comissão de Articulação Pró-Comitê continuou a se reunir, dando continuidade no processo. Ainda neste período, como ação de mobilização para o I Seminário Institucional, foram realizados três Encontros Regionais de Capacitação em Recursos Hídricos, nas cidades de Nova Russas, Sobral, Marco, Varjota e Santa Quitéria, em outubro de 2003. Aconteceu também neste período, nos dias 30 e 31 de outubro de 2003 um Seminário de Planejamento da Bacia em Meruoca.

Uma das deliberações do I Seminário Institucional foi a ampliação da Comissão de Articulação Pró-Comitê, passando a ser denominada, Comissão Ampliada de Articulação Pró-Comitê que se reuniu pela primeira vez em 16 de dezembro de 2003. Naquela ocasião foi deliberado que seria necessário realizar duas reuniões para o fortalecimento do processo de formação do comitê. A primeira foi realizada em Bela Cruz (10/03/04) e a outra em Varjota (11/03/04). Ainda atendendo a uma outra deliberação, uma segunda reunião da Comissão Ampliada aconteceu em 17/03/04 para discutir o regimento interno e as etapas a serem cumpridas até a instalação do comitê. Nesta segunda reunião foi criada a Comissão Executiva de Constituição do Comitê que ficou responsável pela elaboração da proposta do regimento interno e foi submetida à aprovação da Comissão Ampliada acontecida no dia 14 de abril de 2004.

Nas reuniões realizadas nos dias 29/04/04 e 10/05/04 foram retiradas estratégias de mobilização para o Congresso de Formação do CBH – Acaraú, ocorrido nos dias 09 e 10 de setembro de 2004. No Congresso, entre outras questões, foi aprovado o Regimento Interno do Comitê do Acaraú; definido que a composição do CBH-ACARAÚ seria de 40 membros, sendo 30% de representantes da sociedade civil, 30% de usuários de água, 20% de Poder Público Municipal e 20% de Poder Público Estadual e Federal; e realizada a escolha dos membros entre os delegados presentes.

Após o Congresso, foi formatada a documentação necessária para a formalização do CBH-ACARAÚ, com a solicitação de instalação; o histórico do processo; o regimento interno; os principais problemas hídricos e a relação dos membros escolhidos, e encaminhada ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH, que analisou e deliberou, pela instalação do referido comitê, tendo sido oficializado pelo Decreto nº 27.647 de 07 de dezembro de 2004.

A Reunião de Instalação e Posse do Comitê da Bacia Hidrográfica do Acaraú, foi realizada dia 18/02/2005, no município de Sobral, onde foi procedida a posse dos membros do Comitê e a eleição e posse da primeira diretoria. A eleição da primeira diretoria foi realizada a partir da inscrição de chapas, que resultou numa chapa única, que após a votação direta e secreta foi eleita e tomou posse na mesma oportunidade. A primeira diretoria do CBH-Acaraú foi eleita e composta por Karlos Welby Néri Paiva (Presidente); Pedro de Alcântara Pitombeira Maia (Vice-Presidente) e Francisco Osvaldo Aguiar (Secretário-Geral).

É conveniente ressaltar que a Comissão Pró-Comitê integrou-se às discussões estaduais e nacionais de gestão de água com a participação de representantes no grupo de articuladores a partir de 2002 e dos IV, V e VI Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas, realizados em Balneário Camburiú - SC (2002), em Aracaju - SE (2003) e Gramado-RS (2004).

O CBH Acaraú no momento de Planejamento Estratégico

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Acaraú é presidido pelo Sr. Karlos Welby Néri Paiva representante do Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú – DIRBA, inserido no segmento de Usuários, tendo como vice-presidente o Sr. Pedro de Alcântara Pitombeira Maia representante da Secretaria de Desenvolvimento Rural da Prefeitura Municipal de Sobral. Como secretário-geral o Sr. Francisco Osvaldo Aguiar representante do Instituto Carnaúba pelo segmento da Sociedade Civil.

Seu Plenário possui 40 membros com seus respectivos suplentes. Como está ainda no seu primeiro mandato, fase inicial de gestão, vem atuando com ênfase na legitimação do Comitê perante as instituições locais e do Sistema de gestão, como também na capacitação dos seus membros.

INSTITUIÇÕES MEMBROS QUE COMPÕEM O COMITÊ DO ACARAÚ POR SEGMENTO	
USUÁRIOS (12)	SOCIEDADE CIVIL (12)
Ass. de Marisq. e Pescad. de Curral Velho	Fundação Educativa e Cultural do Acaraú/CE
Dist. de Irrig. do Perímetro Baixo Acaraú	STR - Ipueriras/CE
SAAE Sobral	STR – Marco/CE
Cimento Poty	Associação Santa Rosa II
Colônia de Pescadores Z-15	Cáritas Diocesana de Sobral
Coop. dos Irrig. de Forquilha - COIF	Fund. Univ. Est. do Vale do Acaraú – UVA
Ass. dos Irrig. do Mun. de Groairas	Instituto Carnaúba
Dist. Irrig. do Perímetro Araras Norte - DIPAN	Instituto Centro de Ensino Tecnológico - CENTEC
Com. Indígena Tremembé – Ass. Missão Tremembé	Paróquia N. Sa. da Conceição de Acaraú
SISAR	STR de Forquilha
CAGECE	CAPACIT
Sindicato Rural de Morrinhos	Diocese de Sobral/CE
PODER PÚBLICO MUNICIPAL (08)	PODER PÚBLICO ESTADUAL E FEDERAL (08)
Prefeitura Municipal de Bela Cruz	Delegacia Federal de Agricultura - DFA
Prefeitura Municipal de Santa Quitéria	IBAMA – Sobral
Prefeitura Municipal de Acaraú	Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH
Prefeitura Municipal de Catunda	DNOCS
Prefeitura Municipal de Groairas	CPRM - Residência de Fortaleza
Prefeitura Municipal de Morrinhos	Banco do Nordeste
Prefeitura Municipal de Sobral	FUNAI
Câmara Municipal de Alcântaras	Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará - SEMACE
TOTAL DE INSTITUIÇÕES MEMBROS DO CBH ACARAÚ = 40	

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ACARAÚ

Sobral, 03 e 04 de agosto de 2004 (2º Seminário)

Sobral, 04 e 05 de novembro de 2004 (4º Seminário)

MISSÃO

Promover a gestão dos Recursos Hídricos garantindo a participação da sociedade no processo decisório buscando o desenvolvimento sustentável da Bacia.

VISÃO DE FUTURO

- CBHs fortalecidos, representativos e atuantes, participando das deliberações e ações sobre a política de RH em harmonia com a sociedade e órgãos gestores;
- Existe uma distribuição equitativa dos RHs, entre os vários usos, com prioridade para o abastecimento humano, a todos os segmentos da população;
- A sociedade tem consciência e reconhece o papel dos Comitês nas políticas de gestão de RH e como instância para dirimir os problemas;
 - As instituições conscientes do seu papel e bem representadas no CBH;
 - Instituições afins participando integradas nas políticas de gestão de RH;
 - Os CBHs são consultados, emitem pareceres e acompanham a implantação de projetos que causam impactos nos RHs da Bacia;
- Os instrumentos de gestão são implementados com participação dos comitês:
 - o Comitê decide e acompanha a destinação dos recursos oriundos da cobrança CBHs concebem, internalizam, aprovam e acompanham a execução dos planos de bacia
 - Os CBHs funcionam plenamente com: infra-estrutura adequada e orçamento assegurado
- CBH capacitado jurídico, técnica e administrativamente para a gestão dos RHs;

- O meio ambiente é visto como um todo na integração e interligação de áreas e um percentual dos recursos arrecadados pela cobrança são destinados à educação, preservação, conservação e recuperação tendo em vista o equilíbrio ecológico na área da Bacia;
- As redes de ensino repassam o conhecimento das potencialidades, fragilidades e todo o acervo existente de cada Bacia;
- Existe uma instância colegiada dos CBHs.

Questões em discussão

- O Comitê tem autonomia política e financeira para desenvolver suas atividades;
- CBH participam paritariamente do CONERH?
- Os CBHs participam do conselho de administração da COGERH "Autonomia política pode ser expressa caso seja incorporado na norma legal que as instituições deleguem poder aos seus representantes".

VALORES

- **Compromisso:** tomar para si a responsabilidade de fazer acontecer as ações pensadas pelo coletivo cumprindo os deveres.
- **Transparência:** clareza nas ações dos CBHs e dos seus membros.
- **Respeito:** conciliar as diferenças de idéias e ações buscando os consensos.
- **Coerência:** agir com impessoalidade, respeitar as diferenças.
- **Representatividade:** assegurar a participação dos vários segmentos.
- **Participação:** exercício da cidadania como forma de inclusão social, fortalecendo a representatividade das entidades que compõem o CBH.
- **Ética:** desempenhar de forma íntegra e imparcial todas as atribuições, respeitando os valores assumidos pelos CBHs.

GRUPOS DE INTERESSADOS

Qual a relação desejada com as organizações interessadas na existência, estruturação e fortalecimento dos CBHs?

Principais interessados	Relação desejada com os CBHs
Formulação política Ex.: SRH-MMA, SRH-CE, CONERH	Participação no processo decisório, transparência e confiança mútua. Descentralização.
Implementação das políticas Ex.: ANA, COGERH, DNOCS, Prefeituras	Participação no processo decisório; acompanhar ações; participação efetiva nos comitês; confiança mútua e eficiência na informação. Respeito às decisões do CBH
Reguladores/ Fiscalizadores Ex.: IBAMA, OAB, SEMACE, Ministério Público	Acolhimento preferencial das demandas do Comitê; ação efetiva, conjunta e moralizada junto aos comitês; facilitar a ação de fiscalização/regulação; comitês de fiscalização formulam demandas qualificadas através de consensos técnicos.
Informação/ Assessoria/Pesquisa e Extensão Ex.: FUNCEME, Secretarias Estaduais, Universidades	Disponibilidade/socialização de informações, clareza de informações dos órgãos; comunicação dos comitês com a sociedade através de meios de comunicação de massa; agilidade e oportunidade nas instruções e assessoria; capacitação contínua; prestar assessoria mediante demanda.
Divulgação Ex.: Imprensa Legislação Ex.: Assembléia Legislativa, Congresso, CONERH	Fidelidade, agilidade, acesso, divulgação das informações; qualificação da imprensa pelos CBHs. Canais de comunicação e articulação preferenciais.
Fomento Ex.: BB, BNB, Fundações, ONG Usuários Ex.: CAGECE, SAAE, Cooperativas, Associações de Irrigantes, FIEC	Articulação do Comitê; oferecimento ordenado de demandas; estabelecimento de parcerias; clareza na prestação de contas. Participação efetiva; respeito às decisões do Comitê; comunicação; defesa dos interesses dos usuários no Comitê; estímulo à participação; imparcialidade com relação aos usuários; relação ética entre as partes.

AMBIENTE EXTERNO

Oportunidades

- Fortalecimento das políticas públicas de meio ambiente através dos consórcios intermunicipais de gerenciamento do lixo;
- Ampliação dos conflitos pelo uso da água na bacia;
- Fiscalização dos usos (novos empreendimentos) como forma de fortalecer o CBH;
- Ampliação de atividades de educação ambiental;
- Disponibilização de uma infra-estrutura para o funcionamento do CBH;
- Apropriação da experiência na formação dos demais CBHs;
- Avanço científico em pesquisas e tecnologia na área da bacia;
- A cobrança pelo uso da água;
- Ação conjunta dos órgãos na conscientização ambiental;
- Aumento dos investimentos em saneamento básico;
- Implementação dos instrumentos de gestão;
- Ampliação das ações da gerência da COGERH;
- Ampliação dos múltiplos usos (atividades turísticas, por exemplo).

Ameaças

- Ampliação das demandas ambientais e econômicas cuja competência para solução não estão no âmbito do CBH;
- Degradação ambiental; expansão da carcinicultura, destruição do carnaubal e dos mangues, pesca predatória; uso abusivo de áreas de proteção ambiental; aumento do desmatamento de matas ciliares; impactos ambientais ao longo da bacia (desmatamento, extração de areia, poluição, invasão das margens, uso de agrotóxicos, degradação da fauna e flora) aumento da ocupação urbana no entorno dos reservatórios; ausência dos órgãos ambientais; o desemprego aumenta; urbanização desenfreada nas cidades);
- Aumento na ineficiência e insuficiência dos sistemas de esgotamento sanitário;
- A cobrança pelo uso da água não ser implantada de forma participativa, mas imposta;
- Dificuldade na integração intermunicipal (?)

AMBIENTE INTERNO

Pontos Fortes

- Participação do grupo de articulação atuante há 3 anos;
- Participação do Poder Público de importantes municípios nas três regiões das sub-bacias;
- A representatividade dos segmentos (IES, ONG, Associações);
- Atuação da comissão nas discussões estaduais;
- Boa participação de usuários em determinados trechos da bacia (Ex. perímetro Baixo Acaraú);
- Ter seu campo de atuação definido;
- Estar estruturado;
- O compromisso de seus membros;
- A articulação com algumas prefeituras;
- Ser espaço de participação democrática da sociedade;
- Ter boa amplitude entre os segmentos participantes;

- Possibilidade de possuir câmaras técnicas articuladas;
- Participação de ONGs, do DNOCS, Instituições científicas: UVA, CENTEC, EMBRAPA;
- O nível intelectual, a consciência política a capacitação de seus membros.
- Possuir uma Secretaria Executiva atuante;
- A motivação do grupo para formar o Comitê;
- Participação nos processo de decisão sendo espaço onde problemas de diferentes localidades são compartilhados;
- Ser uma possibilidade de mobilização das comunidades para a informação de práticas irregulares.

Pontos Fracos

- A não participação de algumas prefeituras;
- A infra-estrutura de apoio é deficiente;
- Forte dependência dos órgãos públicos;
- Ausência na representação de alguns órgãos públicos: fiscalizadores;
- Pouca assiduidade de alguns membros;
- Atuar com legislação deficiente: não tem poder de veto frente à Agência;
- Falta de participação de alguns segmentos importantes: perímetros de irrigação de alguns trechos, Colônia de Pescadores;
- O desconhecimento pela sociedade;
- O pessimismo de alguns membros;
- Membros com desgaste devido ao árduo processo construtivo;
- A comunicação entre os membros;
- Dificuldades de alguns em lidar com o processo burocrático;
- Existe uma relação pouco ética entre algumas instituições.

ESTRATÉGIAS

- Divulgar as ações do Comitê;
- Incentivar a educação ambiental voltada para a gestão dos RHs;
- Implantar e implementar ações junto aos usuários visando o uso racional e sustentável dos recursos;
- Articular as instituições reguladoras/fiscalizadoras para o acolhimento das demandas do CBH;
- Fortalecer e expandir a participação dos segmentos que compõem o Comitê;
- Desenvolver a autonomia dos CBHs.

Diretrizes para as Reuniões Ordinárias

- As reuniões serão realizadas na terceira semana (dia: quinta) dos meses: fevereiro, maio, agosto e novembro;
- A convocação deverá ser feita: vinte dias antes (reunião ordinária); 10 dias antes (extraordinária);
- Local itinerante com infra-estrutura: sistema de som, equipamento multimídia, água e café, almoço e material de expediente, garantindo o registro;
- Duração das reuniões: 1 dia (podendo ser dois, dependendo da pauta);
- Deslocamento: ressarcimento mediante comprovação para os membros que não podem custear despesas;
- Convidar para participar: entidades, autoridades locais.

Diretrizes para o Processo de Renovação

- Na reunião ordinária de agosto (2006), o CBH deverá constituir comissão eleitoral e iniciar processo de renovação.

Diretrizes para a Alocação Negociada de Água no Vale

- Reunião extraordinária em julho (2ª quinzena do mês);
- Reuniões de alocação em sistemas isolados – usuários e membros do CBH da região.

Diretrizes para a Capacitação

- As inscrições e confirmação com data limite de 10 dias de antecedência;
- Datas: maio (3ª semana) e novembro (3ª semana) 2005/2006;
- Carga horária 32 horas;
- Aproveitar para complementar com reunião ordinária do CBH;
- Público: 40 membros;
- Instrutor e conteúdo programático referendado pelo CBH (aprovado em reunião do CBH);
- Local: (maio / Ipu), (novembro/ Meruoca);
- Temas: focados em Gestão Participativa de RH e seus instrumentos de Gestão Educação Ambiental.

Informação

- Cadastro dos usuários;
- Decisões do CONERH;
- Balanço financeiro da arrecadação na Bacia;
- Propostas de intervenção na Bacia (ações previstas) - anual;
- Monitoramento quali-quantitativo do RH.



Sobral - Sede Executiva do Comitê.

COMUNICAÇÃO/INFORMAÇÃO/INTERCÂMBIO

- Realizar cadastro com endereços dos membros, indicando a melhor opção de contato;
- Identificação dos canais disponíveis;
- Necessidade de um Boletim Estadual com informações sobre os avanços no sistema (Jornal dos CBHs);
- Maior participação no Encontro Nacional.

Outras propostas

- Necessidade de um Boletim Trimestral com informações sobre a Bacia;
- Promover encontro micro-regional de CBH.

ELABORAÇÃO DOS PROJETOS

PROPOSTAS

Divulgação dos Instrumentos de Gestão; Sensibilizar Gestores; Mobilização; Plano de Parcerias; Plano de Marketing; Dia de Campo; Plano de Integração; Educação Ambiental pelo Rádio; Diagnóstico dos Impactos Ambientais das atividades; Divulgação de Recursos Hídricos; Encontros Municipais; Palestras.

Crêterios para Hierarquização

- Viabilidade técnica e financeira;
- Objetividade;
- Necessidade;
- Urgência;
- Abrangência;
- Exeqüibilidade.

HIERARQUIZAÇÃO DOS PROJETOS

Divulgação dos Instrumentos de Gestão	49
Sensibilizar Gestores	42
Mobilização	34
Plano Parcerias	32
Plano de Marketing	31
Dia de Campo	27
Plano de Integração	17
Educação Rádio	15
Diagnóstico	14
Divulgação de Recursos Hídricos	12
Encontros Municipais	08
Palestras	08

CBH ACARAÚ: MEMBROS QUE PARTICIPARAM DOS SEMINÁRIOS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

NOME	INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	SEGMENTO
Alexandre Bessa Cavalcante	P M de Bela Cruz	Bela Cruz	PODER PÚBLICO MUNICIPAL
Maria Eugênia Muniz Magalhães	P M de Santa Quitéria	Santa Quitéria	
João Brandão de Farias	P M de Catunda	Catunda	
Pedro de Alcântara Pitombeira Maia	P M de Sobral	Sobral	
Joaquim Benício Filho	C M de Alcântaras	Alcântaras	
Antonio Martins da Costa	SRH	Fortaleza	PODER PÚBLICO ESTADUAL E FEDERAL
Alexandre Aguiar Maia	SRH	Fortaleza	
Carlos Melquiades M. Farrapo	DNOCS	Varjota	
Romeu Aldigueri Arruda	SEMACE	Fortaleza	
Acy Milhomem de Vasconcelos	BNB	Sobral	
Rita de Cácia Nogueira de Oliveira	BNB	Sobral	
Rogério Boto de Aguiar	CPRM	Fortaleza	
Antônio Rubens do N. Almeida	Fund. Educ. e Cultural do Acaraú	Acaraú	SOCIEDADE CIVIL
Maria Edileusa Rodrigues Alexandrino	Paróq. Nossa Senhora da Conceição	Acaraú	
Antônio Rodrigues da Silva	S T R	Ipueiras	
Francisco Antônio Ferreira Brandão	STR	Ipueiras	
Licurgo Nakasu	UVA	Sobral	
Francisco Osvaldo Aguiar	Instituto Carnaúba	Sobral	
Francisco Vandl Torres	S T R	Marco	
George Sampaio Martins	CENTEC	Sobral	
Raimundo Nonato Fernandes	Diocese de Sobral	Sobral	
José Milton de Freitas	Assoc. Santa Rosa II	Marco	
José Edson de Souza	Ass. Com. dos Marisqueiros e Pesc. de Curral Velho	Acaraú	
Demerval Melo	Assoc. dos Irrigantes de Groairas	Groairas	
Karlos Welby Neri Paiva	Dist. de Irrig. do Perímetro Baixo Acaraú	Marco	
Rogério Paganelli Junqueira	Dist. de Irrig. do Perímetro Baixo Acaraú	Marco	
Irismar Azevedo	CAGECE	Sobral	
Francisco Aduino Alves	SISAR	Sobral	
João Ossian Dias	Sindicato Rural de Morrinhos	Morrinhos	
José Ealber Macedo Luna	SAAE	Sobral	
Carla Souza Araújo	NEMA	Sobral	CONVIDADOS
Francisco Régis Cunha Paiva	C M Santa Quitéria	Santa Quitéria	
Admir Barbosa Lima Filha	SRH	Fortaleza	
Maria Eliane Sampaio Cortez	COGERH	Fortaleza	
Vicente Lopes Frota	COGERH	Sobral	
Lilian Rodolfo Barros	COGERH	Sobral	
Adriana Kamyllle Prado Pereira	COGERH	Sobral	
Milena Luna Bezerra	SRH	Fortaleza	
Ubirajara Patrício Alvares	COGERH	Fortaleza	
Fabiano da Silva Ferreira	COGERH	Crateús	
Aristeu Lopes	COGERH	Sobral	
Clara de Assis Jerônimo Sales	COGERH	Sobral	
Mauro Vinicius Dutra Girão	NEMA	Sobral	
Cícera Rufino Soares	P M de Sobral	Sobral	
Expedito Torres	Instituto Carnaúba	Sobral	
José Fernando Pinheiro	COGERH	Sobral	
Raimundo Frota	COGERH	Sobral	
Anastácio de Queiroz Sales	IBAMA	Sobral	
Francisco Carlos Bezerra e Silva	Consultor	Fortaleza	
Antônio Márcio	COGERH	Sobral	
Maria Luiza Gomes	STR	Alcântaras	
José Bezerra de Sousa Júnior	Sec Meio Ambiente	Cruz	
Francisco Ferreira dos Santos	CMDS	Sobral	
Adalberto Pereira da Silva	ASPEN / COMDEMA	Sobral	

COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO JAGUARIBE



Criado pelo Decreto nº 26.603, de 14 de maio de 2002, e instalado em 27 de junho de 2002. É constituído por 40 instituições membros, estando estas representadas nos seguintes segmentos: sociedade civil (30%) – 12 instituições; usuários (30%) – 12 instituições; poder público municipal (20%) – 08 instituições; poder público estadual e federal (20%) – 08 instituições.

ÁREA DE ATUAÇÃO

A região hidrográfica do Alto Jaguaribe, localiza-se a montante do açude Orós e drena uma área de 24.636 km². O rio Jaguaribe, nessa região, possui uma extensão de 325 km, e tem declividades que variam de 0,03% a 2,5%, sendo a declividade média de 0,06%.

O Alto Jaguaribe tem como principais afluentes, os rios: Bastiões; Trussu e Carius e os riachos: Carrapateiras; Trici; Puiú e Conceição.

Em termos de acumulação de águas superficiais, a região do Alto Jaguaribe apresenta uma capacidade monitorada em 15(quinze) reservatórios, da ordem de 2.544,98 hm³ que regulariza uma vazão com 90% de garantia (Q90) de cerca de 19,83 m³s. Destes reservatórios, os principais são: Orós com 1.940,00 hm³; Trussu com 260,57 hm³ e Canoas com 69.25 hm³ registrando-se um grande número de pequenos açudes de usos particulares ou comunitários.

Apesar de apresentar expressivo volume de acumulação de águas superficiais, a região é considerada deficitária pela quantidade de trechos de rios perenizados, onde os grandes reservatórios estão no terço inferior da bacia, isto é, o mais a jusante possível o que caracteriza as regiões hidrográficas que formam nascentes do curso d'água principal.



Açude Arneiroz

A oferta hídrica subterrânea gerada pelos sistemas aquíferos da Bacia representados por: Bacia Sedimentar do Araripe; Bacia Sedimentar do Iguatu; Aluviões e Cristalino, a partir de 1.278 poços cadastrados e em operação apresenta a disponibilidade de instalada de 2.266,6 m³/h, com base no ano 2002.

MUNICÍPIOS COMPONENTES – (24)

Acopiara, Aiuaba, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Arneiroz, Assaré, Carius, Campo Sales, Catarina, Farias Brito, Icó, Iguatu, Jucás, Nova Olinda, Orós, Parambu, Potengi, Quixelô, Saboeiro, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas e Tauá.

O Histórico da Formação do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Alto Jaguaribe

O trabalho de gestão participativa dos recursos hídricos na Bacia do Alto Jaguaribe, realizado pela COGERH, teve como marco inicial o envolvimento dos municípios desta Bacia (Quixelô, Iguatu, Orós e Icó) que fazem parte do vale perenizado do Jaguaribe no I Seminário dos Usuários de Água dos Vales Perenizados do Jaguaribe e Banabuiú realizado no município de Jaguaribe em julho de 1994.

Os representantes desses municípios também fizeram parte da Comissão de Usuários dos Vales Perenizados do Jaguaribe e Banabuiú, formada naquela oportunidade, com o objetivo de discutir conjuntamente com a COGERH, a gestão das águas naquele Vale e redefinir o modelo de gestão das águas na bacia hidrográfica dos rios Jaguaribe e Banabuiú. Esta Comissão composta por 19 municípios com representação de usuários, entidades da sociedade civil, poderes públicos municipais, estaduais e federais passou a definir o processo de operação dos reservatórios Orós e Banabuiú com o suporte técnico da COGERH.

Em 1995, foram realizadas reuniões com os representantes de cada sub-bacia hidrográfica, com o objetivo de iniciar a estruturação do processo de apoio à organização dos usuários das águas que ficaram conhecidas como as Reuniões das Entidades de Usuários das Águas das Bacias do Jaguaribe.

A reunião na Bacia do Alto Jaguaribe foi realizada em outubro de 1995, e contou com a participação de 48 representantes.

Em 1996, foram realizados os encontros municipais em Iguatu (24/05/1996); Orós (17/05/1996); Quixelô (14/06/1996) e Icó (04/07/1996), cujo objetivo seria fomentar a organização dos usuários de água nessa região direcionada para o fortalecimento do processo de alocação participativa de água nos vales do Jaguaribe e Banabuiú.

Na Bacia do Alto Jaguaribe, o início do processo de discussão para a constituição do Comitê tem como marco a realização da Reunião da Bacia Hidrográfica do Alto Jaguaribe, em 27 de novembro de 1998, na cidade de Iguatu, contando com a participação de 21 instituições, dos municípios de Iguatu, Icó, Quixelô e Orós. Os objetivos desta reunião foram: preparar os planos de operação dos açudes Lima Campos, Trussu e Orós; envolver a sociedade civil dos municípios que compõem esta Bacia Hidrográfica na gestão dos recursos hídricos; divulgar a política de gerenciamento dos recursos hídricos; definir um plano de intervenção na Bacia, buscando viabilizar a instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica; organizar uma Comissão de Trabalho da bacia. Neste evento foi ainda criada a



Planejamento Estratégico do CSBH Alto Jaguaribe

Comissão de Usuários da Sub-Bacia do Alto Jaguaribe, que passaria a ser o espaço de interlocução para a definição das etapas de formação do Comitê.

Em 1999, foi realizado o diagnóstico institucional da Bacia, onde foram visitados todos os municípios que a compõem, com o objetivo de identificar e contatar as instituições existentes com interesse em recursos hídricos, e identificar os principais problemas de recursos hídricos dos municípios.

No dia 26 de novembro de 1999, em Iguatu, foi realizado I Seminário dos Usuários de Água da Sub-Bacia Hidrográfica do Alto Jaguaribe, objetivando anexar e discutir com os vinte e quatro municípios que compõem a sub-bacia as questões relativas à política de recursos hídricos; o papel da COGERH na gestão participativa das águas e esclarecer o papel do comitê de bacia hidrográfica.

O referido seminário não obteve o êxito desejado pois não houve a participação de todos os municípios. A proposta dos participantes do Seminário como forma de buscar uma maior identidade regional e facilitar a comunicação entre os municípios foi dividir a sub-bacia em três regiões, obedecendo a seguinte distribuição dos municípios: Região I - Altaneira, Araripe, Campos Sales, Farias Brito, Nova Olinda, Potengi, Salitre, Santana do Cariri e Tarrafas; Região II – Aiuaba, Antonina do Norte, Arneiroz, Assaré, Parambu, Saboeiro e Tauá e Região III – Acopiara, Carius, Catarina, Icó, Iguatu, Jucás, Orós e Quixelô.

Em seguida foram realizados três encontros regionais sobre gestão de recursos hídricos, com o objetivo de agregar outras entidades para discutirem o processo de gestão; discutir a formação do comitê da sub-bacia e preparar o II Seminário dos Usuários de Água da Sub-Bacia Hidrográfica do Alto Jaguaribe.



Açude Orós

O Encontro da Região I, foi realizado dia 27/04/2000, no município de Nova Olinda. O Encontro da Região II, foi realizado, dia 24/02/2000, no município de Aiuaba. O Encontro da Região III, foi realizado dia 26/10/2000.

Foi planejado a realização de três encontros regionais no primeiro semestre de 2000, todavia, apenas dois encontros regionais foram realizados no primeiro semestre, e o da Região III só ocorreu em outubro. Essa situação foi provocada pela necessidade de uma paralisação temporária dos encontros regionais e das atividades de formação dos comitês de bacia em função da demanda de atividades voltada para a alocação de água dos reservatórios do Estado. Salienta-se que estas negociações são feitas geralmente de junho a agosto. Após todas as reuniões de operação dos açudes foi definido que o trabalho continuaria paralisado até o término das eleições municipais.

Não obstante, a participação expressiva dos representantes municipais nos encontros regionais demonstrou que a estratégia de descentralizar as ações pelas regiões foi bastante exitosa, garantindo uma ampla participação dos diversos setores de usuários de água nas discussões e formulação de propostas para realização do II Seminário da Sub-Bacia do Alto Jaguaribe.

Em 07 de dezembro de 2000, no município de Assaré, foi realizado o II Seminário de Planejamento da Sub-Bacia do Alto Jaguaribe. Este evento foi fruto dos encontros regionais e do anseio dos municípios pela instalação do Comitê da Sub-Bacia do Alto Jaguaribe. O Seminário teve como principal objetivo iniciar o processo de formalização do comitê da bacia e definir sua instalação.

Resalta-se que este II Seminário foi um ponto importante para a formação do Comitê do Alto Jaguaribe, pois a partir dele foram norteadas as atividades que levaram à constituição do Comitê. O Seminário contou com a presença de diversas entidades, instituições e usuários de 17 municípios da sub-bacia, havendo representação de setores públicos municipais, estaduais e federais, representação da sociedade civil e usuários. As principais definições desse evento foram as seguintes: organizar o congresso de constituição do comitê da sub-bacia do Alto Jaguaribe em julho de 2001; credenciar para participar do congresso de constituição do comitê, os participantes dos encontros regionais e dos seminários da sub-bacia; deixar abertura no estatuto para engajar municípios que não participaram das atividades na sub-bacia; formar um Grupo de estudo para a elaboração da proposta de estatuto do comitê.

No dia 14 de dezembro de 2001, em Iguatu, foi realizado o congresso de constituição do Comitê, onde foi aprovado o regimento do Comitê e foram eleitos os membros do primeiro mandato. Para esta gestão o Comitê foi constituído com 40 membros, com representantes da sociedade civil, usuários, municípios e órgãos públicos estaduais e federais.

A reunião de instalação e posse dos membros do CSBH – Alto Jaguaribe ocorreu dia 27 de junho de 2002, no município de Iguatu. Na oportunidade também foi eleita a primeira diretoria executiva do Comitê. Durante a reunião iniciou-se a eleição da diretoria, tendo-se inscrita apenas uma chapa, que foi eleita e

empossada. A primeira Diretoria Executiva do Comitê foi composta por: Vandellton Sucupira (Presidente); Martins Ribeiro da Silva (Vice-Presidente); Oneci Angelim da Silva (Secretário-Geral).

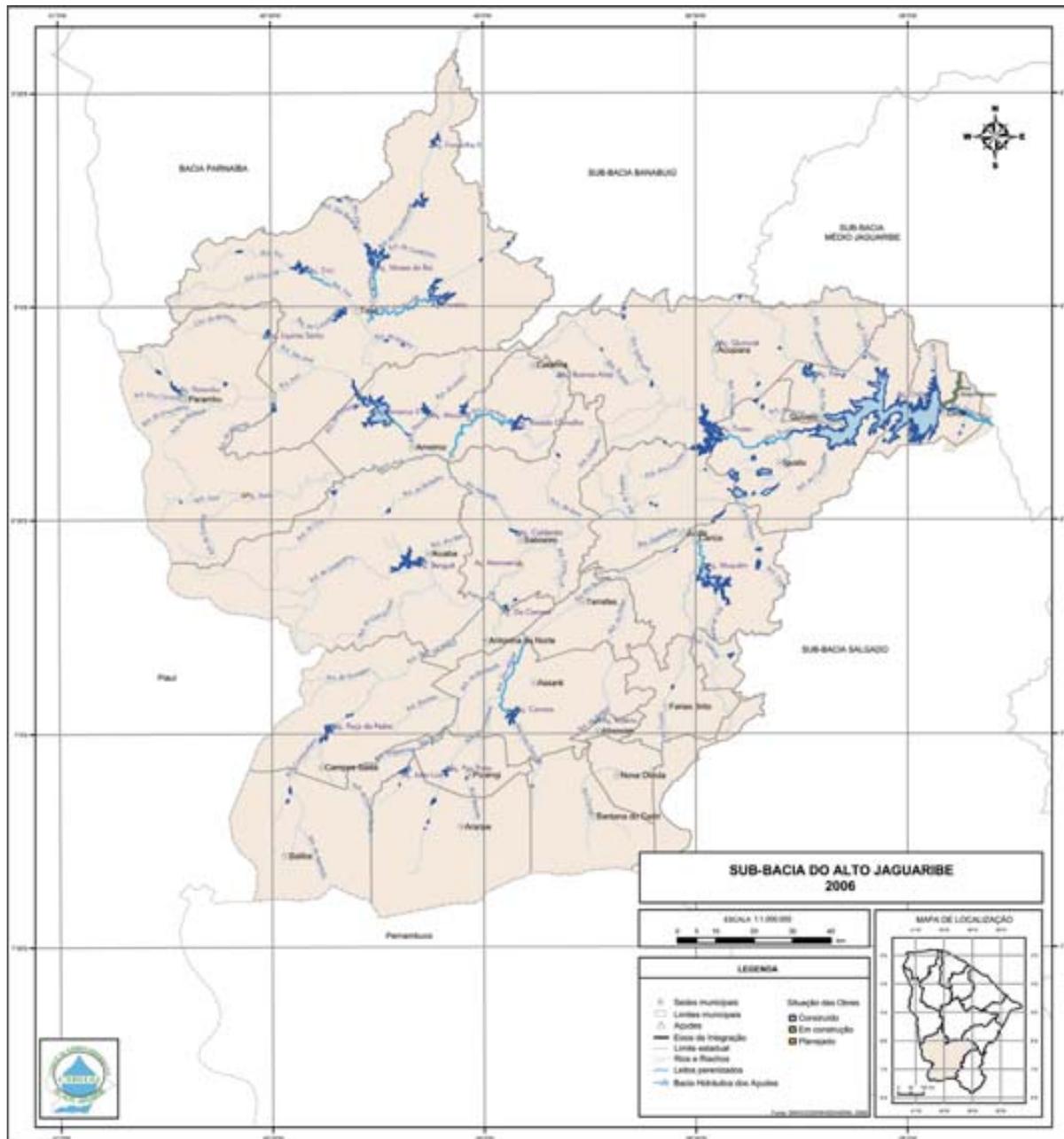
O CSBH ALTO JAGUARIBE NA OCASIÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Alto Jaguaribe é presidido pelo Sr. João Batista Araújo membro representante do segmento Usuário através da Instituição, Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará – CAGECE, tendo como vice-presidente o Sr. Paulo Roberto Cândido Landim representante do Instituto Centro de Ensino Tecnológico – CENTEC, inserido no segmento da Sociedade Civil. Como secretária-geral a Sra. Maria Josefa do Nascimento representante também do segmento Sociedade Civil pela Paróquia do Bom Jesus Piedoso, de Quixelô.

O respectivo CBH é formado por um plenário de 40 titulares com seus respectivos suplentes, exercendo o seu segundo mandato.

Sua atuação mais relevante é a alocação negociada de água, além da divulgação do Comitê perante as instituições, no que diz respeito à importância do mesmo e necessidade de maior estruturação para ampliação do conhecimento sobre o sistema de recursos hídricos. Também é componente do Grupo de Trabalho Multiparticipativo do Canal da Integração.

INSTITUIÇÕES MEMBROS QUE COMPÕEM O COMITÊ DO ALTO JAGUARIBE POR SEGMENTO	
USUÁRIOS (12)	SOCIEDADE CIVIL (12)
Instituto Elo Amigo – Iguatu	STR – Farias Brito
SAAE – Jucás	Fundação Padre Cícero – Tauá
Ass. Unificada dos Moradores de Santarém – Orós	Ass. de Desenv. Com. de Jucás
Ass. de Moradores de Pedregulho – Orós	STR – Orós
Ass. Com. dos Sítios Araçás e Baixios – Nova Olinda	STR – Assaré
Ass. de Moradores e Prod. Rurais de Carnaúba – Iguatu	Paróquia do Bom Jesus Piedoso – Quixelô
CAGECE – Acopiara	CCDMI – Iguatu
Ass. dos Peq. Prod. de Iguassusse – Orós	Fed. das Entidades Comunitárias de Nova Olinda
Ass. Floresta das Frutas – Assaré	CENTEC – Iguatu
Ass. dos Moradores do Sítio Patos – Nova Olinda	Cáritas Diocesana – Iguatu
Ass. do Distrito de Irrig. Icó – Lima Campos	CPT – Iguatu
Ass. Comunitária dos Produtores do Riacho das Catingueiras - Aiuaba	STR – Iguatu
PODER PÚBLICO MUNICIPAL (08)	PODER PÚBLICO ESTADUAL E FEDERAL (08)
Pref. Mun. de Campos Sales	SDLR
Pref. Mun. de Araripe	Escola Agrotécnica Federal – Iguatu
Pref. Mun. de Cariús	BNB
Pref. Mun. de Salitre	EMATERCE
Pref. Mun. de Tauá	IBAMA
Pref. Mun. de Parambu	SRH
Pref. Mun. de Antonina do Norte	DNOCS
Pref. Mun. de Acopiara	SEMACE
TOTAL DE INSTITUIÇÕES MEMBROS DO CSBH ALTO JAGUARIBE = 40	



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO JAGUARIBE

Iguatu, 03 e 04 de agosto de 2004 (2º Seminário)

Iguatu, 09 e 10 de novembro de 2004 (4º Seminário)

MISSÃO DO CBH

Promover a gestão dos Recursos Hídricos garantindo a participação da sociedade no processo decisório buscando o desenvolvimento sustentável e integrado da Bacia.

VISÃO DE FUTURO

- No ano de 2020 os CBHs estão fortalecidos, representativos e atuantes, participando nas deliberações e ações sobre a política de RH, em harmonia com a sociedade e órgãos gestores.
- Existe uma distribuição equitativa dos RHs entre os vários usos a todos os segmentos da população;
- A sociedade tem consciência e reconhece o papel dos comitês nas políticas de gestão de RH e como instância para dirimir, em conjunto com ela, os problemas;
- As instituições conscientes do seu papel e bem representadas no CBH;
- Instituições afins participando integradas nas políticas de gestão de RH;
- Os instrumentos de gestão são implementados com participação dos comitês:
 - O comitê decide e acompanha a destinação dos recursos oriundos da cobrança.
 - CBHs concebem, internalizam, aprovam e põem em execução

- os planos de bacia;
- Os CBHs funcionam plenamente com infra-estrutura adequada e orçamento assegurado;
- CBH capacitado jurídico, técnica e administrativamente para a gestão dos RHs;
- O meio ambiente é visto como um todo na integração e interligação de bacias e, um percentual dos recursos arrecadados pela cobrança é destinado à sua recuperação na área da Bacia;
- As redes de ensino divulgam o conhecimento com relação à preservação, à defesa e aos potenciais de cada Bacia;
- Existe uma instância colegiada dos CBHs.

VALORES

- Compromisso:** tomar para si a responsabilidade de fazer acontecer as ações pensadas pelo coletivo cumprindo os deveres.
- Transparência:** clareza nas ações dos CBHs e dos seus membros.
- Respeito:** conciliar as diferenças de ideias e ações buscando os consensos.
- Coerência:** agir com impessoalidade, respeitar as diferenças.
- Representatividade:** assegurar a participação dos vários segmentos.
- Participação:** exercício da cidadania como forma de inclusão social, fortalecendo a representatividade institucional.
- Ética:** desempenhar de forma íntegra e imparcial todas as atribuições, respeitando os valores assumidos pelos CBHs.

GRUPOS DE INTERESSADOS Qual a relação desejada com as organizações interessadas na existência, estruturação e fortalecimento dos CBHs?	
PRINCIPAIS INTERESSADOS	RELAÇÃO DESEJADA COM OS CBHs
Formulação política. Ex: SRH-MMA, SRH-CE, CONERH. Implementação das políticas. Ex: ANA, COGERH, DNOCS, Prefeituras.	Participação no processo decisório, transparência e confiança mútua. Participação no processo decisório; acompanhar ações; participação efetiva nos comitês; confiança mútua e eficiência na informação.
Reguladores/ Fiscalizadores. Ex: IBAMA, OAB, SEMACE, Ministério Público.	Acolhimento preferencial das demandas do Comitê; ação efetiva junto aos comitês; facilitar a ação de fiscalização/regulação; comitês de fiscalização formulam demandas qualificadas através de consensos técnicos.
Informação/ Assessoria. Ex: FUNCEME, Secretarias Estaduais, Universidades.	Disponibilidade/socialização de informações; clareza de informações dos órgãos; comunicação dos Comitês com a sociedade através de meios de comunicação de massa; agilidade e oportunidade nas instruções e assessoria; capacitação contínua; prestar assessoria mediante demanda.
Divulgação. Ex: Imprensa.	Fidelidade, agilidade, acesso, divulgação das informações; qualificação da imprensa pelos CBHs
Legislação. Ex: Assembléia Legislativa, Câmara, Congresso, CONERH. Fomento. Ex: BB, BNB, Coelce, Fundações, ONG.	Canais de comunicação preferenciais. Articulação do Comitê; oferecimento ordenado de demandas; estabelecimento de parcerias; clareza na prestação de contas.
Usuários. Ex: CAGECE, SAAE, Cooperativas, Associações de Irrigantes, FIEC.	Participação efetiva; respeito às decisões do Comitê; comunicação; defesa dos interesses dos usuários no Comitê; estímulo à participação; imparcialidade com relação aos usuários; relação ética entre as partes.



Trabalho do Grupo do Planejamento Estratégico do CSBH Alto Jaguaribe

AMBIÊNCIA EXTERNA

Oportunidades

- Meios de Comunicação Social, grandes divulgadores das ações do CBH;
- Reserva hídrica favorável;
- Parceria da COGERH que se encontra instalada dentro da Bacia;
- Crescente nível de consciência ecológica da população;
- Maior participação de outros municípios que compõem a Bacia;
- Ampliação das parcerias com instituições;
- Criação das comissões de gerenciamento de reservatórios;
- Financiamentos com critérios de preservação ambiental.

Ameaças

- Poder público não prioriza o saneamento básico (esgotos, lixo etc);
- Não existe fiscalização efetiva por parte dos órgãos competentes em relação à utilização dos recursos naturais;
- Desinteresse de gestores municipais;
- Falta de conscientização da população (para o bom uso dos RHs);
- Desentendimento entre COGERH e Comitês;
- Ingerência política;
- Uso indiscriminado de agrotóxicos;
- Desconhecimento das ações e da importância do CBH por parte da sociedade.

AMBIÊNCIA INTERNA

Pontos Fortes

- Continuidade do Comitê;
- Planejamento das atividades;
- Membros motivados para a continuação dos trabalhos;
- Experiência adquirida na gestão passada;
- Reuniões descentralizadas;
- Participação do Comitê na solução de conflitos;
- Conquista do espaço físico.

Pontos Fracos

- Ausência de alguns membros dos municípios da área de abrangência;
- Deslocamento dos membros do Comitê
- Concentração na execução de atividades sobre a diretoria;
- Falta de comunicação interna no Comitê;
- Falta de intercâmbio entre Comitês;
- Falta de capacitação dos membros;
- Dificuldade financeira;
- Comodismo e falta de compromisso dos membros do Comitê.

ESTRATÉGIAS

- Assegurar fontes permanentes de recursos financeiros para a execução dos trabalhos do Comitê;
- Estimular permanentemente capacitações e intercâmbios aos membros do CBH;
- Manter abertos canais de comunicação e divulgação junto à sociedade;
- Intensificar a mobilização junto aos membros do Comitê;
- Fomentar programas de educação ambiental;
- Fomentar a implementação dos instrumentos de gestão;
- Buscar e fortalecer parcerias institucionais para apoio ao CBH no uso e na preservação dos RHs.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES BÁSICAS

Estrutura mínima de funcionamento

Necessidade de: sala; computador e-mail, internet, impressora, manutenção do computador, material de expediente, correspondência mensal; telefone-fax; auxiliar administrativo; quota de cópias xérox; mesa de reunião e cadeiras; estante; máquina fotográfica digital.

Reuniões Ordinárias

- 4 reuniões de um dia por ano
- Locais variáveis



Planejamento Estratégico do CSBH Alto Jaguaribe

- Deslocamento e hospedagem: instituições que não possam pagar solicitam à Diretoria
- Alimentação
- Pastas e material didático
- Equipamento
- Fev/maio/agosto/nov
- Se necessário até duas reuniões extraordinárias.



Açude Muquém - Município: Cariús.

Deslocamento da Diretoria

- 06 reuniões por ano para a diretoria
- Comparecimento da Secretária-Geral às quartas-feiras na sede
- 06 reuniões em Fortaleza com a SRH
- 01 encontro nacional
- 02 reuniões de intercâmbio com CBH do Estado
- 01 encontro do Semi-árido

Processo de Renovação do Comitê

- 06 encontros regionais
- 01 congresso de renovação
- 01 reunião de posse e eleição da diretoria
- 04 reuniões da comissão eleitoral

Alocação Negociada de Água

- 02 reuniões no Jaguaribe
- 24 reuniões por ano = (1 alocação + 2 avaliações) x 8 açudes

Funcionamento das Comissões Técnicas

- 04 comissões a definir
- 03 a 05 pessoas por comissão
 - Periodicidade: bimestral

Capacitação para os membros do CBH

- Curso de gestão ambiental para os membros do Comitê
- Seminário para discutir a lei dos RHs no Comitê.

Comunicação/ Informação

- Viabilizar cartilha informativa para agricultores e irrigantes sobre o uso de agrotóxicos;
- Visita aos prefeitos para sensibilização;
- Divulgar notas informativas em rádios de Iguatu,
 - Orós, Tauá, Assaré, Campos Sales e rádios comunitárias da região, sobre ações desenvolvidas pelo CBH.

AÇÕES POR ORDEM DE PRIORIDADE

01. Capacitação para agentes multiplicadores em educação ambiental (membros do Comitê, professores e agentes de saúde) 40 horas – parceria da SEMACE;
02. Conhecer o Plano da Bacia do Jaguaribe;
03. Visitar as cidades de Araripe, Potengi e Arneiroz para mobilizar a participação das instituições membro;
04. Reuniões nas comunidades onde a situação é crítica no que toca ao meio ambiente, visando conscientizá-los;
05. Campanha educativa sobre o uso racional da água na bacia hidrográfica do Faé e Carnaúba;
06. Confeccionar e distribuir panfletos nas áreas de turismo;
07. Mobilização em Jucás e Cariús relativo à adutora do Muquém;
08. Seminário envolvendo todos os segmentos da sociedade através de técnicos da SEMACE, SRH, COGERH, EMATERCE etc;
09. Mobilização em Quixelô relativo à adutora do Faé;
10. Promover ciclo de debates sobre aspectos relevantes do meio ambiente (queimadas, poluição dos rios, agrotóxicos, reciclagem do lixo etc.) através das rádios;
11. Reunião de divulgação para prefeituras, ONGs, CMDS acerca das parcerias com o Comitê;
12. Palestras sobre gestão dos RHs destinadas às câmaras municipais e lideranças comunitárias;
13. Participar da campanha educativa no Dia Nacional de Limpeza de Praias, Rios, Lagos e Lagoas.

CSBH ALTO JAGUARIBE: MEMBROS QUE PARTICIPARAM DOS SEMINÁRIOS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

NOME	INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	SEGMENTO
Carlos Barbosa Fernandes	P M de Cariús	Cariús	PODER PÚBLICO MUNICIPAL
Luiz Rui de Andrade	P M de Salitre	Salitre	
Edilza Alves da Silva	P M de Acopiara	Acopiara	
Antônio Marcelino Gonçalves	P M de Tauá	Tauá	
Lúcio José de Oliveira	EAF	Iguatu	PODER PÚBLICO ESTADUAL E FEDERAL
Antônio José Câmara Fernandes	SRH	Fortaleza	
Erivan Anastácio de Sousa	DNOCS	Icó	
Gerardo Alves Pereira	SDLR	Iguatu	
Fábio Lima Bandeira	IBAMA	Iguatu	
José Mauro Alves Nogueira	EMATERCE	Iguatu	
Angela Maria Santiago Bessa	SEMACE	Fortaleza	
Antônio Erardo Onofre de Assis	BN	Iguatu	
José Fernandes da Cunha	STR	Farias Brito	SOCIEDADE CIVIL
Valdeberto Vieira de Souza	Ass. de Des. Com. de Jucás	Jucás	
José Flávio R. de Andrade	STR	Orós	
Maria Josefa Nascimento	Paróquia Bom Jesus Piedoso	Quixelô	
Evanilson Saraiva da Silva	CCDMI	Iguatu	
Expedito Muniz de Alencar	Fed. das Ent. Com. de Nova Olinda	Nova Olinda	
Paulo Roberto Cândido Landim	CENTEC	Orós	
Oneci Angelim da Silva	Cáritas Diocesana	Iguatu	
Anastácio Ferreira de Oliveira	CPT	Iguatu	
José Olavo Pinto	STR	Iguatu	
Manoel Almeida Neto	Fund. Padre Cícero	Tauá	
José Nunes de Andrade	STR	Orós	
Julio Alves de Oliveira	STR	Assaré	
Aristeu Feliciano de Souza	SAAE	Jucás	
Maria Rosa Carlos Ferreira	Ass. dos Morad. Prod. Rurais de Carnaúba	Carnaúba	
Cícero Erivânio Araújo de Sousa	Ass. Com. dos Sítios Araças e Baixios	Nova Olinda	
João Batista Araújo	Gagece	Acopiara	
Cícero Alves da Silveira	Ass. Floresta das Frutas	Assaré	
Eisenhower Bandeira Cunha	Gagece	Russas	
Lucélia Muniz de França	Ass. dos Morad. do Sítio Patos	Nova Olinda	
José Martins Filho	Ass. do Distr. de Irrig. de Icó Lima Campos	Icó	
João Paulo Moreira da Silva	Ass. Unif. dos Moradores de Santarém	Orós	
Christian Darlio Brito Arruda	Inst. Elo Amigo	Iguatu	
Francisco Alexandre Fabrício	Ass. do Distr. de Irrig. de Icó Lima Campos	Icó	
Maria Silvana de Andrade	Ass. de Moradores de Pedregulho	Orós	
Alcides da Silva Duarte	SAAE	Jucás	
Antônio José Câmara Fernandes	SRH	Fortaleza	CONVIDADOS
Antônio Martins da Costa	SRH	Fortaleza	
Paulo Lincoln Mattos	SINAPSE Consultoria	Fortaleza	
Maria Mires Marinho Bouty	COGERH	Fortaleza	
Marcelo Colares de Oliveira	COGERH	Fortaleza	
Maria Margarida Pereira da Silva	COGERH	Iguatu	
Celineide Nascimento Pinheiro	COGERH	Iguatu	
Charles Teles S. da Silva	COGERH	Iguatu	
Adriana Débora C. Araújo	COGERH	Iguatu	
Eliane Cortez	COGERH	Fortaleza	
José Nunes de Andrade	STR	Orós	
Francisco das Chagas Bezerra	STR	Jucás	
Júlio César	CAGECE	Russas	
Francisco Mário Rodrigues	C M de Iguatu	Iguatu	
Francisco Xavier Lopes dos Santos	COGERH	Iguatu	

BAIXO JAGUARIBE - CSBH BAIXO JAGUARIBE



Criado pelo Decreto nº 25.391, de 01 de março de 1999, e instalado em 16 de abril de 1999. É constituído por 46 instituições membros, estando estas representadas nos seguintes segmentos: sociedade civil (30%) – 14 instituições; usuários (30%) – 14 instituições; poder público municipal (20%) – 09 instituições e poder público estadual e federal (20%) – 09 instituições.

Área de Atuação

Formada pela Bacia do Jaguaribe a jusante da ponte do Peixe Gordo até sua foz no Atlântico, e por pequenas bacias litorâneas, essa região drena uma área de 8.893km². O rio Palhano se apresenta como principal afluente do Jaguaribe nesse trecho.

Uma característica marcante do Baixo Vale é o alargamento da planície aluvial com a formação de grandes extensões de solos irrigáveis, necessitando por conseguinte, de maiores volumes regularizados.

Nessa região, o rio Jaguaribe é perenizado pelos açudes do Médio e Alto Vale, bem como das bacias dos rios Salgado e Banabuiú.

Com 207 açudes, a região oferece uma capacidade de reservação de 296,71 hm³ a menor dentre as bacias do Jaguaribe. Cerca de um quinto do total acumulado refere-se a médios açudes.

Destaca-se o açude Santo Antônio, de Russas, com 29,72 hm³ e regularizando a vazão de 0,336 m³/s.

A oferta hídrica subterrânea gerada pelos sistemas aquíferos da Bacia, que são: Bacia Sedimentar Potiguar; Aluviões; Cristalino e Dunas-Barreiras, a partir de 510 poços cadastrados em operação representa a disponibilidade instalada de 1.694,20 m³/h em dados do ano 2000.

MUNICÍPIOS COMPONENTES (10)

Fortim, Aracati, Itaiçaba, Icapuí, Jaguaruana, Palhano, Russas, Quixeré, Taboleiro do Norte e Limoeiro do Norte.

O Histórico da Formação do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Baixo Jaguaribe (CSBH – Baixo Jaguaribe)

O marco inicial do processo de gestão participativa, desenvolvida pela COGERH no Baixo Jaguaribe, se deu a partir do envolvimento dos municípios desta Bacia (Limoeiro do Norte, Quixeré, Russas, Itaiçaba, Jaguaruana, Aracati e Fortim) no I Seminário dos Usuários de Água dos Vales Perenizados do Jaguaribe e Banabuiú, realizado no município de Jaguaribe em julho de 1994.

Alguns representantes desses municípios também fizeram parte da Comissão de Usuários dos Vales Perenizados do Jaguaribe e Banabuiú, formada naquela oportunidade, com os objetivos de discutir conjuntamente com a COGERH, a gestão das águas naquele vale e redefinir o modelo de gestão na bacia hidrográfica dos rios Jaguaribe e Banabuiú. Essa comissão composta por 19 municípios com representação de usuários, entidades da sociedade civil, poderes públicos municipais, estaduais e federais passou a definir o processo de operação dos reservatórios Orós e Banabuiú com o suporte técnico da COGERH.

Em 1995, com o intuito de iniciar a estruturação do processo de apoio à Organização dos Usuários das Águas em cada uma das bacias hidrográficas que fazem parte do vale do Jaguaribe, foram realizadas reuniões com os representantes de cada bacia hidrográfica, intituladas de Reuniões das Entidades de Usuários das Águas das Bacias do Jaguaribe.

A reunião na Bacia do Baixo Jaguaribe foi realizada em outubro de 1995 e contou com a participação de 46 representantes.

Em 1996, foi realizado, no início do ano, o diagnóstico institucional nos 19 municípios do vale, com o objetivo de identificar as instituições com interesse

em recursos hídricos e divulgar a Política Estadual de Recursos Hídricos. Nesse mesmo ano, nos meses de maio, junho e julho, foram realizados os encontros municipais em todos os 19 municípios dos vales perenizados do Jaguaribe e Banabuiú.

Na Bacia do Baixo Jaguaribe foram realizados os encontros municipais de Limoeiro do Norte (04/06/1996), Quixeré (05/06/1996), Russas (21/06/1996), Itaíba (26/06/1996), Jaguaruana (27/06/1996), Aracati e Fortim (05/07/1996).

As ações de apoio à organização dos usuários de água nessa região foram inicialmente direcionadas para o fortalecimento do processo de alocação participativa de água nos vales do Jaguaribe e Banabuiú. Só em 1997, após a formação do Comitê do Curu, é que o trabalho tomou nova direção no sentido de formar os comitês das bacias do Jaguaribe.

A Bacia do Baixo Jaguaribe é composta por 09 municípios, onde já vinha sendo realizado um trabalho de apoio à Organização dos Usuários de Água em sete deles, restando iniciar o trabalho nos municípios de Palhano e Icapuí. Para isso, foi realizado o diagnóstico institucional desses municípios e realizados os Encontros Municipais de Gerenciamento dos Recursos Hídricos de Palhano (05/12/1997), de Icapuí (06/03/1998) e Fortim (20/02/1998), ressaltando que o encontro de Fortim tinha sido realizado conjuntamente com Aracati, em 1996, mas em função do pouco envolvimento deste município optou-se por realizar o encontro novamente. Salienta-se ainda que o diagnóstico institucional e os encontros municipais dos outros municípios (Limoeiro do Norte, Quixeré, Russas, Itaíba, Jaguaruana, Aracati e Fortim) já tinham sido realizados em 1996.

Em 1998, foi formado um Grupo de Estudo do Estatuto do Comitê da Sub-Bacia do Baixo Jaguaribe, composto por várias instituições, entre Cooperativas, Paróquia, Secretarias Municipais, EMATERCE, Câmaras Municipais, COGERH, Associações e DNOCS, que elaborou a proposta de estatuto que seria aprovada no Congresso da Bacia.

Após a conclusão dos encontros municipais, das reuniões de discussão do Grupo de Estudo do Estatuto, e de um trabalho de mobilização nos municípios da Bacia, foi realizado o Congresso de Constituição do Comitê da Sub-Bacia do Baixo Jaguaribe, dia 05 de junho de 1998, em Limoeiro do Norte. Neste Congresso foi aprovado o Estatuto e eleita a primeira composição do Comitê.

Foi então encaminhado ao CONERH a solicitação de instalação do Comitê do Baixo Jaguaribe, que só foi oficializado através do Decreto nº 25.391, de 01/03/1999.

Enquanto esperava-se a oficialização junto ao CONERH, foram realizadas algumas atividades na bacia com o intuito de manter mobilizados os representantes eleitos no Congresso. Nesse sentido foi realizada a primeira reunião do Comitê, mesmo sem ter tomado posse, em Aracati, dia 24 de julho de 1998, onde foi eleita a primeira diretoria deste Comitê.

Outra atividade importante foi a realização do Seminário de Nivelamento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Jaguaribe, dias 19 e 20 de novembro de 1998, em Icapuí, com os objetivos de nivelar os membros do Comitê das ações desenvolvidas na Bacia na área de controle ambiental e gestão dos recursos hídricos; desenvolver estratégias de integração das ações na Bacia do Baixo Jaguaribe e elaborar o plano de trabalho do Comitê da Bacia do Baixo Jaguaribe.

A Reunião de Instalação e Posse do Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Jaguaribe, ocorreu no dia 16 de abril de 1999, em Limoeiro do Norte, onde foi dada a posse ao Comitê do Baixo e ao Comitê do Médio Jaguaribe. Nesta reunião também foi dada posse a primeira Diretoria Executiva do Comitê do Baixo Jaguaribe, composta por: Raimundo José Félix (Presidente), Sílvio Ramalho Dantas (Vice-Presidente) e Antônio Ademário Belarmino (Secretário-Geral).

O COMITÊ DA SUB-BACIA DO BAIXO JAGUARIBE NA OCASIÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Comitê de Sub-Bacia Hidrográfica do Baixo Jaguaribe presidido pelo Sr. José Maria de Andrade, representante da Associação dos Desapropriados e Futuros Assentados do Projeto Tabuleiro de Russas. Seu vice-presidente é o Sr.

Raimundo Casemiro da Silva, representante da Federação das Entidades Cívicas Organizadas de Aracati, e o Secretário-Geral é o Sr. Francisco Rosângelo Marcelino da Silva, da Cáritas Diocesana, todos, componentes do segmento da Sociedade Civil.

O referido Comitê é formado por 46 instituições membro, compondo um plenário de titulares e respectivos suplentes, encontrando-se no terceiro mandato.

Sua atuação tem como destaque, socializar as informações sobre a preservação dos recursos naturais em função da distribuição dos recursos hídricos, bem como, garantir a participação nos fóruns de discussão nos níveis federal, estadual e municipal. Participa ativamente da alocação negociada de água e da administração de conflitos, sendo ainda membro do Grupo de Trabalho Multiparticipativo do Canal da Integração.

INSTITUIÇÕES MEMBROS QUE COMPÕEM O COMITÊ DO BAIXO JAGUARIBE POR SEGMENTO
<p>INSTITUIÇÃO SOCIEDADE CIVIL (10) Federação das Entidades Comunitárias de Icapuí - FECI Instituto Centro de Ensino Tecnológico - CENTEC Instituto Agropoulos do Ceará - Baixo Jaguaribe Associação Comunitária Redonda P.A. Redonda Sindicato dos Trabalhadores Rurais Federação da Agricultura do Estado do Ceará - FAEC Associação dos Desapropriados e Futuros Assentados do Projeto Tabuleiro de Russas Sindicato dos Trabalhadores Rurais Cáritas Diocesana Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM Associação dos Moradores do Bairro do Castelo Federação das Entidades Cívicas Organizadas de Aracati Associação Comunitária Gracimões Governador Tasso Jereissati Sindicato dos Trabalhadores Rurais</p>
<p>USUÁRIOS (18) Associação Comunitária dos Carcinicultores do Baixo Jaguaribe Cooperativa dos Pequenos Produtores de Icapuí - COPI Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE Associação Comunitária das Marisqueiras e Catadores de Algas Marinhas Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE Cooperativa Agropecuária de Russas - COOPAR Federação das Associações do Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi - FAPIA Associação dos Assentados de Bela Vista Associação Comunitária Raimundo Vicente da Fonseca Lima - Jaburu Associação Beneficente Comunitária do Sítio Buia Associação dos Moradores do Jirau União das Associações Comunitárias de Russas - UNACR Associação Comunitária Maria Lúcia Costa Santiago de Sítio Canto II</p>
<p>PODER PÚBLICO MUNICIPAL (09) Prefeitura Municipal de Russas Câmara Municipal de Jaguaruana Prefeitura Municipal de Aracati Prefeitura Municipal de Icapuí Câmara Municipal de Icapuí Prefeitura Municipal de Quixeré Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte Prefeitura Municipal de Itaíba Prefeitura Municipal de Palhano</p>
<p>PODER PÚBLICO ESTADUAL E FEDERAL (09) DNOCS IBAMA Centro Regional de Desenvolvimento da Educação - CREDE 10 Secretaria da Agricultura e Pecuária - SEAGRI Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional Secretaria dos Recursos Hídricos Banco do Nordeste Banco do Brasil SEMACE</p>
<p>TOTAL DE INSTITUIÇÕES MEMBROS DO CSBH BAIXO JAGUARIBE = 46</p>

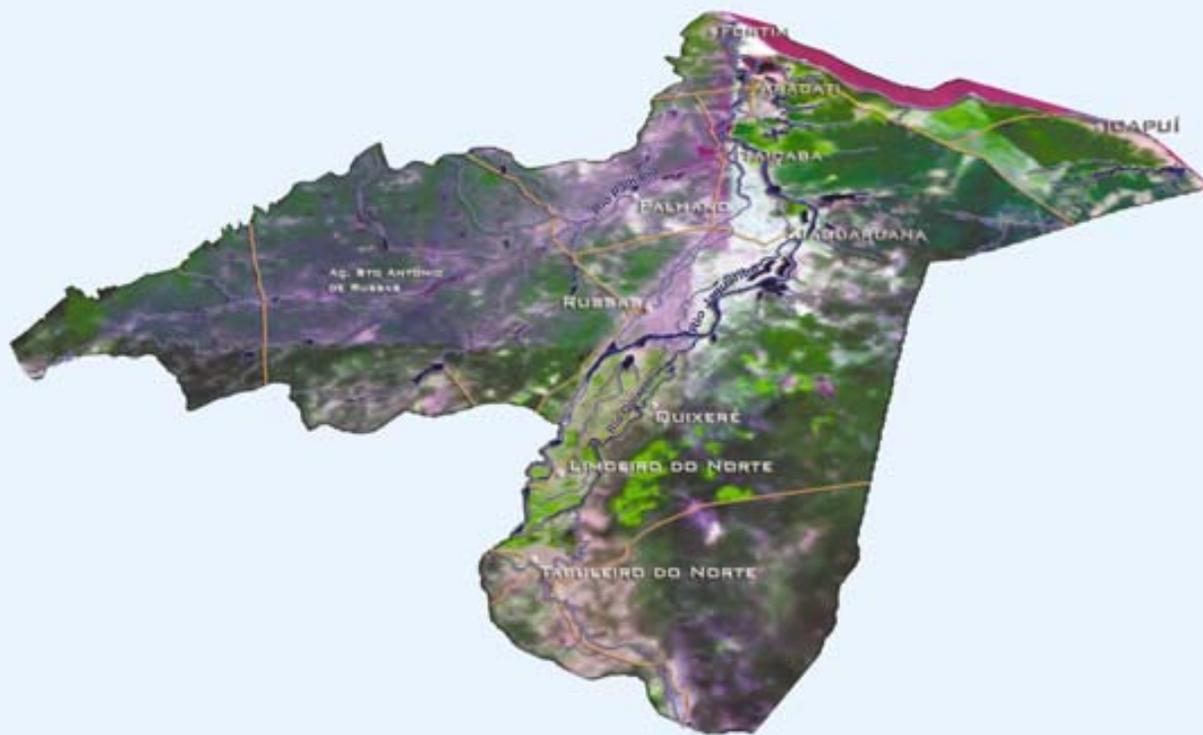


IMAGEM DE SATÉLITE
CBERS 2 - 2005

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO BAIXO JAGUARIBE

Limoeiro do Norte, 01 e 02 de março de 2005
(2º e 4º Limoeiro do Norte, 01 e 02 de março de 2005
(2º e 4º Seminário)

AMBIÊNCIA EXTERNA

Oportunidades

- Saneamento
- Uso da interligação de bacias para inclusão social (ex. Canal da Integração)
- Diagnóstico da EMBRAPA
- Integração do rio São Francisco com o Castanhão
- Plano diretor de aproveitamento do Castanhão, visando a sustentabilidade (Bacia do Jaguaribe)
- Implantação da lei de aquíicultura
- A difusão de conhecimento técnico na sub-bacia
- A disponibilidade hídrica (potencial)
- A construção do Eixão
- A transposição da água do rio São Francisco para o Ceará
- Eixão – água para comunidades
- Potencial hídrico
- Lei de Recursos Hídricos
- Pesquisa da EMBRAPA e do IBAMA
- Grupo de Articulação

Ameaças

- Desmatamento dos manguezais para criação de camarão
- Desmatamento das matas ciliares
- Poluição dos rios por lixões, esgotos domésticos, criação de animais, (agrotóxicos)
- Construções irregulares nos leitos dos rios e nas margens de açudes
- Rebaixamento do lençol freático ao longo de trechos do rio Jaguaribe
- Ingerência (política) por parte de organizações no comitê
- Instabilidade da estação chuvosa
- Cobrança da água para os pequenos
- Ausência de tecnologias para o uso dos recursos hídricos
- Existência de cobrança inadequada de multa para o agente poluidor (penalidade ineficiente)
- Inexistência de trabalho de conscientização sobre recursos hídricos e o meio ambiente
- Salinização da água e do solo pela exploração da aquíicultura e agrícola
- Poluição dos mananciais
- Uso excessivo de agrotóxico
- Crescimento desordenado de poços perfurados, rebaixando os lençóis freáticos (ausência de controle)
- Visão empresarial/capitalista do Estado frente aos recursos hídricos
- Desenvolvimento desordenado da carcinicultura
- Estabelecer a cobrança de água sem uma ampla discussão com os comitês
- Previsão de seca para 2005
- Poluição dos corpos d'água
- Temor de alteração da legislação que garante a água como um bem público

AMBIÊNCIA INTERNA

Pontos Fortes

- Diversidade de instituições do comitê
- O conhecimento dos representantes do comitê sobre os recursos hídricos
- Comunicação entre os (alguns) membros
- Aplicação do regimento interno
- Esforço do Comitê para que suas prerrogativas básicas sejam cumpridas
- Diversidade do colegiado
- Diretoria atuante
- Capacidade de mobilização da Diretoria
- Aprofundamento das discussões sobre gestão dos recursos hídricos
- Encaminhamento das decisões do colegiado

Pontos Fracos

- Falta de estrutura para deslocamento (transporte)
- Reuniões de 02 dias de duração (acima de 8 horas)
- Pouca integração entre as (algumas) instituições
- A pouca reação quando o Comitê é reprimido em suas funções
- A representação de (algumas) instituições no comitê é ruim
- Pouco nível de conhecimento dos (de alguns) membros sobre o Comitê
- Dificuldade de participação nas reuniões do CBH por problemas de deslocamento e disponibilidade de tempo
- Falta de compromisso de algumas instituições
- Dificuldade de comunicação (de alguns)
- Falta de integração dos membros
- Falta de visibilidade do Comitê por parte da sociedade
- Rotatividade dos membros
- Prazo (curto) da gestão do Comitê
- Pouca frequência e participação dos membros do Comitê
- Falta de recursos financeiros
- Falta de estrutura para o funcionamento do Comitê
- Pouca autonomia do Comitê
- Organização de documentação/registros do Comitê
- Falta de clareza por parte de alguns membros e de algumas instituições da importância e do real papel do Comitê



Planejamento Estratégico do CSBH Baixo Jaguaribe

ESTRATÉGIAS

GRUPO 1

- Desenvolver trabalho de sensibilização junto às instituições sobre a importância e o papel do Comitê
- Manter os membros sempre capacitados
- Desenvolver um programa de marketing, dando visibilidade ao Comitê
- Divulgar permanentemente as ações do CBH e as questões relativas aos recursos hídricos
- Promover a educação ambiental
- Aproveitar o potencial hídrico da região
- Aproveitar as potencialidades tecnológicas (estudos e pesquisas)
- Mobilizar os municípios para enfrentarem os problemas de esgotamento sanitários e resíduos sólidos
- Promover ações para conscientização e esclarecimento sobre os instrumentos de gestão
- Participar do processo decisório da transposição do rio São Francisco

GRUPO 2

- Capacitar o Comitê permanentemente
- Estimular o uso racional da água potencialmente disponível
- Mobilizar continuamente a sociedade para a transposição do rio São Francisco
- Defender o acesso a água às comunidades distantes das fontes hídricas
- Incentivar a educação ambiental voltada para a gestão dos recursos hídricos
- Defender junto aos órgãos competentes o monitoramento das águas subterrâneas.
- Exigir do Estado que qualquer intervenção de obras hídricas sejam discutidas no Comitê
- Estabelecer parcerias junto aos órgãos de fiscalização para a preservação e conservação dos recursos hídricos
- Suprir as necessidades de infra-estrutura do Comitê através de parcerias

GRUPO 3

- Manter permanente discussão interna e externamente sobre a socialização dos recursos hídricos
- Manter articulação com órgãos afins para o acompanhamento das questões ambientais
- Provocar a motivação dos membros do Comitê para uma participação efetiva
- Manter uma permanente divulgação dos objetivos e das ações do Comitê

ESTRATÉGIAS CONSOLIDADAS

1. Provocar a motivação dos membros do Comitê para uma participação efetiva;
2. Manter os membros sempre capacitados;
3. Manter uma permanente divulgação dos objetivos e das ações do Comitê;
4. Incentivar a educação ambiental voltada para a gestão dos recursos hídricos;
5. Manter articulação com órgãos afins para o acompanhamento das questões ambientais;
6. Manter permanente discussão interna e externamente sobre a socialização dos recursos hídricos;

7. Promover ações para conscientização e esclarecimento sobre os instrumentos de gestão;
8. Suprir as necessidades de infra-estrutura do Comitê através de parcerias.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES BÁSICAS

REUNIÕES ORDINÁRIAS

- Calendário: 22/03, em Limoeiro do Norte; 17/06, em Icapuí; 16/09, em Itaíçaba e 16/12 em Russas;
- Realizar levantamento de necessidades para deslocamento e hospedagem
- Infra-Estrutura: local, recursos, apoio;
- Duração: quando houver necessidade de 2 dias antecipar para quinta-feira;
- Reuniões extraordinárias: a CAGECE disponibilizará café e local para a reunião, não sendo possível, procurar outros parceiros.



Planejamento Estratégico do CSBH Baixo Jaguaribe

PROCESSO DE RENOVACÃO

- Formação da comissão eleitoral que iniciará seus trabalhos em outubro e com término para dezembro;
- Reuniões da comissão eleitoral: 4 reuniões (1 em outubro, 1 novembro e 2 em dezembro);
- Realizar 4 Encontros setoriais (2 encontros em outubro e 2 em novembro);
- Realizar Congresso de renovação no dia 16 de dezembro, em Russas.

ALOCAÇÃO NEGOCIADA

- Realizar seminário de operação/alocação dos vales, definir data no dia 22 de março;
- Realizar reunião de operação do açude Santo Antônio de Russas (Barracão).

CAPACITAÇÃO

- Curso sobre o que é o Comitê (instrumentos jurídicos e competências), será realizado em 19 de maio, em Limoeiro do Norte, com carga horária de 8 horas, a previsão é de 50 participantes.
- Curso sobre a Lei de Recursos Hídricos, será realizado nos dias 5 e 6 de outubro, em Icapuí, com carga horária de 16 horas, a previsão é de 50 participantes.

COMUNICAÇÃO

- Fazer levantamento das possibilidades de comunicação entre os membros (correio, fax, telefone, e-mail e outros);
- Produzir boletim informativo;
- Divulgação das ações nas escolas através de encontros;
- Palestras nos sindicatos, associações, assentamentos e margens dos rios;
- Visitas da diretoria nas câmaras e prefeituras municipais;
- Divulgação das ações nas rádios da região, mesa redonda;
- Buscar parcerias entre os meios de comunicação da sub-bacia;
- Produzir o site do Comitê;
- Grupo de trabalho para detalhar as ações: diretoria, Ivan, Luís e Cláudio.

INFORMAÇÕES

- Kit de publicações referente a legislação para os membros;
- Solicitar ao Ministério da Integração a apresentação do projeto de interligação com as águas do rio São Francisco.

INTERCÂMBIO

- Uma reunião anual com os componentes da diretoria (presidente, vice e secretário);
- Duas reuniões do grupo de articulação (presidentes);
- Criação de site dos comitês, fato que vai favorecer o intercâmbio de informações e ações desenvolvidas pelos Comitês;
- Participação de representantes de outros Comitês em reuniões ordinárias, sendo uma por semestre, com o objetivo de conhecer a realidade da bacia convidada;
- Participação nos encontros nacionais de comitês de bacia ou do Fórum coordenador.

ATIVIDADES (De acordo com as estratégias consolidadas)

1. Provocar a motivação dos membros do Comitê para uma participação efetiva

- Criar comissão de motivação;
- Fortalecimento do grupo a partir de capacitação e confraternização nos eventos do CBH;
- Visita da diretoria e comissão para sensibilização das instituições que compõem o CBH;
- Fazer levantamento dos aniversários dos membros para envio de correspondência;
- Preparar material para os novos membros (o que é? Objetivos e conceitos);
- Selecionar um agente de motivação em cada município;
- Criação do prêmio "Amigo das Águas".

4. Incentivar a educação ambiental voltada para a gestão dos recursos hídricos

- Desenvolver um programa de educação ambiental voltada para os recursos hídricos. Realizar capacitação com os membros do comitê sobre educação ambiental e consumo sustentável;
Realizar palestra junto às associações, comunidades ribeirinhas (finais de semana com os municípios componentes da Bacia);
Realizar campanhas educativas;
Elaboração e divulgação de material didático para distribuir nas comunidades e nos pontos turísticos;
Realização de oficinas nas escolas;
Envolver os CREDES e Secretarias de Educação nas atividades do Comitê em relação a educação ambiental;
Visitas técnicas para conhecer os impactos ambientais;
Capacitar as comunidades envolvidas na bacia com relação ao manejo do solo e uso racional da água;
Buscar parcerias dos órgãos ambientais com o objetivo de realizar campanhas educativas em todos os segmentos.

5. Manter articulação com órgãos afins para o acompanhamento das questões ambientais

- Solicitar dos órgãos ambientais uma apresentação do papel das instituições ligadas ao meio ambiente;
Solicitar que os órgãos de licenciamento ambiental informe ao comitê o licenciamento de projetos de grande impacto ambiental;
- Solicitar dos órgãos de meio ambiente a apresentação dos instrumentos educacionais produzidos pelos órgãos;
- Sugerir parcerias entre órgãos ambientais em todos os níveis.

7. Promover ações para conscientização e esclarecimento sobre os instrumentos de gestão

- Promover espaços de discussão sobre os instrumentos de gestão a partir de seminários na bacia, nesses seminários serão discutidos conceitos, implementação e possibilidade de novos instrumentos.

PROJETOS IDENTIFICADOS

1. Visita da diretoria e Comissão para sensibilização das instituições que compõem o CBH;
2. Criação do prêmio "Amigo das Águas";
3. Desenvolver um programa de educação ambiental voltada para recursos hídricos;
4. Promover espaços de discussão sobre os instrumentos de gestão a partir de seminários na bacia, nesses seminários serão discutidos conceitos, implementação e possibilidade de novos instrumentos;
5. Implementar a divulgação do CBH.

CRITÉRIOS DE HIERARQUIZAÇÃO DOS PROJETOS

- Abrangência
- Garantia de resultados
- Facilidade de implementação
- Agregador de mais parceiros
- Viabilidade técnica e financeira

HIERARQUIZAÇÃO DOS PROJETOS

1. Visita da diretoria e comissão para sensibilização das instituições que compõem o CBH (57 PONTOS)
2. Criação do prêmio "Amigo das Águas" (36 PONTOS)
3. Desenvolver um programa de educação ambiental voltada para recursos hídricos (57 PONTOS)
4. Promover espaços de discussão sobre os instrumentos de gestão a partir de seminários na bacia, nesses seminários serão discutidos conceitos, implementação e possibilidade de novos instrumentos (46 PONTOS)
5. Implementar a Divulgação do CBH (56 PONTOS)



Canal do Trabalhador

CSBH BAIXO JAGUARIBE: MEMBROS QUE PARTICIPARAM DOS SEMINÁRIOS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO			
NOME	INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	SEGMENTO
João de Deus Rocha Soares	Prefeitura Municipal de Russas	Russas	PODER PÚBLICO MUNICIPAL
Renato Damasceno Souza	Prefeitura Municipal de Aracati	Aracati	
Janaina Almeida da Silva	Prefeitura Municipal de Icapuí	Icapuí	
José Djanir dos Santos	Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte	Limoeiro do Norte	
Francisca Vaneide da Silva	Prefeitura Municipal de Itaiçaba	Itaiçaba	
Luis Moreira de Oliveira Filho	CREDE 10	Russas	PODER PÚBLICO ESTADUAL E FEDERAL
Francisco das Chagas S. Rocha	SDLR	Limoeiro do Norte	
José Meneses Junior	SEMACE	Fortaleza	
Adamir Barbosa Lima Filha	SRH	Fortaleza	
Raimundo Ivan Remígio Silva	CENTEC	Limoeiro do Norte	SOCIEDADE CIVIL
João Ribeiro da Costa	STR	Limoeiro do Norte	
José Maria de Andrade	Ass. dos Desap. e Fut. Ass. do Proj. Tabuleiro Russas	Russas	
Cristovão Alves Lima	STR	Russas	
Francisco Rosângelo Marcelino da Silva	Cáritas Diocesana	Limoeiro do Norte	
Andrea Almeida Cavalcante	FAFIDAN	Limoeiro do Norte	
Cláudio Alves Pinto	Ass. dos Morad. do Bairro Castelo	Aracati	USUÁRIO
Raimundo Casemiro da Silva	Fed. das Ent. Cívicas Org. de Aracati	Aracati	
Luzia Pereira da Costa	Ass. Com. Gracismões Gov. Tasso Jereissate	Russas	
Agostinho Hermenegildo Rocha	STR	Jaguaruana	
João Batista Araújo	CAGECE	Russas	
Marcio Ramalho Dantas	COOPAR	Russas	
José Ricardo da Costa Mascarenhas	Ass. Benef. Com. do Sítio Buia	Russas	
Francisco Adolfo de Moraes	Ass. dos Morad. do Jirau	Aracati	
Maria Mires Marinho Bouty	COGERH	Fortaleza	CONVIDADOS
Milena Luna Bezerra	SRH	Fortaleza	
Raimundo Tadeu Neris	SEMACE	Fortaleza	
Luis Nilson Moreira Freitas	C M de Itaiçaba	Itaiçaba	

COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO BANABUIÚ



Criado pelo Decreto nº 26.435, de 30 de outubro de 2001, e instalado em 28 de fevereiro de 2002. É constituído por 48 instituições membros, estando estas representadas nos seguintes segmentos: sociedade civil (30%) – 14 instituições; usuários (30%) – 14 instituições; poder público municipal (20%) – 10 instituições; poder público estadual e federal (20%) – 10 instituições.

ÁREA DE ATUAÇÃO

Com extensão de 314 km e área de drenagem de 19.316 km² o rio Banabuiú é o principal tributário do rio Jaguaribe. Desenvolve-se no sentido oeste-leste, tendo sua foz localizada próximo à sede do município de Limoeiro do Norte. São seus afluentes pela margem esquerda, os rios Patu, Quixeramobim e Sitiá e pela margem direita destaca-se apenas o riacho Livramento.

A capacidade de armazenamento de água superficial em 17 (dezesete) reservatórios monitorados é da ordem de 2.544,98 hm³ gerando

uma vazão regularizada com 90% de garantia (Q90) em torno de 19,83 m³/s. Destes, os maiores são açude Banabuiú com volume de 1.700 hm³; açude Pedras Brancas com volume de 434,04 hm³; o açude Cedro com volume de 126,00 hm³ e o açude Fogareiro com 118,82 hm³. Ressalta-se um expressivo volume armazenado em cerca de 1.500 (um mil e quinhentos) pequenos açudes distribuídos por toda a área da bacia, de usos privados e comunitários.



Planejamento estratégico do CSBH do Banabuiú

Assentada totalmente no aquífero Cristalino, a região apresenta uma disponibilidade instalada de cerca 2.951,2 m³/h em 1.904 poços cadastrados e em operação que caracteriza a oferta hídrica subterrânea com base no ano 2002.

MUNICÍPIOS COMPONENTES (12)

Banabuiú, Boa Viagem, Ibicuitinga, Madalena, Mombaça, Monsenhor Tabosa, Morada Nova, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim e Senador Pompeu.

O Histórico da Formação do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Banabuiú (CSBH – Banabuiú).

O início da gestão participativa dos recursos hídricos na bacia do Banabuiú, realizado pela COGERH, teve como marco inicial o envolvimento de dois municípios desta bacia (Banabuiú e Morada Nova) que fazem parte do vale perenizado do Jaguaribe no I Seminário dos Usuários de Água dos Vales Perenizados do Jaguaribe e Banabuiú realizado no município de Jaguaribe, em julho de 1994.

Os representantes desses municípios também fizeram parte da Comissão de Usuários dos Vales Perenizados do Jaguaribe e Banabuiú, formada naquela oportunidade, com o objetivo de discutir conjuntamente com a COGERH, a gestão das águas naquele Vale e redefinir o modelo de gestão das águas na bacia hidrográfica dos rios Jaguaribe e Banabuiú. Esta comissão composta por 19 municípios com representação de usuários, entidades da sociedade civil, poderes públicos municipais, estaduais e federais passou a definir o processo de operação dos reservatórios Orós e Banabuiú com o suporte técnico da COGERH.

As reuniões desta comissão passaram a ser realizadas de forma itinerante nos municípios da bacia do Jaguaribe localizados nos vales do Jaguaribe e Banabuiú.

Em 1995, com o objetivo de iniciar a estruturação do processo de apoio a organização dos usuários das águas em cada uma das bacias hidrográficas que fazem parte do vale do Jaguaribe, foram realizadas reuniões com os representantes de cada bacia hidrográfica, intitulada de Reunião das Entidades de Usuários das Águas das Bacias do Jaguaribe.

A reunião nesta Bacia foi realizada em agosto de 1995, e contou com a participação de 50 representantes.

Em 1996, a partir de uma avaliação do trabalho na Bacia do Jaguaribe, percebeu-se a necessidade de realizar ações no sentido de buscar uma maior articulação no trabalho de organização. Nesse sentido, foi realizado, no início daquele ano, o diagnóstico institucional nos 19 municípios do vale, com o objetivo de identificar as instituições com interesse em recursos hídricos e divulgar a Política Estadual de Recursos Hídricos. Nesse mesmo ano, nos meses de maio, junho e julho, foram realizados os encontros municipais em todos os 19 municípios dos vales perenizados do Jaguaribe e Banabuiú.

Na Bacia do Banabuiú foram realizados os encontros municipais de Morada Nova (08/05/1996) e Banabuiú (03/05/1996).

As ações de apoio à Organização dos Usuários de Água nessa região foi inicialmente direcionada para o fortalecimento do processo de alocação participativa de água nos vales do Jaguaribe e Banabuiú. Só em 1997, após a formação do Comitê do Curu, é que o trabalho foi direcionado no sentido de formar os comitês das bacias do Jaguaribe.

De 1994 a 1998, o trabalho de organização e gestão das águas da Bacia do Banabuiú era realizada apenas nos municípios de Morada Nova e Banabuiú. Havia em alguns municípios reuniões de operação de açudes isolados, mas não significavam um trabalho amplo como o que se iniciou em toda a bacia do Banabuiú, a partir de 1998.

A Bacia do Banabuiú, é composta por 12 municípios, e só havia sido realizado o trabalho de apoio à Organização dos Usuários de Água em 02 (Morada Nova e Banabuiú). Essa situação resultou na necessidade de realizar todo um trabalho de mobilização na bacia, tendo em vista o grande número de municípios que tinham que ser integrados no processo de gestão participativa dos recursos hídricos.

Então, entre os meses de abril a outubro de 1998, foi realizado o Diagnóstico Institucional da Bacia do Banabuiú, onde foram visitados todos os 12 municípios da bacia, com o objetivo de identificar e contatar as instituições existentes nos municípios bem como identificar os principais problemas de recursos hídricos dos municípios.

Um marco fundamental para o processo de constituição do Comitê, foi a realização do I Seminário das Águas da Sub-Bacia Hidrográfica do rio Banabuiú, realizado dia 26 de novembro de 1998, em Quixeramobim, que contou com a participação de setores envolvidos direta ou indiretamente com o uso da água, dentre os quais: usuários, representantes de associações, sindicatos, irrigantes, órgãos dos poderes públicos municipais, estaduais e federais, totalizando 115 participantes.

O referido evento teve por objetivos discutir um modelo de gestão das águas da Sub-bacia e ampliar a participação dos representantes municipais no processo

de organização dos usuários de água da sub-bacia do Banabuiú.

O Seminário possibilitou o avanço na definição de propostas das etapas e atividades para a constituição do Comitê, sendo assumidas as propostas de: criar comissões municipais; promover encontros municipais; realizar encontros regionais, divididos por afinidades ou rede de drenagem; realizar encontros



Açude Monsenhor Tabosa

intermunicipais; escolher representantes para a elaboração de proposta de Estatuto do Comitê e a definição do prazo para formação do comitê até 15 de junho de 1999.

Como deliberação, nesse Seminário ficou criado o Grupo de Trabalho para instalação do Comitê da Sub-Bacia do Banabuiú. Outra deliberação foi a divisão da bacia em três regiões para fortalecer o trabalho nos encontros regionais: Região I – Morada Nova, Ibicuitinga, Banabuiú e Quixadá. Região II – Quixeramobim, Boa Viagem, Madalena e Monsenhor Tabosa. Região III – Pedra Branca, Piquet Carneiro, Mombaça e Senador Pompeu.

No dia 21 de janeiro de 1999, aconteceu a primeira Reunião do Grupo de Trabalho para a Instalação do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Banabuiú, em Quixeramobim. Nesta reunião foi elaborado o Plano de Trabalho do Grupo de Instalação do Comitê do Banabuiú. O Plano de Trabalho definido nesta reunião, tomou como parâmetro as propostas aprovadas no I Seminário da Sub-Bacia, em 26 de novembro de 1998. Foram feitas algumas modificações nas propostas originais no sentido de adequar às condições de disponibilidade dos representantes do grupo de trabalho, dado o fato de que todos os membros desenvolviam outras atividades nos seus municípios.

Um dos encaminhamentos do plano de trabalho foi a realização do Curso de Gestão de Recursos Hídricos, ocorrido em março de 1999, em Quixeramobim, com o objetivo de aprofundar a discussão e o conhecimento sobre a política de recursos hídricos, para capacitar os membros do Grupo de Instalação do Comitê do Banabuiú.

Um outro passo foi a realização dos Encontros Municipais de Gerenciamento de Recursos Hídricos em todos os municípios da bacia. Estes encontros tiveram o objetivo de apresentar e discutir a política de gerenciamento dos recursos hídricos em desenvolvimento no Estado; discutir os principais problemas hídricos do município; definir a representação municipal na Comissão da Sub-Bacia do Banabuiú; organizar o Comitê da Sub-bacia Hidrográfica do Banabuiú. Foram realizados encontros nos municípios de Senador Pompeu (07/04/1999); Mombaça (08/04/1999); Quixadá (04/05/1999); Quixeramobim (20/05/1999); Pedra Branca (16/06/1999); Piquet Carneiro (17/06/1999); Ibicuitinga (18/08/1999); Madalena (19/08/1999); Monsenhor Tabosa (25/08/1999); Boa Viagem (26/08/1999). Os encontros municipais de Morada Nova e Banabuiú não foram realizados naquela oportunidade, pois os representantes destes municípios entenderam que não seria necessário, pois já tinham sido realizados os encontros municipais nesses dois municípios em 1996.

Nesses encontros, foram criadas as Comissões Municipais de Recursos Hídricos, ficando os representantes municipais das mesmas, responsáveis

pelos encaminhamentos para a constituição do Comitê do Banabuiú.

No dia 17 de novembro de 1999, foi realizado o Encontro com as Comissões Municipais de Recursos Hídricos da Sub-Bacia do Banabuiú, em Boa Viagem, tendo como objetivos apresentar e discutir o Plano de Gerenciamento dos Recursos Hídricos da Sub-Bacia do Banabuiú e discutir a experiência dos Comitês de Bacia Hidrográfica. O principal resultado dessa reunião foi a formação do Grupo de Elaboração do Estatuto da Sub-Bacia do Banabuiú, e a definição da realização de encontros regionais.

Os Encontros Regionais de Recursos Hídricos foram então realizados durante o ano de 2000. O Encontro da Região I (Morada Nova, Ibicuitinga, Banabuiú e Quixadá), foi realizado em fevereiro, no município de Banabuiú. Na Região II (Quixeramobim, Boa Viagem, Madalena, e Monsenhor Tabosa), foi realizado, em março, em Boa Viagem e na Regional III (Pedra Branca, Piquet Carneiro, Mombaça e Senador Pompeu), foi realizado no mês de abril no município de Pedra Branca.



Transposição das Águas do Açude Fogareiro para o Rio Pirabiru

Em junho do referido ano, foi realizado o Congresso de Constituição do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Banabuiú (01/06/2000), no município de Quixeramobim. Destaca-se que o mesmo contou com a participação de representantes de 11 (onze) Comissões Municipais de Recursos Hídricos, representadas por 52 delegados escolhidos nos Encontros Municipais de Recursos Hídricos, tendo havido a ausência apenas da Comissão Municipal de Monsenhor Tabosa.

Em reunião do CONERH, realizada dia 28/08/2000, em Fortaleza, após avaliação do parecer da Assessoria Jurídica da SRH sobre o Estatuto do Comitê do Banabuiú, foi aprovada a proposta de criação de uma Comissão para avaliar o Estatuto do Comitê da Sub-Bacia do Banabuiú, tendo um prazo de 30 dias para apresentar parecer. Essa situação foi motivada em função de alguns conselheiros questionarem a legalidade de alguns artigos do Estatuto do Comitê do Banabuiú, aprovado no Congresso da Bacia, realizado dia 01/06/2000. Essa situação acabou por adiar por um longo período a instalação do Comitê do Banabuiú.

Em função do longo período entre o Congresso da Bacia e a posse do Comitê, foi realizada dia 23 de agosto de 2001, em Quixadá, uma reunião de rearticulação do Comitê da Sub-Bacia do Banabuiú, tendo a seguinte pauta: apresentação do Projeto Água Doce; discussão sobre o processo de rearticulação do Comitê do Banabuiú; discussão sobre a proposta de adequação do Estatuto do Comitê proposto pelo CONERH.

Nesta reunião, houve um acirrado debate onde foi enfatizado que a posse do Comitê do Banabuiú estava sendo protelada por mais de um ano, diante do impasse provocado pelo CONERH, que questionou a legalidade do Estatuto do Banabuiú, aprovado no Congresso da Criação. Após o debate foram formuladas duas propostas: A primeira que era favorável à proposta de funcionamento do Comitê do Banabuiú, utilizando o modelo de Estatuto do Comitê do Médio Jaguaribe e uma segunda que era contrária a qualquer alteração do Estatuto do Comitê, aprovado em Congresso, defendendo que deveria haver uma ação judicial exigindo a posse do Comitê. A primeira proposta foi a vencedora com 12 votos, tendo a segunda proposta recebido 9 votos, existindo ainda 08 abstenções.

A instalação e posse do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Banabuiú, foram realizadas no dia 28 de fevereiro de 2002, em Quixeramobim. Na oportunidade também foi realizada a eleição e posse da primeira diretoria executiva do Comitê, que contou com a inscrição de apenas uma chapa, que foi eleita por unanimidade, composta por: Luiz Sérgio Girão (Presidente); José Maria Pimenta (Vice-Presidente) e Paulo César Rodrigues (Secretário-Geral).

O CSBH do Banabuiú na ocasião do Planejamento Estratégico

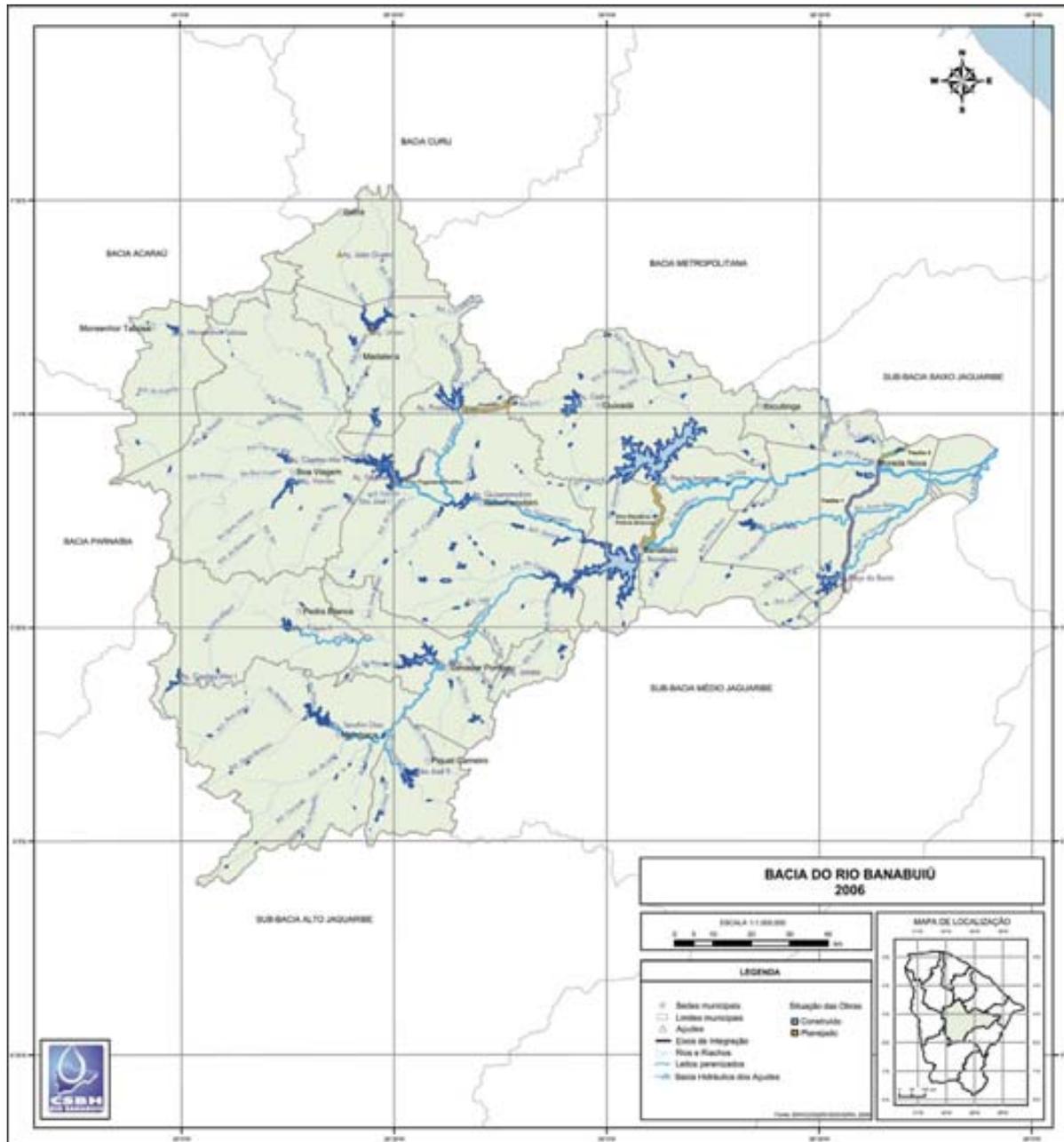
O CSBH do Banabuiú - no momento da realização do Planejamento Estratégico - é presidido pelo Sr Luiz Sérgio Girão de Lima, membro representante da Sociedade Civil através da Associação dos Vaqueiros e Criadores de Morada Nova; o vice-presidente é o Sr. Paulo César Rodrigues membro representante do Serviço

Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, do segmento de Usuários, e tem como secretário-geral o Sr. Aírton Burity, representante da Prefeitura Municipal de Quixadá, representando o Poder Público Municipal.

O Comitê é estruturado com titulares e suplentes, composto por um plenário de 48 instituições membro, estando no segundo mandato.

A atuação básica deste Comitê é a definição das vazões a serem liberadas pelos reservatórios que compõem a Bacia. Também é membro do Grupo de Trabalho Multiparticipativo do Canal da Integração.

INSTITUIÇÕES MEMBROS QUE COMPÕEM O COMITÊ DO BANABUIÚ POR SEGMENTO	
USUÁRIOS (14)	SOCIEDADE CIVIL (13)
Assentamento Renascer Longar – Ibicuitinga/CE	Ass. Com. Novo Oriente – Quixeramobim/CE
Ass. de Moradores do Setor "O" (Sítio Veneza) –	Ass. Com. de Cacimba do Meio – Mombaça/CE
Ass. de Moradores do Setor "R"	CENTEC – Limoeiro do Norte/CE
Ass. dos Irrig. Trab. de Pontal Alegre Quixeramobim/CE	Fed. das Ass. Com. de Quixeramobim/CE
Ass. dos Usuários do Dist. de Irrig. do Perímetro Irrigado de Morada Nova/CE – (AUDIPIMN)	Fed. das Ass. Com. do Município de Banabuiú/CE
CAGECE – Quixadá	Fed. das Ass. Com. de Madalena /CE
Coop. Agric. Mista de Morada Nova/CE (CEPEMOVA)	Inst. de Convivência com o Semi-árido Brasileiro – Quixadá/CE
Coop. Agrop. do Perímetro Irrig. do Vale do Banabuiú (CAPIVAB) – Limoeiro do Norte/CE	Sind. dos Téc. Agric. de Nív. Méd. do Est. do CE. – Quixadá/CE
Coop. Agrop. do Perímetro Irrig. (CAPI) Morada Nova/CE	STR – Quixadá/CE
Coop. Central Agrop. dos Irrigantes do Vale do Banabuiú (CIVAB) – Morada Nova/CE	STR – Ibicuitinga/CE
Coop. de Peq. Prod. Agrop. de Morada Nova (COPAMN)	STR – Quixeramobim/CE
SAAE – Morada Nova/CE	STR – Morada Nova/CE
SAAE – Boa Viagem/CE	União dos Téc. Agric. do Est. do CE – Quixadá/CE
SAAE – Banabuiú/CE	-
PODER PÚBLICO MUNICIPAL (10)	PODER PÚBLICO ESTADUAL E FEDERAL (10)
Câmara Mun. de Morada Nova/CE	DNOCS
Câmara Mun. de Quixadá/CE	EMATERCE
Pref. Mun. de Banabuiú/CE	FUNCEME
Pref. Mun. de Ibicuitinga/CE	IBAMA
Pref. Mun. de Madalena/CE	SRH
Pref. Mun. de Mombaça/CE	BNB
Pref. Mun. de Morada Nova/CE	SDLR
Pref. Mun. de Quixeramobim/CE	SEAGRI
Pref. Mun. de Pedra Branca/CE	Ministério Público
Sec de Agric. Pref. Mun. de Senador Pompeu/CE	SEMACE
NÚMERO TOTAL DE INSTITUIÇÕES MEMBROS DO CSBH BANABUIÚ = 47	



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO BANABUIÚ

Quixeramobim, 27 e 28 de julho de 2004 (2º Seminário)
Quixadá, 11 e 12 de novembro de 2004 (4º Seminário)

MISSÃO

Promover a gestão dos Recursos Hídricos garantindo a participação da sociedade no processo decisório buscando o desenvolvimento sustentável da sub-bacia hidrográfica do Banabuiú.

VISÃO DE FUTURO

- No ano 2020, os CBHs estão fortalecidos, representativos e atuantes, participando nas deliberações e ações sobre a política de RH em harmonia com a sociedade e órgãos gestores;
- Existe uma distribuição equilibrada dos RHs entre os vários usos a todos os segmentos da população;
- A sociedade tem consciência e reconhece o papel dos Comitês nas políticas de gestão de RH e como instância para dirimir os problemas;
- As instituições conscientes do seu papel e bem representadas no CBH;
- Instituições afins participando integradas nas políticas de gestão de RH;
- Os instrumentos de gestão são implementados com participação dos comitês;
- O Comitê decide e acompanha a destinação dos recursos oriundos da cobrança;
- CBHs concebem, internalizam, aprovam e põem em execução os planos de Bacia;
- Os CBHs funcionam plenamente com: infra-estrutura adequada e orçamento assegurado;
- CBH capacitado jurídico, técnica e administrativamente para a gestão dos RHs;

- O meio ambiente é visto como um todo na integração e interligação de bacias e um percentual dos recursos arrecadados pela cobrança são destinado à sua conservação e recuperação na área da bacia;
- As redes de ensino promovem a educação ambiental, voltada para a gestão dos RHs da Bacia;
- Existe uma instância colegiada dos CBHs.

Questões em discussão

- O comitê tem autonomia política e financeira para desenvolver suas atividades? Não.
- Os CBHs têm representante no CONERH (COMO?)
- Os CBHs participam do conselho de administração da COGERH? Não.
- Os CBHs deveriam ter sua própria Agência de Bacia.

VALORES

Compromisso: assumir a responsabilidade de fazer acontecer às ações pensadas pelo coletivo cumprindo os deveres.

Transparência: clareza nas ações dos CBHs e dos seus membros

Respeito: conciliar as diferenças de idéias e ações buscando os consensos

Coerência: agir com impessoalidade, respeitar as diferenças.

Representatividade: assegurar a participação dos vários segmentos da sociedade.

Participação: exercício da cidadania como forma de inclusão social, fortalecendo a representatividade institucional.

Ética: desempenhar de forma íntegra e imparcial todas as atribuições, respeitando os valores assumidos pelos CBH.

GRUPOS DE INTERESSADOS	
Qual a relação desejada com as organizações interessadas na existência, estruturação e fortalecimento do CBH?	
PRINCIPAIS INTERESSADOS	RELAÇÃO DESEJADA COM OS CBHs
Formulação política. Ex.: SRH-MMA, SRH-CE, CONERH.	Participação no processo decisório, transparência e confiança mútua.
Implementação das políticas. Ex.: ANA, COGERH, DNOCS, Prefeituras.	Participação no processo decisório; acompanhar ações; participação efetiva nos comitês; confiança mútua e eficiência na informação.
Reguladores/ Fiscalizadores. Ex.: IBAMA, OAB, SEMACE, Ministério Público.	Acolhimento preferencial das demandas do comitê; ação efetiva junto aos comitês; facilitar a ação de fiscalização/regulação; grupos técnicos de fiscalização formulam demandas qualificadas e consensuadas.
Fomento. Ex.: BB, BNB, Fundações, ONGs.	Articulação do comitê; oferecimento ordenado de demandas; estabelecimento de parcerias; clareza na prestação de contas.
Usuários. Ex.: CAGECE, SAAEs, Cooperativas, Associações de Irrigantes, FIEC.	Participação efetiva; respeito às decisões do comitê; comunicação; defesa dos interesses dos usuários no comitê; estímulo à participação; imparcialidade com relação aos usuários; relação ética entre as partes.
Informação/ Assessoria. Ex.: FUNCEME, Secretarias Estaduais, Universidades.	Disponibilidade/socialização de informações, clareza de informações dos órgãos; comunicação dos comitês com a sociedade através de meios de comunicação de massa; agilidade e oportunidade nas instruções e assessoria; capacitação contínua; prestar assessoria mediante demanda.
Divulgação. Ex.: Imprensa.	Fidelidade, agilidade, acesso, divulgação das informações; qualificação das informações pelos CBHs.
Legislação. Ex.: Assembleia Legislativa, Congresso, CONERH.	Canais de comunicação preferenciais.

AMBIENTE EXTERNO

Oportunidades

- Maior mobilização social para participação na gestão dos recursos ambientais
- Aumento das fontes de financiamento para preservação ambiental (Petrobrás Ambiental, MMA, WWF...);
- Maior integração dos atores, organizações e entidades na gestão dos RHs;
- A conscientização sobre a preservação do meio ambiente no setor educacional com sua inclusão na grade curricular;
- Boa recarga dos reservatórios;
- Capacitação dos membros do Comitê;
- Construção do canal da integração;
- O funcionamento da adutora do Pirabibu;
- A implantação da cobrança.



Planejamento Estratégico do CSBH Banabuiú

Ameaças

- Ampliação das atividades com impacto ambiental;
- Crescimento desordenado dos municípios comprometendo a qualidade ambiental;
- Degradação ambiental (desmatamento, assoreamento, poluição, pesca predatória);
- PL para substituir a Lei 11.996/92 com pouca consulta à sociedade;
- Falta de agilidade do sistema RH;
- Dificuldade de interlocução governo/sociedade;
- Implantação da cobrança sem a ampla discussão com os usuários;
- Impacto econômico e social nas atividades produtivas com implantação da cobrança (contribuição no 4º Seminário).

AMBIENTE INTERNO

Pontos Fortes

- Realização dos seminários;
- Representatividade e vários segmentos;
- Aceito pela sociedade;
- Boa amplitude de instituições que compõem o comitê;
- Continuidade de alguns membros (acúmulo de experiências);
- Denodo de alguns membros;
- Nível de conscientização no exercício da cidadania;
- Espaço para tirar dúvidas;
- Persistência dos membros que mostram compromisso com o sistema, apesar das adversidades;
- Ser o centro de debates sobre questões relacionadas a recursos hídricos;
- Ser oportunidade para a sociedade inserir-se no processo de gestão dos RHs.

Pontos Fracos

- Falta de compromisso de alguns membros;
- Pouca presença de seus membros;
- Baixa integração e socialização entre seus membros;
- Falta de respeito entre os membros nos momentos de discussão;
- Falta de estrutura;
- Baixa autonomia financeira;
- Deficiência na mobilização;
- Acomodação na cobrança de um melhor sistema de informação;
- Falta de agenda de reuniões;
- Despreparo de alguns membros impossibilitando a ampla participação;
- Pouca comunicação entre os membros;
- Pouca capilaridade na base social do Comitê.

Estratégias

- Ampliar a discussão de território/regionalização a partir da concepção de Bacia Hidrográfica (tema para discussão).
- Fomentar a conservação, preservação e educação ambiental da bacia hidrográfica.
(Ações: incentivar o tema educação ambiental nas escolas / Incentivar a criação de Legislação ambiental nos municípios, que atenda as necessidades de preservação dos recursos.)
- Trabalhar em rede partindo da articulação e integração entre as instituições membros e com as entidades parceiras.
(Ação: divulgar os trabalhos do Comitê em rede comunitária)
- Valorizar e promover o Comitê
(Ação: elevar a qualificação da comunicação interna e externa).
(Incentivar todos os segmentos a participar das estratégias)
- Fortalecer os CBHs assegurando a autonomia administrativa, política e financeira.
- Buscar a alocação de recursos na gestão dos RHs e ambientais.

DETALHANDO AS AÇÕES BÁSICAS

REUNIÕES ORDINÁRIAS

- Reuniões na segunda quinta-feira dos meses: março, junho, setembro e dezembro;
- Despesas de deslocamento e hospedagem para instituições (sociedade civil e usuários) que não possuam condições financeiras para assumi-las, serão garantidas pela Secretaria Executiva;
- Local e infra-estrutura: equipamentos de multimídia, água, café, flip chart, alimentação, lanche(s), aparelho de som, material de expediente, apoio administrativo,

SUGESTÃO: analisar a possibilidade de instalar a sede do Comitê em Quixadá.

PROCESSO DE RENOVAÇÃO

- Na reunião de setembro 2005 o Comitê decidirá sobre os procedimentos (com discussão sobre mudanças regimentais).

SUGESTÃO: que sejam criados mecanismos de discussão para que os candidatos das chapas possam apresentar suas propostas.

- Realizar visitas as instituições;
- 03 Encontros Regionais;
- Realização do Congresso de Renovação, de posse dos membros do CBH e eleição e posse da diretoria;
- Deslocamentos da Comissão;
- Alimentação.

ALOCAÇÃO NEGOCIADA

- Duas reuniões: uma no final do período chuvoso e outra no meio do período seco.
- Reuniões feitas em nível regional e em função da particularidade hídrica do ano em questão.
- Discutir os meios que proporcionem a operacionalização efetivação da alocação.

COMUNICAÇÃO ENTRE OS MEMBROS

- Definir uma instância de comunicação no CBH;
- mapear as alternativas de comunicação de cada membro;
- Planejar com antecedência o calendário semestral do CBH;
- Divulgação das atividades do CBH nas rádios;
- Definir um articulador de comunicação em cada município;
- Criar um Sítio no CBH Banabuiú;
- Construir a memória da participação das entidades no CBH.

INTERCÂMBIO

- Intra-bacias: proporcionar a integração dos membros do CBH para o conhecimento de micro-bacias e das instituições;
- Intercâmbio entre os CBHs;
- Rearticulação do Grupo Articulador dos CBHs.

INFORMAÇÕES

- Pauta de Discussão/Decisões no CONERH; alterações legais (Leis, regimentos);
- Ações/atividades da SRH/COGERH na Bacia.
- Informações meteorológicas (prognósticos)



Trabalho de Grupo do Planejamento Estratégico do CSBH Banabuiú

CRITÉRIOS

- Abrangência
- Viabilidade de financiamento / execução
- Ser mobilizador da sociedade
- Agregar parceiros
- Promover o desenvolvimento pleno do sistema.

HIERARQUIZAÇÃO

- 1º - Provocar a implementação dos instrumentos de gestão - 66 votos.
- 2º - Conhecer e divulgar o Plano da Bacia - 75 votos
- 3º - Produção e disseminação de conhecimentos da Bacia - 68 votos
- 4º - CBH na Mídia (Programa de Rádio) - 33 votos.
- 5º - Sensibilização Institucional para uma participação mais efetiva no CBH - 43 votos.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

- 1 – Paulo e Genesiano
- 2 – Mazé, João José
- 3 – Sérgio, Luciana, Jaqueline e Orion
- 4 – Oswaldo, Cláudio

Reunião para consolidação no dia 21 de dezembro, às 9:00h, na Biblioteca Municipal de Quixadá.

CSBH BANABUIÚ: MEMBROS QUE PARTICIPARAM DOS SEMINÁRIOS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO			
NOME	INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	SEGMENTO
Airton Buriti Lima	C M de Quixadá	Quixadá	PODER PÚBLICO MUNICIPAL
José Machado de Sousa Filho	P M de Banabuiú	Banabuiú	
João Monteiro Sales de Andrade	P M de Quixeramobim	Quixeramobim	
Luiz Sérgio Girão de Lima	P M de Morada Nova	Morada Nova	
José Américo de Lima	EMATERCE	Quixeramobim	PODER PÚBLICO ESTADUAL E FEDERAL
Douglas Damásio dos Santos	IBAMA	Quixeramobim	
Milena Luna Bezerra	SRH	Fortaleza	
Francisco Bento de Araújo	BNB	Quixadá	
Ivoneilton Eduardo Gomes	SDLR	Fortaleza	
Francisca Maria da Silva	Ass. Com. Novo Oriente	Quixeramobim	SOCIEDADE CIVIL
Jaqueline da Silva Nobre Rabelo	Cáritas Diocesana	Quixadá	
Maria José Damasceno	Fed. das Ass. Com. de Quixeramobim	Quixeramobim	
Ana Lúcia Siqueira Mota	Fed. das Ass. Com. de Quixeramobim	Quixeramobim	
Carlos André Lima Machado	Fed. das Ass. Com. de Banabuiú	Banabuiú	
Oswaldo Alves de Andade Filho	Inst. de Conv. com o Semi-árido Brasileiro	Quixadá	
Luiz Henrique de Oliveira	STR	Quixadá	
Deusimar Militão de Almeida	STR	Quixeramobim	
Antônio Evandro Felisberto Quirino	STR	Quixeramobim	
Cincinato Furtado Leite Júnior	CAGECE	Quixadá	USUÁRIO
João José de Santiago	CAPIVAB	Limoeiro do Norte	
Paulo César Rodrigues	SAAE	Banabuiú	
Orian Márcio Gomes	AUDIPIMN	Morada Nova	CONVIDADOS
Marcelo Colares de Oliveira	COGERH	Fortaleza	
Maria Mires Marinho Bouty	COGERH	Fortaleza	
Adamir Barbosa Lima Filha	SRH	Fortaleza	
Francisco Carlos Bezerra e Silva	Consultor	Fortaleza	
Thatianny Mizaely Silva do Carmo	Ass. Com. de Novo Oriente	Novo Oriente	
Raimundo Lauro de Oliveira Filho	COGERH	Quixeramobim	
Maria Lindélia de Araújo Maciel Lima	Biblioteca Pública	Quixadá	
Maria de Fátima Oliveira	SRH	Fortaleza	
Antonio Martins da Costa	SRH	Fortaleza	
José Haroldo Nogueira	COGERH	Quixeramobim	
Will Robson Sombra Albano	COGERH	Quixeramobim	
Ubirajara Patrício Alvares	COGERH	Fortaleza	

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO CURU



Criado nos termos da Lei nº 11.996, de 24 de julho de 1992, e instalado em 17 de outubro de 1997.

É constituído por 50 instituições membros,

estando estas representadas nos seguintes segmentos: sociedade civil – 15 instituições; usuários – 15 instituições; poder público municipal – 10 instituições; poder público estadual e federal – 10 instituições.

Área de Atuação

A Bacia do Curu possui uma área de drenagem de 8.528 km². O rio Curu nasce na região montanhosa formada pelas serras do Céu, da Imburana e do Lucas, localizadas no centro norte do Estado. Ao longo de 195 km, até sua foz, ele corre preferencialmente no sentido sudoeste-nordeste. No conjunto, esta Bacia possui relevo predominantemente de moderado a forte, com grande parcela de seu divisor sendo formado por zonas montanhosas, com destaque para a serra de Baturité, ao leste, e a serra de Uruburetama, ao oeste. Os principais afluentes desta Bacia são os rios: Caxitoré, na margem direita e o Canindé, pela margem esquerda.

O regime pluviométrico caracterizado por distribuição irregular, cujas precipitações crescem no sentido do sertão para o litoral, onde alcançam valores superiores a 1.000 mm anuais, próximo à foz do rio. Dentre as bacias estaduais, esta é a que tem maior índice de controle, através de seus reservatórios que dominam cerca de 80% de sua superfície. Os principais açudes são: General Sampaio (322,2 hm³),

Pentecoste (395,6 hm³) e Caxitoré (202,0 hm³). Estes três açudes têm capacidade para acumular cerca de 86% do volume máximo previsto para os treze reservatórios monitorados pela COGERH nesta Bacia, que é de 1.068,3 hm³.

A oferta hídrica subterrânea nos principais aquíferos: Dunas – Barreiras; Cristalino e Aluviões é da ordem de 576,0 m³/h em mais de 500 poços cadastrados.

MUNICÍPIOS COMPONENTES (15)

Paracuru, Paraipaba, São Gonçalo do Amarante, São Luiz do Curu, Pentecoste, Umirim, Apuiarés, General Sampaio, Tejuçuoca, Itapajé, Irauçuba, Paramoti, Caridade, Canindé e Itatira.

O Histórico da Formação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu (CBH – Curu).

O CBH - Curu foi o primeiro Comitê de Bacia instalado no Ceará, a sua criação tinha sido definida pela Lei nº 11.996, de 24 de julho de 1992, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, no seu artigo 48¹.

Apesar da Lei Estadual de Recursos Hídricos ter estabelecido a criação do CBH - Curu, o processo de constituição do referido Comitê só teve início no segundo semestre de 1994, quando a equipe técnica da COGERH iniciou os trabalhos de diagnóstico institucional na referida Bacia.

O diagnóstico institucional foi realizado nos meses de agosto e setembro de 1994, onde foram constatadas 82 instituições em 18 municípios² (Irauçuba, Itapajé, Umirim, Pentecoste, Paraipaba, São Luiz do Curu, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, General Sampaio, Paramoti, Tejuçuoca, Itatira, Canindé, Caridade, Aratuba, Mulungu, Guaramiranga)³.

Os contatos realizados tiveram objetivo de: informar sobre a Política Estadual dos Recursos Hídricos; informar sobre a criação da COGERH; identificar os problemas de recursos hídricos em cada município; identificar o nível de articulação existente entre as instituições que atuam na área dos recursos hídricos.



Trabalho de Grupo do Planejamento Estratégico do CBH Curu

¹ Legislação sobre Sistema Integrado dos Recursos Hídricos do Ceará. Fortaleza, SRH, 1994. ² Consolidação dos Relatórios de Viagem da Bacia do Curu. Fortaleza, COGERH, 1994. ³ O trabalho foi iniciado tendo como base os 18 municípios que apresentavam o seu território, ou parte dele, situado na área da bacia hidrográfica do rio Curu. Posteriormente, avaliando que os municípios de Aratuba, Mulungu e Guaramiranga apresentavam apenas uma pequena área dos seus respectivos territórios na bacia do Curu e que suas ligações econômicas e culturais eram com a região metropolitana de Fortaleza, optou-se por retirar estes três municípios da relação da bacia do Curu. A partir dessa decisão, foi definido em 15 o número de municípios que estariam envolvidos no processo de formação do comitê do Curu.

Esses contatos possibilitaram uma melhor compreensão dos principais problemas da Bacia Hidrográfica do Curu no tocante à Organização dos Usuários, a integração institucional, as potencialidades hidroagrícolas e a dinâmica sociocultural.

O passo seguinte foi a realização do I Seminário Institucional dos Recursos Hídricos da Bacia do Curu, no dia 07/09/1994, em Pentecoste, com os seguintes objetivos ⁴: apresentar a Nova Legislação de Recursos Hídricos do Ceará; apresentar o diagnóstico institucional e de recursos hídricos da Bacia do Curu; definir as linhas básicas que nortearão a estratégia de ação para gestão dos Recursos Hídricos na Bacia do Curu.

Esse Seminário teve como resultado a definição de algumas propostas apresentadas pelas instituições presentes, as quais podemos destacar as seguintes ⁵: criação de associações de usuários nos açudes da Bacia; criação do Comitê do baixo Curu; criação de sub-comitês em toda Bacia do Curu; realização de seminários municipais com os usuários da Bacia; promoção de campanhas educativas sobre o uso racional da água em toda Bacia.

O referido Seminário teve uma participação relativamente pequena das entidades convidadas, contando com 31 instituições inscritas. Esse fato fez com que houvesse uma reavaliação, por parte da COGERH, de quais seriam as próximas etapas a serem seguidas, percebeu-se que era necessário trabalhar mais fortemente com os usuários de água, pois a possibilidade de discutir as vazões de água a serem liberadas pelos açudes passaria a ser o elemento motivador para dar continuidade ao processo de constituição do Comitê.

Em julho de 1995, no município de Pentecoste, foi realizado o I Seminário dos Usuários das Águas do Vale do Curu ⁶, abrangendo os municípios situados no Vale, com o objetivo de discutir com os diversos usuários, as quantidades de água que deveriam ser liberadas pelos açudes que perenizavam o rio Curu (açudes: General Sampaio, Tejuçuoca, Pentecoste, Caxitoré e Frios). Naquela ocasião, participaram 154 representantes de 85 instituições e organizações atuantes na região. A partir deste momento, foi formada a Comissão dos Usuários de Água do Vale do Curu, que viria a ser o núcleo básico para a futura formação do Comitê de Bacia. Essa Comissão contava com representantes de 43 instituições, entre associações, cooperativas, distritos de irrigação, agroindústrias, prefeituras, sindicatos de trabalhadores rurais, sindicatos patronais rurais e órgãos públicos estaduais e federais, realizando 15 reuniões, de setembro de 1995 a dezembro de 1997.

Com a constituição do Comitê do Curu, em 1997, a Comissão de Usuários deixou de existir e a sua função básica de acompanhamento da operação dos açudes passou a ser realizado por uma comissão de membros do próprio Comitê.

O trabalho com a Comissão de Usuários foi fundamental para a constituição do CBH-Curu, e suas reuniões se caracterizaram como um importante espaço de capacitação dos usuários e de discussão e deliberação sobre a gestão das águas no Vale do Curu. Contribuiu também para um maior fortalecimento do processo de organização dos usuários e uma maior integração institucional entre os municípios participantes.

⁴ OLIVEIRA, João Lúcio F.; GARJULLI, Rosana; SILVA, Ubirajara Patricio Álvares. *Conflitos e Estratégias - A implantação do Comitê de Bacia do rio Curu*. Anais do XI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. Recife, novembro de 1995. ⁵ Relatório do I Seminário Institucional de Recursos Hídricos da Bacia do Curu. Fortaleza, COGERH, 1995. ⁶ Relatório do I Seminário dos Usuários das Águas do Vale do Curu. COGERH, Fortaleza, 1995. ⁷ Relatório I Seminário dos Usuários da Bacia do Rio Curu. Fortaleza, COGERH, 1996.

Em 02/08/1996, no município de Pentecoste, foi realizado o I Seminário dos Usuários de Água da Bacia do Curu ⁷, envolvendo todos os 15 municípios da Bacia. Nesse caso, aproveitando a reunião anual de definição da operação dos açudes do Vale do Curu, foi ampliado o convite para toda a Bacia, com o intuito de reforçar o trabalho em direção à formação do Comitê.

Esse Seminário teve como objetivo: avançar no processo de democratização do uso das águas no Estado do Ceará; fortalecer a Comissão dos Usuários de Água



IV Seminário do Planejamento Estratégico do CBH Curu

da Bacia do Curu; divulgar a política de recursos hídricos do Estado do Ceará; preparar o plano de operação do sistema do Vale do Curu; apresentar um histórico e uma avaliação da gestão integrada e participativa das águas no Vale do Curu; apresentar a situação hídrica da bacia do rio Curu; escolher os representantes municipais para a Comissão dos Usuários da Bacia.

Na época, a mobilização que já vinha sendo implementada, pela COGERH, em 11 municípios do Vale do Curu, foi ampliada para toda a Bacia. Nesse sentido, foram convidados para participar desse Seminário representantes dos usuários de água e instituições dos 04 municípios (Canindé, Caridade, Itatira e Paramoti) que fazem parte da Bacia Hidrográfica do Curu, mas que ainda não tinham sido integrados ao processo de gestão dos recursos hídricos.

Como fase preparatória ao referido Seminário, foram realizados dois encontros municipais sobre gestão de recursos hídricos nos municípios de Canindé e Paramoti e a própria Comissão dos Usuários definiu conjuntamente a programação, os conteúdos e as formas de divulgação.

Em 1997, o trabalho de apoio à organização dos usuários entrou em uma nova fase, a realização dos Encontros Municipais sobre Gerenciamento dos Recursos Hídricos, que serviram como etapa importante para a constituição do CBH - Curu.

Os Encontros Municipais serviram para uma maior divulgação da Política Estadual dos Recursos Hídricos e para que o processo de gestão participativa da água fosse referenciado por uma base social mais ampla, além de permitir a participação de um maior número de pessoas nas discussões acerca da questão da água, envolver mais atores sociais em nível municipal e dar maior representatividade às instituições participantes no processo de constituição do Comitê.

Esses encontros foram realizados em todos os municípios da Bacia. No caso dos municípios de Canindé, Caridade, Paramoti e Itatira, foi realizado apenas um encontro regional, em Canindé, incorporando a discussão dos quatro municípios. Os Encontros Municipais tinham os seguintes objetivos⁸: apresentar e discutir a Política Estadual de Recursos Hídricos; fortalecer a Comissão dos Usuários da Bacia Hidrográfica do Curu; discutir os principais problemas hídricos do município; ampliar a representação municipal na Comissão dos Usuários; organizar o Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu; escolher os delegados municipais que participarão do Congresso.

Paralelamente aos encontros municipais, foi escolhido um grupo de trabalho, composto por representantes da COGERH, SRH, EMATERCE, DNOCS e de Usuários de Água, escolhidos na Comissão dos Usuários de Água do Vale do Curu, que se reuniu várias vezes e teve a função de elaborar a proposta de Estatuto para ser apresentado no Congresso da Bacia.

Após os encontros municipais, foi realizado o Congresso de Constituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu, no dia 03/07/1997, em São Luiz do Curu, onde os delegados escolhidos nos encontros municipais e os representantes das instituições governamentais Estadual/Federal, discutiram e aprovaram o Estatuto do CBH-CURU, bem como elegeram a primeira composição do Comitê, que na época contava com 60 membros, com um mandato de dois anos.

A definição da duração do mandato tomou como base o estudo dos estatutos dos comitês criados em São Paulo. A proposta de 60 membros para a primeira composição do CBH - Curu surgiu a partir das discussões do Grupo de Trabalho



Açude Souza - Município: Canindé

⁸ Relatório Compatibilizado dos Encontros Municipais sobre Gerenciamento de Recursos Hídricos da Bacia do Curu: Relatório Compatibilizado. COGERH, Fortaleza, 1997.

que apontaram para a importância de garantir a participação de representantes do poder público municipal de todos os municípios da Bacia no Comitê, com o objetivo de envolver esse setor numa perspectiva de fortalecimento da atuação do Comitê na Bacia. A partir dessa definição, foi estabelecido uma divisão de quatro setores: Usuários, Sociedade Civil, Poder Público Municipal e Poder Público Estadual/Federal e como são 15 municípios que compõem a Bacia do Curu, foi proposto que os outros setores também tivessem o mesmo número de representantes, ou seja, o Setor Usuários ficou com 15 representantes (25% da composição total); o Setor Sociedade Civil ficou com 15 representantes (25%); o Setor Poder Público Municipal com 15 representantes (25%) e o Setor Poder Público Estadual/Federal com 15 representantes (25%), totalizando os 60 membros.

O Conselho de Recursos Hídricos do Ceará aprovou o Estatuto do CBH - Curu, com a Deliberação nº 02/97, de 12 de agosto de 1997, tendo sido publicado no Diário Oficial do Ceará, do dia 22 de setembro de 1997.

O CBH-Curu foi instalado durante a reunião de posse de seus membros, em 17 de outubro de 1997, no município de Pentecoste. Naquela data foi eleita a primeira diretoria do Comitê, composta por Antônio Alzemar de Oliveira (Presidente) e Carlos Magno Feijó Campelo (Vice-Presidente).

Na reunião ordinária do CBH-Curu, realizada dia 20/10/99, em Paraipaba, foram discutidas as modificações do Estatuto e aprovado o Regimento Interno do Comitê. Com a mudança do Estatuto houve uma alteração da composição do plenário do colegiado, ficando aprovado a redução do número de 60 para 50 membros, com a seguinte distribuição: Usuários – 15 representantes (30%); Sociedade Civil – 15 representantes (30%); Poder Público Municipal – 10 representantes (20%) e Poder Público Estadual/Federal – 10 representantes (20%). Esta mudança foi motivada pelo grande número de ausência de membros do Comitê, bem como pela dificuldade de atingir o quórum para as reuniões. Esta mudança na composição dos percentuais dos setores componentes do Comitê acabou sendo adotado como composição básica para a constituição dos outros comitês do Ceará, e posteriormente incorporada pelo Decreto nº 26.462, de dezembro de 2001, que regulamentou os artigos da Lei nº 11.996, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, no tocante aos comitês de bacias hidrográficas.

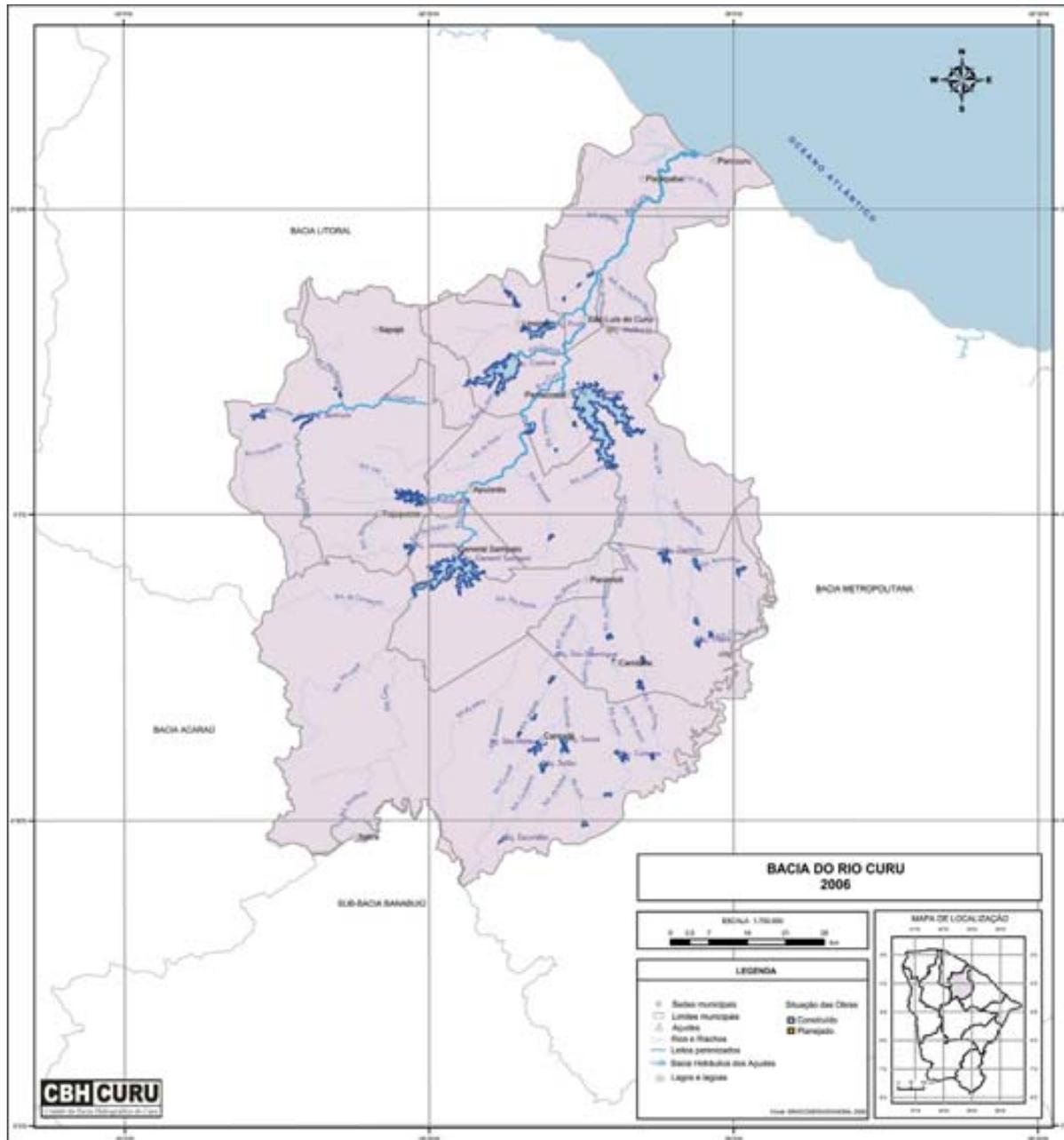
O CBH Curu no momento do Planejamento Estratégico.

Em 2004, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu é presidido pelo Sr. Antônio Alzemar de Oliveira, membro representante da Instituição Ematerce, segmento Poder Público Estadual, tem como vice-presidente o Sr. Jurandir Pereira da Silva, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pentecoste e como secretário-geral o Sr. Benedito Sales Sobrinho, da Associação Comunitária de Caxitoré, ambos representantes do segmento da Sociedade Civil.

Nessa ocasião, o CBH do Curu encontra-se cumprindo o seu quarto mandato, é composto por 50 instituições membro; a estrutura do colegiado é formada por titulares e suplentes.

O Comitê atua no acompanhamento do monitoramento das águas perenizadas do rio Curu. Mantendo ainda uma forte integração com as demais Bacias Hidrográficas do Estado e buscando realizar o esclarecimento aos usuários sobre a cobrança e a outorga. Dentro de sua estrutura, conta com três Comissões Temáticas: Comissões de Estudos e Planejamento, Comissões em Meio Ambiente e Educação Ambiental e Comissão em Gerenciamento e Operação. Atuando ainda na alocação negociada de água e também como membro do Grupo de Trabalho Multiparticipativo do Canal da Integração.

INSTITUIÇÕES MEMBROS QUE COMPÕEM O COMITÊ DO CURU - POR SEGMENTO	
USUÁRIOS (15)	SOCIEDADE CIVIL (15)
Ass. Com. de Mingua Ilha – Pentecoste/CE	STR – Sind. dos Trab. Rur. - Gen. Sampaio/CE
Ass. dos Vazant. da Margem Esq. do Aç. Boqueirão – Tejuçuoca/CE	STR – Itapajé/CE
Ass. Com. dos Moradores do Salão II – Canindé II	STR – Paraipaba/CE
Colônia de Pescadores Z-5 – Paracuru/CE	STR – Apuiarés
Ass. Com. dos Irrigantes da II Etapa – Paraipaba/CE	STR – Paracuru/CE
AUDIPECUPE – Pentecoste/CE	STR – Tejuçuoca/CE
Ass. Com. dos Peq. Prod. Rur. e Pescadores do Aç. Frios – Umirim/CE	STR – Pentecoste/CE
COPEOCOP – Paraipaba/CE	Fed. das Ass. Com. de Itatira – Itatira/CE
Irrigação Privada – Fortaleza/CE	Cons. Mun. de Desenv. Sustent. – Itatira/CE
Dist. de Irrig. Curu-Paraipaba/CE	Fed. das Ass. Com. – Paramoti/CE
CIPEL - Pentecoste/CE	Ass. Unidos Venceremos- S. Luiz do Curu/CE
SAAE – Canindé/CE	Ass. Com. do Bairro Gil Bastos – Irauçuba/CE
Fazenda Passagem das Pedras - Paraipaba/CE	Cons. Mun. de Desenv. Sustentável (CMDS) – Umirim/CE
Ypóca – São Gonçalo do Amarante/CE	FAEC – Pentecoste/CE
Ass. Com. de Caxitoré – Umirim/CE	CMDS – Caridade/CE
PODER PÚBLICO MUNICIPAL (10)	PODER PÚBLICO ESTADUAL E FEDERAL (10)
Sec. Mun. Agric. e Rec. Hid. – Paracuru/CE	IBAMA – Fortaleza/CE
Prefeitura Municipal – Irauçuba/CE	Secretaria de Educação – Itapipoca/CE
Sec. Mun. Agric. e Rec. Hid. – Paraipaba/CE	UFC – Pentecoste/CE
Sec. Mun. Agric. e Rec. Hid. – Umirim/CE	SEAGRI – Paraipaba/CE
Sec. Mun. Agric. e Rec. Hid. – Canindé/CE	DNOCS – Fortaleza/CE
Sec. Mun. de Desenv. Rural. – Tejuçuoca/CE	SRH – Fortaleza/CE
Pref. Mun. de Agric. e Defesa Civil – Pentecoste/CE	SEMACE – Fortaleza/CE
Pref. Mun. de Apuiarés/CE	SEPLAN – Fortaleza/CE
Câmara Mun. de Caridade/CE	BNB – Itapipoca/CE
Pref. Mun. de Desenv. Paramoti/CE	EMATERCE – São Luiz do Curu/CE
TOTAL DE INSTITUIÇÕES MEMBROS DO CBH CURU= 50	



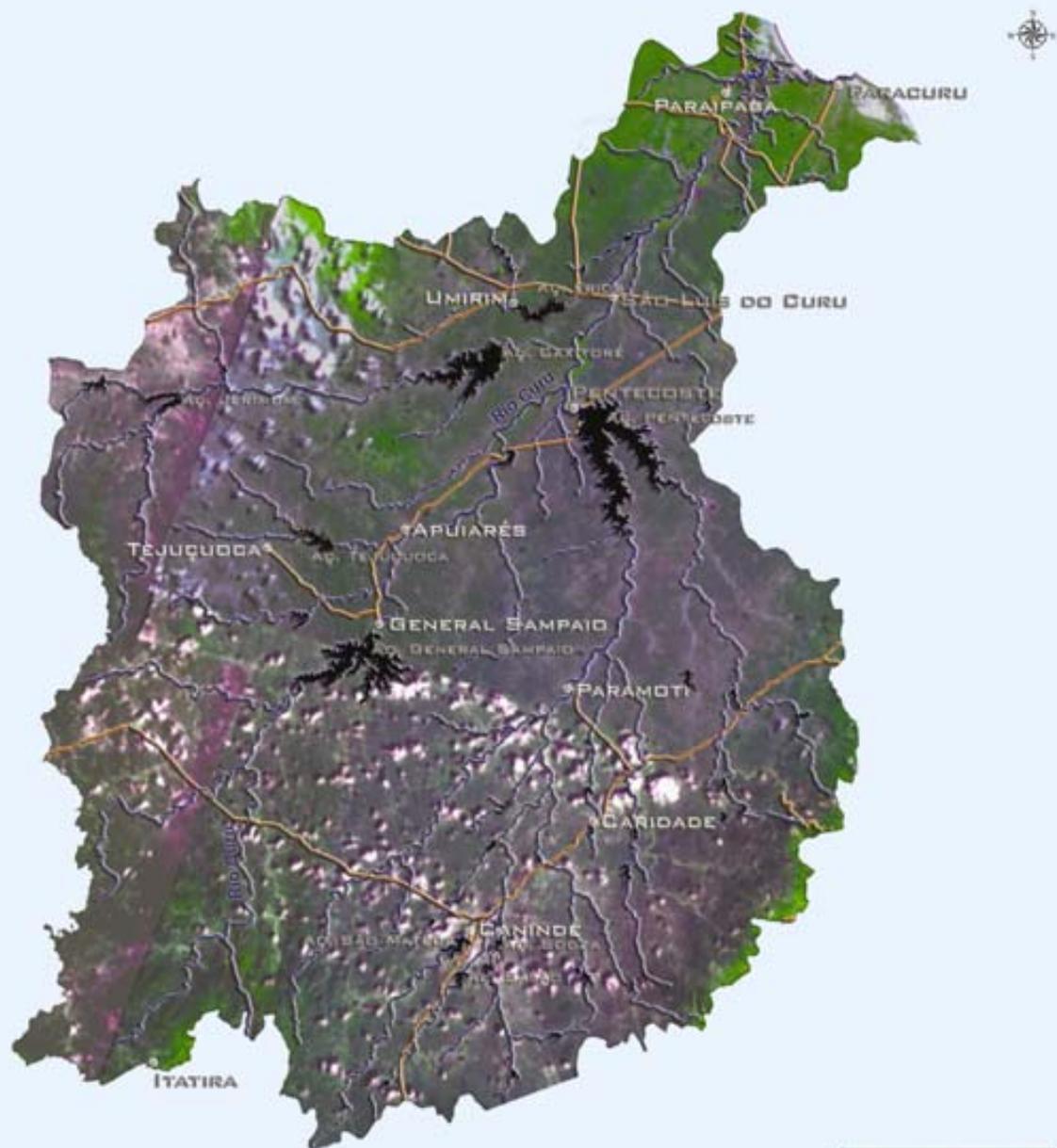


IMAGEM DE SATÉLITE
CBERS 2 - 2005

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CURU

Paracuru, 05 e 06 de agosto de 2004 (2º Seminário)

Paracuru, 07 e 08 de outubro de 2004 (4º Seminário)

MISSÃO

- Promover a gestão dos Recursos Hídricos garantindo a participação da sociedade no processo decisório buscando o desenvolvimento sustentável da Bacia.

VISÃO DE FUTURO

- CBH fortalecidos, representativos e atuantes, participando nas deliberações e ações sobre a política de RH em harmonia com a sociedade e órgãos gestores
- Existe uma distribuição proporcional dos RHs entre os vários usos a todos os segmentos da população
- A sociedade tem consciência e reconhece o papel dos comitês nas políticas de gestão de RH e como instância para dirimir os problemas.
- As instituições conscientes do seu papel e bem representadas no CBH
- Instituições afins participando integradas nas políticas de gestão de RH
- Os instrumentos de gestão são implementados com participação dos comitês:
 - o comitê decide e acompanha a destinação dos recursos oriundos da cobrança
 - CBHs concebem, internalizam, aprovam e põe em execução os planos de Bacia.
- Os CBHs funcionam plenamente com: infra-estrutura adequada e orçamento assegurado.
- CBH capacitado jurídica, técnica e administrativamente para a gestão dos RHs.

- O Meio ambiente é visto como um todo na integração e interligação de Bacias e um percentual dos recursos arrecadados pela cobrança é destinado à sua recuperação na área da bacia.
- As redes de ensino divulgam o conhecimento dos potenciais e limitações de cada Bacia;
- Existe uma instância colegiada dos CBHs.

Questões em discussão:

- O Comitê tem autonomia política e financeira para desenvolver suas atividades?
- Os CBHs participam paritariamente do CONERH?
- Os CBHs participam do conselho de administração da COGERH?

VALORES

Compromisso: tomar para si a responsabilidade de fazer acontecer as ações pensadas pelo coletivo cumprindo os deveres.

Transparência: clareza nas ações dos CBH e dos seus membros.

Respeito: conciliar as diferenças de idéias e ações buscando os consensos.

Coerência: agir com impessoalidade, respeitar as diferenças.

Representatividade: assegurar a participação dos vários segmentos.

Participação: exercício da cidadania como forma de inclusão social, fortalecendo a representatividade institucional.

Ética: desempenhar de forma íntegra e imparcial todas as atribuições, respeitando os valores assumidos pelos CBHs.

GRUPOS DE INTERESSADOS	
Qual a relação desejada com as organizações interessadas na existência, estruturação e fortalecimento do CBH?	
PRINCIPAIS INTERESSADOS Formulação política. Ex: SRH-MMA, SRH-CE, CONERH. Implementação das políticas. Ex: ANA, COGERH, DNOCS, Prefeituras.	RELAÇÃO DESEJADA COM OS CBH Participação no processo decisório, transparência e confiança mútua. Participação no processo decisório; acompanhar ações; participação efetiva nos comitês; confiança mútua e eficiência na informação.
Reguladores/ Fiscalizadores. Ex.: IBAMA, OAB, SEMACE, Ministério Público.	Acolhimento preferencial das demandas do Comitê; ação efetiva junto aos comitês; agilizar a ação de fiscalização/regulação; comissões técnicas de fiscalização formulam demandas qualificadas através de consensos.
Informação/ Assessoria. Ex: FUNCEME, Secretarias Estaduais. Universidades.	Disponibilidade/socialização de informações, clareza de informações dos órgãos; agilidade e oportunidade nas instruções e assessoria; capacitação contínua; prestar assessoria mediante demanda.
Divulgação. Ex.: Imprensa.	Fidelidade, agilidade, acesso, divulgação das informações; qualificação da imprensa pelos CBHs. comunicação dos comitês com a sociedade através de meios de comunicação de massa.
Legislação. Ex.: Assembléia Legislativa, Câmaras de Vereadores, Congresso, CONERH. Fomento. Ex.: BB, BNB, Fundações, ONGs.	Canais de comunicação preferenciais. Articulação do comitê; oferecimento ordenado de demandas; estabelecimento de parcerias; clareza na prestação de contas.
Usuários. Ex.: CAGECE, SAAE, Cooperativas, Associações de Irrigantes, FIEC.	Participação efetiva; respeito às decisões do Comitê; comunicação; defesa dos interesses dos usuários no comitê; estímulo à participação; imparcialidade com relação aos usuários; relação ética entre as partes.

AMBIENTE EXTERNO

Oportunidades

- Fortalecimento das Políticas Públicas.
- Aumento das atividades produtivas: indústria, piscicultura, agricultura irrigada, turismo rural;
- Revitalização do DNOCS;
- Valorização dos CBHs pela sociedade;
- Mobilização nas escolas;
- Racionalização do uso de RH;
- Instalação de Secretarias Municipais de Meio Ambiente;
- Captação de recursos financeiros para a Bacia;
- Desenvolvimento de Projetos de Pesquisa;
- Ampliação dos usos da água: áreas irrigadas e piscicultura;
- Estabelecimento da Outorga e da Cobrança.

Ameaças

- Aumento da Degradação Ambiental: poluição dos corpos hídricos, desmatamento das matas ciliares, expansão desordenada da carcinicultura;
- Crescimento populacional desordenado da Bacia;
- Impossibilidade do aumento da oferta hídrica através da grande açudagem;
- Pequena açudagem de montante;
- Aumento da demanda hídrica;
- Ocupação da bacia hidráulica dos reservatórios;
- Colapso d'água no Alto Curu;
- Êxodo Rural.

AMBIENTE INTERNO

Forças

- Gerenciamento quantitativo dos RHs;
- Mediação de conflitos entre os usuários;
- Poder de decisão na liberação de água;
- Boa participação dos membros e entidades;
- Diversidade das Instituições;
- Grande poder de mobilização;
- Ter representação dos segmentos de toda a bacia;
- Diversidade nas instituições que compõem o CBH;
- Participação da Sociedade Civil;
- Coerência e clareza nas discussões.

Fraquezas

- Pouco Envolvimento do Poder Público Municipal;
- Pouca visibilidade das ações pela sociedade;
- Pouca participação de alguns membros;
- Pouca ação no Alto Curu;
- Pouca ação diante dos problemas ambientais;
- Não realizar o gerenciamento qualitativo;
- Pouco poder de decisão.

Estratégias

1. Aumentar o envolvimento do Poder Público Municipal e das entidades no CBH;
2. Dar maior visibilidade do CBH para a sociedade da Bacia;
3. Participar da implantação e acompanhar permanentemente os instrumentos de gestão;
4. Promover e incentivar a educação ambiental nos municípios que compõem a Bacia;
5. Garantir o sistema de informação de apoio à tomada de decisões;
6. Assegurar a capacitação permanente dos membros do Comitê;
7. Fortalecer a articulação do CBH Curu com os demais CBHs;
8. Intensificar a atuação do CBH no Alto Curu;
9. Assegurar a estruturação e a manutenção do CBH.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES BÁSICAS

A partir do questionamento sobre quais as atribuições da Diretoria, Secretaria e Comissões existentes no CBH, foram apontadas as seguintes ações para, em seguida, definir qual o suporte necessário às atividades.

Diretoria

- Representar o CBH
- Mediar conflitos na bacia
- Mobilizar a sociedade
- Divulgar as ações do CBH
- Convocar e registrar as reuniões
- Coordenar as ações
- Buscar parcerias
- Participar nos encontros municipais.

Secretaria Executiva

- Garantir o apoio logístico: convocações, correspondência, infra-estrutura;
- Manter o CBH informado;
- Apoiar na elaboração de projetos;
- Assessorar as ações.

Comissões de:

1. Monitoramento;
2. Meio Ambiente;
3. Renovação, funcionamento, planejamento e projetos: reunir-se bimestralmente e/ou extraordinariamente.

INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA

- Sala com mobiliário, telefone, fax, computador e acesso à internet.
- Material de expediente.
- Auxiliar administrativo à disposição.

Funcionamento

1. REUNIÕES ORDINÁRIAS

- 04 reuniões de um dia por ano
- Última 6ª feira do mês

- Jan., abril, julho, outubro.
- Freqüência mínima 50%
- Deslocamento: será pago combustível ou ônibus (com nota fiscal ou recibo), somente para participante s/ suporte (analisar a possibilidade de ajuda de custo para transporte)
- Local adequado com facilitador.
- Alimentação nos mesmos moldes atuais.
- Pauta: socialização das informações. Avaliação de metas. Relatório das comissões.
- Convocação: 1ª com 30 dias de antecipação; 2ª com 06 dias antes: convite, cartazes, rádio, faixas.
- Divulgar resultados na rádio.

2. PROCESSO DE RENOVAÇÃO

- 15 encontros (de um dia) nos municípios com todas as instituições.
- Congresso (1 dia).
- Reunião de eleição e posse (1 dia).
- Deslocamento: será pago combustível ou ônibus (com nota fiscal ou recibo), somente para participante s/ suporte (analisar a possibilidade de ajuda de custo para transporte).
- Local adequado com facilitador.
- Alimentação nos mesmos moldes atuais.
- Material de divulgação do Congresso (convite, cartazes, folders, rádio, faixas)
- Divulgar resultados na rádio.

3. ALOCAÇÃO NEGOCIADA

- 19 reuniões (de um dia): 1 seminário com os 5 açudes (CBH), 5 reuniões nos açudes isolados, 10 reuniões (2 por açude) de acompanhamento (semestrais), 02 reuniões gerais de operação/gerenciamento (semestrais), 01 reunião geral de encerramento (dezembro).
- Deslocamento: será pago combustível ou ônibus (com nota fiscal ou recibo), somente para participante s/ suporte (analisar a possibilidade de ajuda de custo para transporte).
- Local adequado com facilitador.
- Alimentação nos mesmos moldes atuais.
- Nos açudes isolados não há deslocamento dos membros.
- Convites amplos.
- Divulgar resultados na rádio.

4. CAPACITAÇÃO

- 1ª Capacitação de 2005 - 50 membros - "Conceitos Básicos de Gestão do RH" Pentecoste - 2 dias, quinta e sexta - agosto
- 2ª Capacitação de 2005 - 50 membros - "Cobrança e Outorga" - local e período a definir, 2 dias, - outubro
- 1ª Capacitação de 2006 - 50 membros - "Política Estadual de RH"(nova lei) - local e período a definir, 2 dias, - março
- 2ª Capacitação de 2006 - 50 membros - "Meio Ambiente, Qualidade da Água dos Reservatórios" - local e período a definir, 2 dias, - setembro

5. COMUNICAÇÃO ENTRE OS MEMBROS

- Campanha para que cada membro tenha correio eletrônico;
- Usar o correio, telefone, boletins informativos e fax;
- Aproximar a sociedade através de informações: rádios;
- Mapear os endereços das instituições para divulgação;
- Confeção de 3.000 folders entregues em eventos;
- Mais informação sobre cobrança da água em evento no município com os usuários (perímetro). Campanha de esclarecimento massiva. Produção de cartilha de informação e esclarecimento. Associar a informação sobre cobrança e outorga nos encontros municipais;
- Grupo de articulação entre os comitês. Participação de membros das outras bacias.



Trabalho de Grupo do Planejamento Estratégico do CBH Curu

ETAPA 2 - HIERARQUIZAÇÃO DE PRIORIDADES

- 1º - Gravação de peça publicitária em vídeos e vinhetas para divulgação em instituições públicas e privadas. Tema: Outorga e Cobrança.
- 2º - Realizar um Seminário regional envolvendo os CREDEs e as Secretarias Municipais de Educação, SEMACE e Instituições Afins.
- 3º - Formar agentes multiplicadores na mesma linha do trabalho dos agentes de saúde.
- 4º - Elaborar e divulgar cartilhas sobre a educação ambiental especificamente voltado para gestão de Recursos Hídricos.
- 5º - Garantir espaço nas reuniões ordinárias do CBH para explanação das ações executadas por cada instituição membro
- 6º - Criação de acervo de informações: filmes, fotografias, voz e biblioteca.
- 7º - Realizar um Estudo sobre o Regimento Interno.
- 8º - Participação efetiva do CBH nas comemorações da Semana do Meio Ambiente - representante dos Municípios com palestras nas escolas.
- 9º - Divulgar as pautas discutidas em reuniões dos CBHs nas rádios, através de parcerias.
- 10º - Organizar um calendário de visitas programadas nas instituições envolvidas no CBH (apresentação do que é o CBH, papel...)
- 11º - Apresentar programas ligados ao meio ambiente nas reuniões ordinárias.
- 12º - Os membros dos CBHs devem expor o papel de sua instituição para que haja conhecimento.
- 13º - Fazer parcerias com as prefeituras de forma que os eventos relacionados a RH e meio ambiente, tenham a presença e a participação do CBH.
- 14º - Emitir relatório do conteúdo das reuniões do CBH com as instituições em que seus representantes não participaram e justificar.

CBH CURU: MEMBROS QUE PARTICIPARAM DOS SEMINÁRIOS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO			
NOME	INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	SEGMENTO
Angelo Barroso Alcântara	Sec. Munic. Agric. e Rec. Hídricos	Paracuru	PODER PÚBLICO MUNICIPAL
José Francimar Moreira	Sec. Munic. Agric. e Rec. Hídricos	Paracuru	
Ageu Tabosa Viana	Sec. Munic. Agric. e Rec. Hídricos	Paraipaba	
Humberto Ferreira Osório	Sec. Munic. Agric. e Rec. Hídricos	Umirim	
José Ivan Brás da Silva	Sec. Munic. Agric. e Rec. Hídricos	Canindé	
José Hortêncio Rodrigues Bernardes	Sec. Munic. de Des. Rural	Tejuçuoca	
Antônio Venício de Sousa	P M de Apuiarés	Apuiarés	
Francisco Dermeval Pedrosa Martins	IBAMA	Fortaleza	PODER PÚBLICO ESTADUAL E FEDERAL
Eduardo Firmiano de Menezes	DNOCS	Fortaleza	
Adamir Barbosa Lima Filha	SRH	Fortaleza	
Antônio Alzemar de Oliveira	EMATERCE	São Luiz do Curu	
Luiz Paulino Pinho Figueiredo	DNOCS	Fortaleza	
José Mozart Albuquerque	SEMACE	Fortaleza	
José Severino Filho	FAEC	Pentecoste	SOCIEDADE CIVIL
José Silva da Cruz	STR	Tejuçuoca	
Francisco Lopes da Silva	STR	General Sampaio	
Maria Socorro Ferreira Martins Santos	STR	Paraipaba	
João de Deus Mota	STR	Apuiarés	
Luiz Gonzaga Chaves	Fed. das Ass. Com. de Itatira	Itatira	
Francisca Vagna Rocha Silva	STR	Paracuru	
Geruza Maria de Sousa Fernandes	CMDS	Caridade	
Bárbara Cyomara Fernandes Dutra	CMDS	Caridade	
Raimunda Eliete Damião dos Santos	CMDS	Itatira	
João Leal Filho	CMDS	Umirim	
Jurandir Pereira da Silva	STR	Pentecoste	
Maria do Socorro Barbosa da Silva	Ass. Com. dos Peq. Prod. Rur. e Pesc. do Açude Frios	Umirim	
Virzângela Paula Sandy	Distr. de Irrig. Curu - Paraipaba	Paraipaba	
Bento Firmiano Menezes	CIPEL	Pentecoste	
Francisco Elielmo Martins	SAAE	Canindé	
Antônio Alves Rocha	Colônia de Pescadores Z 5	Paracuru	
José Manoel Mello	Colônia de Pescadores Z 5	Paracuru	
Francisco Antônio do Nascimento	Ass. Com. dos Irrig. da II Etapa	Paraipaba	
Mardônio Lacerda Loliola	AUDIPECUPE	Pentecoste	
Enemias Carneiro Barbosa	COPROCOP	Paraipaba	
Francisco Gomes Moreira	SAAE	Canindé	
Benedito Sales Sobrinho	Ass. Com. de Caxitoré	Umirim	
Regina dos Santos Nobre	COGERH	Pentecoste	CONVIDADOS
Josefa Marciana Barbosa de França	COGERH	Pentecoste	
José V. Gomes da Mota	CIPEL	Pentecoste	
Giselle K. de Sousa Bessa	Ass. Com. de Caxitoré	Umirim	
Fernando Genipo Câmara Fernandes	COGERH	Pentecoste	
Jaqueline Gomes de Castro	Ass. Com. Peq. Prod. Rur. e Pesc. do Açude Frios	Umirim	
João Pinto de Oliveira Neto	STR	Itapajé	
Rita Ferreira do Nascimento	Ass. Com. do Bairro Gil Bastos	Irauçuba	
Maria José Pereira	Ass. Com. do Bairro Gil Bastos	Irauçuba	
Raquel Rabelo de Souza	CMDS	Itatira	
Maria Mires Marinho Bouth	COGERH	Fortaleza	
Marcelo Colares de Oliveira	COGERH	Fortaleza	

PARTE II

COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA CSBH DO MÉDIO JAGUARIBE



Criado pelo Decreto nº 25.391, de 01 de março de 1999, e instalado em 15 de abril de 1999. É constituído por 30 instituições membro, estando estas representadas nos seguintes segmentos: sociedade civil (30%) – 09 instituições; usuários (30%) – 09 instituições; poder público municipal (20%) – 06 instituições; poder público estadual e federal (20%) – 06 instituições.

Área de Atuação

Com uma área de 10.509 km², essa sub-bacia hidrográfica é, dentre as do rio Jaguaribe, a que apresenta melhor nível de atendimento às populações urbanas, graças à perenização pelas águas dos açudes Orós e Castanhão.



Trabalho de Grupo do Planejamento Estratégico do CSBH Médio Jaguaribe

O rio Jaguaribe tem como principais afluentes nessa região o rio Figueiredo e o riacho do Sangue.

A capacidade total de acumulação de águas superficiais atinge 7,5 bilhões de m³, em cerca de 1.211 açudes. O armazenamento em reservatórios de grande porte é da ordem de 94% do volume potencial.

Seus principais reservatórios são: Castanhão, com capacidade de até 6.700 hm³; Riacho do Sangue, com capacidade de 61,42hm³; e, Joaquim Távora, com 23,66hm³.

O açude Castanhão tem a capacidade para acumular até 6,7 bilhões de m³ (cota 106m) volume destinado ao controle de cheias. Para regularização de vazões é de 4,5 bilhões de m³ (cota 100m), e em estudos, o Figueiredo, com 502hm³.

A disponibilidade anual de água subterrânea totaliza 0,6hm³, a menor dentre as regiões hidrográficas do Jaguaribe.

A proposta do PLANERH é de que sejam perfurados mais 264 poços, mobilizando dos aquíferos um volume de 5,6 hm³/ano.

Atualmente está em construção o maior Eixo de Transposição do Estado do Ceará, o Canal da Integração com 255 km de extensão, que irá transportar (águas acumuladas pelo açude Castanhão) da bacia do Médio Jaguaribe para outras bacias.

MUNICÍPIOS COMPONENTES (12)

São João do Jaguaribe, Alto Santo, Jaguaratama, Milhã, Solonópole, Jaguaribara, Potiretama, Iracema, Jaguaribe, Dep. Irapuan Pinheiro, Pereiro e Ererê.

O Histórico da Formação do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Médio Jaguaribe

O marco inicial no envolvimento dos municípios desta Sub-Bacia (São João do Jaguaribe, Jaguaretama, Jaguaribara, Jaguaribe, Alto Santo, Tabuleiro do Norte) que fazem parte do vale perenizado do Jaguaribe, foi, assim como nas demais sub-bacias do Jaguaribe a realização do I Seminário dos Usuários de Água dos Vales Perenizados do Jaguaribe e Banabuiú realizado no município de Jaguaribe em julho de 1994.

Os representantes desses municípios também fizeram parte da Comissão de Usuários dos Vales Perenizados do Jaguaribe e Banabuiú, formada naquela oportunidade. Esta comissão composta por 19 municípios com representação de usuários, entidades da sociedade civil, poderes públicos municipais, estaduais e federais passou a definir o processo de operação dos reservatórios Orós e Banabuiú com o suporte técnico da COGERH.

Em 1995, com o objetivo de iniciar a estruturação do processo de apoio a organização dos usuários das águas em cada uma das bacias hidrográficas que fazem parte do Vale do Jaguaribe, foram realizadas reuniões com os representantes de cada bacia hidrográfica, intitulada de Reunião

das Entidades de Usuários das Águas das Bacias do Jaguaribe. A reunião na bacia do Médio Jaguaribe, foi realizada em outubro de 1995, e contou com a participação de 45 representantes.

Em 1996, foi realizado, no início desse ano, o diagnóstico institucional em dezenove municípios do Vale, com o objetivo de identificar as instituições com interesse em recursos hídricos e divulgar a Política Estadual de Recursos Hídricos. Nesse mesmo ano, nos meses de maio, junho e julho, foram realizados os encontros municipais em todos os 19 municípios dos vales perenizados do Jaguaribe e Banabuiú.

Na Bacia do Médio Jaguaribe foram realizados os encontros municipais de São João do Jaguaribe (16/05/1996); Jaguaretama (29/05/1996); Jaguaribara (30/05/1996); Jaguaribe (31/05/1996); Alto Santo (13/06/1996); e Tabuleiro do Norte (20/06/1996).

Assim como nas demais sub-bacias do Jaguaribe, as ações de apoio à organização dos Usuários de Água nessa região foi inicialmente direcionada para o fortalecimento do processo de alocação participativa de água nos vales do Jaguaribe e Banabuiú. Só em 1997, após a formação do Comitê do Curu, é que o trabalho foi direcionado no sentido de formar os comitês das bacias do Jaguaribe.



Açude Castanhão - Município: Alto Santo

A Bacia do Médio Jaguaribe é composta por 13 municípios dos quais apenas 06 municípios, foram inicialmente trabalhados, restando iniciar o trabalho nos municípios de Pereiro, Potiretama, Iracema, Ererê, Milhã, Solonópoles e Dep. Irapuan Pinheiro. Nesse sentido foi realizado o diagnóstico institucional desses municípios e, foram realizados os Encontros Municipais de Gerenciamento dos Recursos Hídricos de Pereiro (02/04/1998); Potiretama (24/04/1998); Iracema (23/04/1998); Ererê (03/04/1998); Milhã (08/05/1998); Solonópoles (07/05/1998) e Dep. Irapuan Pinheiro (06/05/1998). Nos demais municípios, (São João do Jaguaribe, Jaguaretama, Jaguaribara, Jaguaribe, Alto Santo, Tabuleiro do Norte), os diagnósticos institucionais e os encontros municipais já tinham sido realizados em 1996.

Para a elaboração da proposta de Estatuto do Comitê foi criado o Grupo de Estudos do Estatuto do Comitê do Médio Jaguaribe, que se reuniu pela primeira vez em 30 de julho de 1998, em Jaguaribe. Esse Grupo era composto por representantes da SRH, COGERH, SAAE, Associações, Secretarias Municipais, EMATERCE, Câmaras Municipais. Nesta reunião foi tratado, entre outros assuntos, sobre o Comitê e a Comissão do Vale; os principais tópicos das Leis Estadual e Federal de Recursos Hídricos. Também definiu-se que, a princípio, este grupo deveria se reunir mais três vezes.

No dia 10 de outubro de 1998, foi realizado o Encontro Intermunicipal de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, em Iracema. Este encontro teve o intuito de fortalecer e ampliar a participação dos municípios de Iracema, Ererê, Alto Santo, Potiretama e Pereiro na gestão dos recursos hídricos, tendo como objetivos: apresentar e discutir a política de gerenciamento dos recursos hídricos em desenvolvimento no Estado; fortalecer a representação dos municípios no Congresso de constituição do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Médio Jaguaribe; divulgar o Congresso de Constituição do Comitê do Médio Jaguaribe.

Outro evento que antecedeu o Congresso da Bacia foi o Encontro dos Usuários da Bacia Hidrográfica do Médio Jaguaribe, realizado em onze de dezembro de 1998, em Tabuleiro do Norte, com o intuito de ampliar a participação dos usuários na gestão dos recursos hídricos. Este encontro teve o objetivo de apresentar e discutir a política de gerenciamento dos recursos hídricos em desenvolvimento na Bacia do Jaguaribe bem como discutir sobre a instalação do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Médio Jaguaribe.

O Congresso da Sub-Bacia do Médio Jaguaribe foi realizado dia 17 de dezembro de 1998, no município de Jaguaribe. Participaram desse Congresso os representantes escolhidos nos encontros municipais da Bacia do Médio Jaguaribe, que, após eleitos para o comitê, voltaram a reunir-se novamente em 24 de março do ano seguinte com o intuito de chegar na reunião de instalação do comitê com a diretoria escolhida, tendo em vista que a reunião de posse seria em conjunto com o Comitê da Sub-Bacia do Baixo Jaguaribe.

A Reunião de Instalação e Posse do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Médio Jaguaribe, ocorreu dia em 16 de abril de 1999, em Limoeiro do Norte, onde foi dada a posse aos Comitês do Baixo e do Médio Jaguaribe. Nesta reunião também

foi empossada a primeira Diretoria Executiva do Comitê do Médio Jaguaribe, composta por: José Sarto Correia Lima (Presidente); Cleto Barreto Chaves (Vice-Presidente) e Jesus Jeso Carneiro Freitas (Secretário-Geral).

O CSBH do Médio Jaguaribe no momento do Planejamento Estratégico

Por ocasião da realização dos Seminários de Planejamento Estratégico, o Comitê de Sub-Bacia Hidrográfica do Médio Jaguaribe era presidido pelo Sr. Francisco Lurivan Miranda Pinheiro membro representante da Prefeitura Municipal de Iracema, tendo como vice-presidente o Sr. Antônio Guedes de Souza, membro representante da Câmara Municipal de Solonópole e como secretário geral, o Sr. Germano Antônio Noronha Neto, todos componentes sob o comando do segmento do poder público municipal.

O Comitê já está em seu terceiro mandato, é constituído de 30 instituições membro, compõe um colegiado de titulares que conta com seus suplentes.

O destaque da atuação do Comitê em questão é a alocação negociada de água, associada às outras ações de participação e discussão sobre a Lei de Recursos Hídricos. Demonstra também grande preocupação no sentido de conscientizar a população da Bacia, sempre dando o enfoque para a preservação do meio ambiente. Atua também como membro do Grupo de Trabalho Multiparticipativo do Canal da Integração.

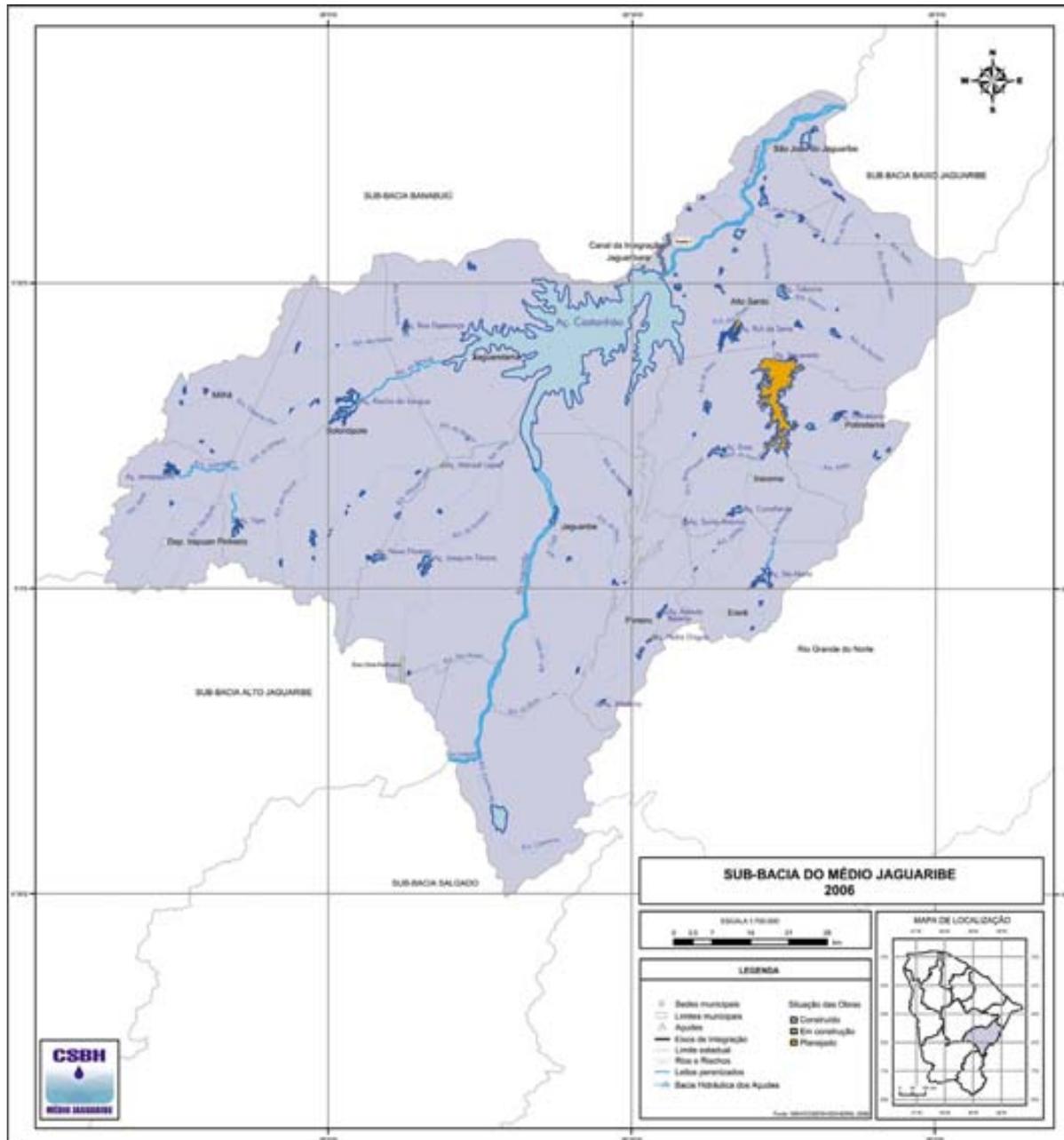
INSTITUIÇÕES MEMBROS QUE COMPÕEM O COMITÊ DO MÉDIO JAGUARIBE POR SEGMENTO

USUÁRIOS (09)	SOCIEDADE CIVIL (09)
Ass. Com. João Firmino de Almeida – Ererê	Ass. Com. Sebastião Pessoa de Queiroz – Ererê
Ass. dos Criadores de Caprinos e Ovinos São João do Jaguaribe	Centro Social Evangélico de Pasta – Solonópole
Ass. dos Pescadores da Barragem do Castanhão Jaguaribara	Conselho Tutelar – Milhã
Ass. Perimetro Irrigado do Ema – Iracema	Fundação Jean Cavalcante - Potiretama
Coop. dos Prod. de Leite - Iracema	IRDSS – Taboleiro do Norte
Entidade Gestora Curupati II – Jaguaribara	STR – Iracema
Entidade Gestora Curupati III – Jaguaribara	STR – Ererê
SAAE – São João do Jaguaribe	STR - Taboleiro do Norte
SAAE - Milhã	STR – Milhã
PODER PÚBLICO MUNICIPAL (06)	PODER PÚBLICO ESTADUAL E FEDERAL (06)
Câmara Mun. de Ererê	Banco do Nordeste – BN
Câmara Mun. de Milhã	DNOCS
Câmara Mun. de Potiretama	IBAMA
Câmara Mun. de Solonópole	SEAGRI
Câmara Mun. de Taboleiro do Norte	SRH
Prefeitura Mun. de Iracema	SEMACE

TOTAL DE INSTITUIÇÕES MEMBROS DO CSBH MÉDIO JAGUARIBE = 30



Canal da Integração - Trecho I, Castanhão - Morada Nova



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA CSBH DO MÉDIO JAGUARIBE

Jaguaribara, 10 e 11 de agosto de 2004 (2º Seminário)
Jaguaribara, 04 e 05 de novembro de 2004 (4º Seminário)

MISSÃO DO CBH

Promover a gestão e otimização dos Recursos Hídricos garantindo a participação da sociedade no processo decisório buscando o desenvolvimento sustentável da Bacia.

VISÃO DE FUTURO

- Em 2015, os CBHS estão fortalecidos, representativos e atuantes, participando nas deliberações e ações sobre a política de RH, em harmonia com a sociedade e órgãos gestores.
- Existe uma distribuição equitativa dos RHs entre os vários usos a todos os segmentos da população.
- A sociedade tem consciência e reconhece o papel dos comitês nas políticas de gestão de RH e como instância para dirimir os problemas.
- As instituições conscientes do seu papel e bem representadas no CBH.
- Instituições afins participando integradas nas políticas de gestão de RH.
- Os instrumentos de gestão são implementados com participação dos comitês: o comitê decide e acompanha a destinação dos recursos oriundos da cobrança;
 - CBHs concebem, internalizam, aprovam e acompanham a execução dos planos de Bacia.

- Os CBHs funcionam plenamente com infra-estrutura adequada e orçamento assegurado.
- Todo CBH está capacitado jurídico, técnico e administrativamente para a gestão dos RH.
- Meio ambiente é visto como um todo na integração e interligação de bacias e um percentual dos recursos arrecadados pela cobrança são destinados à sua recuperação na área da Bacia.
- As redes de ensino divulgam o conhecimento dos potenciais de cada bacia.
- Existe uma instância colegiada dos CBHS.

VALORES

Compromisso: tomar para si a responsabilidade de fazer acontecer às ações pensadas pelo coletivo cumprindo os deveres.

Transparência: clareza nas ações dos CBHS e dos seus membros.

Respeito: conciliar as diferenças de idéias e ações buscando os consensos.

Coerência: agir com impessoalidade, respeitar as diferenças.

Representatividade: assegurar a participação dos vários segmentos.

Participação: exercício da cidadania como forma de inclusão social, fortalecendo a representatividade institucional.

Ética: desempenhar de forma íntegra e imparcial todas as atribuições, respeitando os valores assumidos pelos CBHS.

GRUPOS DE INTERESSADOS	
Qual a relação desejada com as organizações interessadas na existência, estruturação e fortalecimento do CBH?	
PRINCIPAIS INTERESSADOS	RELAÇÃO DESEJADA COM OS CBH
Formulação política. Ex: SRH-MMA, SRH-CE, CONERH.	Participação no processo decisório, transparência e confiança mútua.
Implementação das políticas. Ex: ANA, COGERH, DNOCS, Prefeituras.	Participação no processo decisório; acompanhar ações; participação efetiva nos comitês; confiança mútua e eficiência na informação.
Reguladores/ Fiscalizadores. Ex: IBAMA, OAB, SEMACE, Ministério Público.	Acolhimento preferencial das demandas do comitê; ação efetiva junto aos comitês; facilitar a ação de fiscalização/regulação; comitês de fiscalização formulam demandas qualificadas através de consensos técnicos.
Informação/ Assessoria. Ex: FUNCEME, Secretarias Estaduais, Universidades.	Disponibilidade/socialização de informações, clareza de informações dos órgãos; comunicação dos comitês com a sociedade através de meios de comunicação de massa; agilidade e oportunidade nas instruções e assessoria; capacitação contínua; prestar assessoria mediante demanda.
Divulgação. Ex: Imprensa.	Fidelidade, agilidade, acesso, divulgação das informações; qualificação da imprensa pelos CBHS.
Legislação. Ex: Assembléia Legislativa, Congresso, CONERH.	Canais de comunicação preferenciais.
Fomento. Ex: BB, BNB, Fundações, ONG.	Articulação do comitê; oferecimento ordenado de demandas; estabelecimento de parcerias; clareza na prestação de contas.
Usuários. Ex: CAGECE, SAAE, Cooperativas, Associações de Irrigantes, FIEC.	Participação efetiva; respeito às decisões do comitê; comunicação; defesa dos interesses dos usuários no comitê; estímulo à participação; imparcialidade com relação aos usuários; relação ética entre as partes.

AMBIÊNCIA EXTERNA

Oportunidades

- Potencial de águas (situação hídrica);
- A reformulação da lei de RH;
- Conscientização das pessoas;
- Plano Diretor de aproveitamento do Castanhão;
- Aprovação da Lei de Aquicultura e Pesca;
- Existência de recursos para financiamento a atividades produtivas;
- Construção do Açude Figueiredo;
- Infra-estrutura de Jaguaribara para reuniões do Comitê;

- Socialização e divulgação das ações do Comitê pelo Estado;
- Momento político (eleição x compromisso).

Ameaças

- Falta de apoio das instituições;
- Destruição das matas ciliares, queimadas e uso de agrotóxicos;
- Falta de reflorestamento;
- Descumprimento das leis de RH pesca etc;
- Mau uso das águas;
- Falta de fiscalização ostensiva de órgãos ambientais e de RH;

- Falta de saneamento básico;
- Carcinicultura ao longo dos rios;
- Ações desenvolvidas pelos poderes públicos sem conhecimento dos membros dos Comitês.

AMBIÊNCIA INTERNA

Pontos Fortes

- Renovação recente dos membros do Comitê;
- Fé, compromisso, coragem e dedicação de alguns membros;
- Planejamento Estratégico;
- Comprometimento da atual diretoria;
- Boa integração com SRH e COGERH;
- Processo interno de discussão das leis;
- Participação na gestão das águas;
- Localização dos encontros na Nova Jaguaribara;
- Participação nas discussões.

Pontos Fracos

- Falta de conscientização de membros e instituições do Comitê;
- Falta de recursos financeiros para as ações do Comitê (da SRH e outros);
- Centralização das informações pela diretoria;
- Falta de capacitação da diretoria e membros do CBH;
- Não divulgação das ações do CBH;
- Mandato de dois anos;
- Falta de informação entre os membros da mesma bacia;
- Falta de socialização de informações por parte dos titulares das instituições;
- Pouca mobilização das instituições na renovação do Comitê (Ex. grupos artísticos, imprensa...);
- Falta de comunicação com a sociedade;
- Falta de infra-estrutura para o Comitê;
- A pouca representação das mulheres na composição do Comitê.

ESTRATÉGIAS

1. Mobilizar e conscientizar a população sobre o uso dos RHs
 - 1.1 - Inserir a preservação e utilização dos RHs no currículo escolar;
2. Resgatar o interesse dos membros do Comitê;
3. Estimular parcerias entre o Comitê e instituições públicas e privadas para convergir ações de preservação do meio ambiente;
 - 3.1. Estimular projetos que utilizam reciclagem de resíduos sólidos;
 - 3.2. Estimular a criação/ cumprimento dos Planos Diretores e implantação das leis de uso e ocupação do solo;
4. Despertar na sociedade a importância do saneamento básico;
5. Estimular a fiscalização dos usos dos RHs com vistas à adoção dos instrumentos de gestão (outorga, licença, cobrança,...);
6. Incentivar e participar dos processos de organização dos usuários dos sistemas hídricos;
7. Suprir as necessidades de infra-estrutura do Comitê através de parcerias com órgãos públicos e instituições de fomento.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES BÁSICAS

Estrutura mínima de funcionamento

- Sala; computador e-mail, internet; material de expediente; telefone-fax; auxiliar administrativo e correspondência mensal.
- Celular controlado para o presidente (só ligação para os membros).

Reuniões Ordinárias

- 04 reuniões ano;
- Deslocamento e hospedagem: para quem não tem custeio da instituição representante;
- Definir mecanismo ágil de ressarcimento;
- Infra-estrutura para reuniões;
- Alimentação nos mesmos moldes atuais.

Deslocamento da Diretoria

- 01 viagem para representar o Comitê no Fórum Nacional (membro da diretoria);
- 06 viagens para representar o Comitê nas reuniões estaduais (membro da diretoria);
- 04 viagens para participação em resolução de conflitos (delegável a outro membro).

Processo de Renovação do Comitê

- 13 visitas municipais;
- Comissão eleitoral (04 reuniões com 04 pessoas);
- Congresso de Renovação;
- Reunião de posse dos membros, eleição da diretoria e posse da diretoria.

Alocação Negociada de Água

- Deslocamento de membro do CBH para 17 açudes;
- Infra-estrutura e alimentação para os participantes.

Funcionamento das Comissões Técnicas

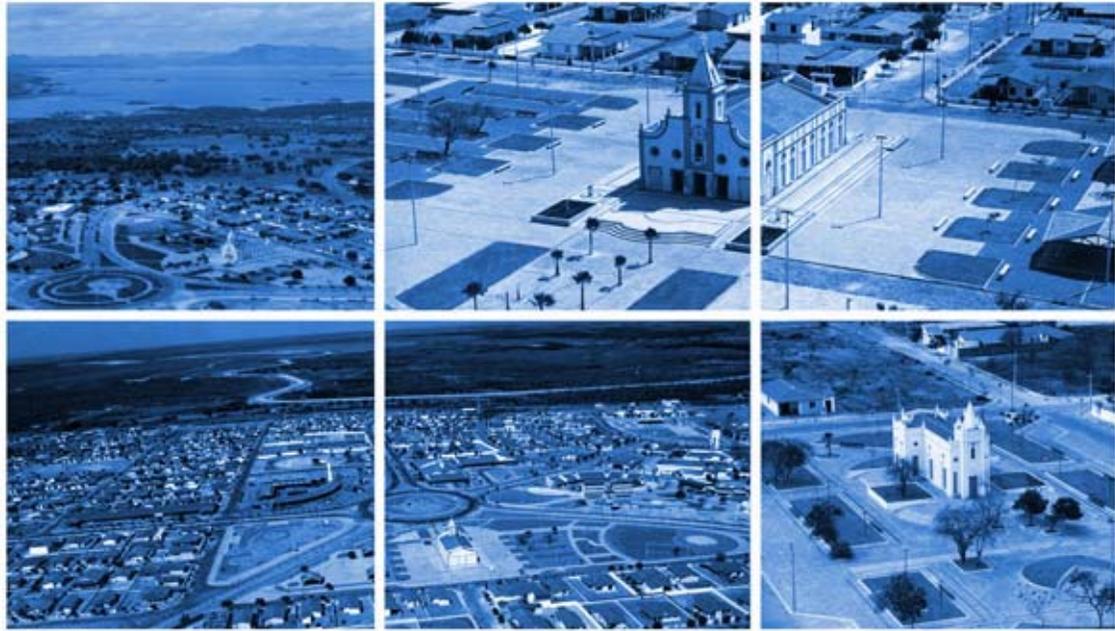
- Nº e tipos de Comissões a definir em reunião do Comitê;
- 02 reuniões por ano.

Capacitação para os membros do CBH

- Curso sobre Leis de RH
- Curso sobre Princípios e Instrumentos de Gestão
- Curso de Conservação dos Solos e
- Curso sobre Problemas da Bacia

Comunicação/ Informação

- Elaboração/ divulgação de material didático voltado para a gestão de Recursos Hídricos geral e específicos da Bacia
- Firmar convênios/ parcerias com os meios de comunicação e instituições com atuação na Bacia, para divulgar as ações do CBH.



AÇÕES POR ORDEM DE PRIORIDADE

1. Realizar visitas institucionais para reavaliar a participação dos membros, identificando os principais entraves;
2. Construir uma agenda comum de interesse de todos os membros e delegar responsabilidade (visitar as 13 Prefeituras que compõem a sub-bacia);
3. Realizar um Seminário de capacitação para o múltiplo uso da água do Médio Jaguaribe;
4. Definir em cada um dos 13 municípios do CBH, uma instituição parceira como

5. ponto de apoio (divulgação, fiscalização, monitoramento etc.);
6. Realizar concursos nas escolas dos municípios da Bacia, sobre trabalhos em Recursos Hídricos (redações, pesquisas etc.) durante a Semana da Água;
7. Firmar parcerias com as diversas instituições afins para atuação na Bacia;
8. Realizar um encontro estadual para integração dos Comitês;
9. Capacitação sobre o Plano da Bacia;
10. Levar a educação ambiental para as salas de aula.

CSBH MÉDIO JAGUARIBE: MEMBROS QUE PARTICIPARAM DOS SEMINÁRIOS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO			
NOME	INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	SEGMENTO
Raimundo Augusto Sobrinho	C M de Ererê	Ererê	PODER PÚBLICO MUNICIPAL
Francisco Lurivan Miranda Pinheiro	P M de Iracema	Iracema	
Antônio Fernando Fernandes	BNB	Jaguaribe	
José Ribamar de Lima Silva	SEAGRI	Fortaleza	PODER PÚBLICO ESTADUAL E FEDERAL
Milena Luna Bezerra	SRH	Fortaleza	
José Jerônimo de Oliveira	IRDSS	Tabuleiro do Norte	
Antônio Gleudson Gurgel Cândido	STR	Iracema	SOCIEDADE CIVIL
Francisco Alves de Sousa	STR	Tabuleiro do Norte	
José Darciso Maia de Sousa	Ass Com. João Firmino de Almeida	Ererê	
Maturino Alves Nogueira	Ent. Gest. Curupati II	Jaguaribaba	USUÁRIO
Luiz Gonzaga Nogueira	Ent. Gest. Curupati III	Jaguaribaba	
Ana Christine de Araújo Campos	COGERH	Fortaleza	
Paulo Lincoln Mattos	SINAPSE Consultoria	Fortaleza	
Adamir Barbosa Lima Filha	SRH	Fortaleza	
Francisco de Almeida Chaves	COGERH	Limoeiro do Norte	
Teresa Maria Ximenes Moreira	COGERH	Limoeiro do Norte	CONVIDADOS
Marcos André Lima da Cunha	COGERH	Limoeiro do Norte	
Abdias Monteiro Filho	EMATERCE	Jaguaribe	
Fabilla Cristiany A. Diógenes	SEAGRI	Fortaleza	
Maria Mires Marinho Bouth	COGERH	Fortaleza	
Marcelo Colares de Oliveira	COGERH	Fortaleza	

PARTE II

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA



Criado pelo Decreto nº 26.902, de 16 de janeiro de 2003, e instalado em 30 de setembro de 2003. É constituído por 60 instituições membros, estando estas representadas nos seguintes segmentos: sociedade civil (30%) – 18 instituições; usuários (30%) – 18 instituições; poder público municipal (20%) – 12 instituições; poder público estadual e federal (20%) – 12 instituições.

ÁREA DE ATUAÇÃO

As Bacias Metropolitanas constituem uma Região Hidrográfica formada por 16 bacias independentes, das quais apenas as bacias do Pirangi, Choró, Pacoti e São Gonçalo e os Sistemas Ceará/Maranguape e Cocó/Coaçu são hidrologicamente mais representativas, estando as demais restritas à zona costeira.

Ocupando uma área de 15.085km² a região abriga o mais importante centro consumidor de água que é, a Região Metropolitana de Fortaleza onde a disponibilidade hídrica tem sido insuficiente para o atendimento da população e para o suprimento de todas as atividades econômicas, necessitando importar água de outras bacias hidrográficas, principalmente as transposições Jaguaribe/RMF através do Canal do Trabalhador e do Eixo Castanhão/RMF.

A oferta de água superficial é feita por um sistema de reservatórios monitorados pela COGERH destacando-se os principais: Pacoti com 380 hm³; Pacajus com 240 hm³; Pompeu Sobrinho (Choró) com 143 hm³; Riachão com 46,9 hm³; Gavião com 29,5 hm³; Acarape do Meio com 31,5 hm³; Sítios Novos com 123,2 hm³ e Aracoiaaba com 170,7 hm³. Todo o sistema regulariza uma vazão da ordem de 14,50 m³/s com 90% de garantia.

A disponibilidade de água subterrânea nos principais aquíferos: Dunas – Barreiras; Cristalino e Aluviões em 2.244 poços cadastrados em operação é da ordem de 622,7m³/h.

MUNICÍPIOS COMPONENTES (31)

Compõe a região hidrográfica das Bacias Metropolitanas 31 municípios agrupados em 4 unidades de trabalho a saber: **SERRA (09)** - Barreira, Acarape, Redenção, Baturité, Pacoti, Palmácia, Guaramiranga, Mulungu e Aratuba; **SERTÃO (06)** - Capistrano, Aracoiaaba, Itapiúna, Choró, Ocara, Ibareta; **LITORAL (05)** - Cascavel, Beberibe, Pindoretama, Euzébio e Aquiraz; **RMF (11)** - Pacajus, Horizonte, Chorozinho, Pacatuba, Guaiúba, Itaitinga, São Gonçalo do Amarante, Caucaia, Maranguape, Maracanaú e Fortaleza.

O Histórico da Formação do Comitê das Bacias Hidrográficas Metropolitanas

A Bacia Metropolitana representa um conjunto de bacias das mais diversas formas e tamanho, cobrindo uma área total de 15.085 km². Compreende um agrupamento de 16 microbacias, distribuídas por 31 municípios cearenses localizados à nordeste do Estado. As sub-bacias posicionadas no sentido oeste-leste, estando assim distribuídas: São Gonçalo, Gereraú, Cauípe, Juá, Ceará, Maranguape, Cocó, Coaçu, Pacoti, Catu, Caponga Funda, Caponga Roseira, Malcozinhado, Uruau e Pirangi.

O potencial hídrico, acha-se totalmente comprometido com o abastecimento da Região Metropolitana (RMF), sendo as bacias de Pacoti, Choró e Cocó as que mais contribuem para o abastecimento de água de Fortaleza.

O trabalho de organização dos usuários nas bacias Metropolitanas, iniciou-se em nov/1996 (8 de nov de 1996, Ponta Mar Hotel – Fortaleza) com a realização do I Seminário Sobre Gestão do Sistema de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Fortaleza, o qual teve como objetivos principais: a divulgação da Política Estadual de Recursos Hídricos; a coleta de dados para o plano de operação da bacia; informação sobre condições da transferência da gestão do SARMF; o fornecimento de quadros de transferência relativos à questão ambiental e propiciar a participação dos usuários no processo de gestão de recursos hídricos. Cujos resultados mais imediatos foram a aproximação com

os usuários e a divulgação do trabalho da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos COGERH.

No ano seguinte, 1997, as ações da COGERH nas Bacias Metropolitanas foram no sentido de conhecer melhor os usuários dos 31 municípios que as compõem, através do diagnóstico institucional desses municípios, do acompanhamento de açudes isolados (Castro em Itapiúna e Acarape do Meio) e de seminários por setores (Seminários com pescadores dos açudes que abastecem a Região Metropolitana de Fortaleza – Acarape do Meio, Pacajus, Riachão, Pacoti e Gavião e Seminário com Irrigantes do Vale do Acarape).

A elaboração do “Plano de Gerenciamento das Águas das Bacias Metropolitanas inseriu-se nesse processo como elemento privilegiado de discussão, tornando necessária a retomada dos contatos anteriormente feitos visando a difusão das informações, possibilitando aos diversos usuários e à sociedade a intervenção no processo de gestão da bacia hidrográfica, bem como, a discussão de propostas metodológicas que orientassem o processo de organização dos usuários de água na perspectiva da constituição de fóruns de discussão relativos à gestão dos recursos hídricos, levando à construção de espaços de conscientização e de preservação dos recursos da Bacia.

Assim, foi elaborado o “I Seminário de Planejamento das Bacias Metropolitanas” que contou com a participação de 242 pessoas, representando o setor industrial, sistemas de abastecimento urbano, entidades ambientalistas, instituições governamentais e não governamentais, prefeituras e representantes da sociedade civil dos diversos municípios que compõem a Bacia Metropolitana.

A partir daí, iniciaram-se os encontros periódicos do Fórum das Águas, contando com a participação de representantes dos setores acima citados, tendo como objetivos principais: a discussão dos conflitos sobre o aproveitamento dos recursos hídricos; a discussão sobre a gestão participativa da Bacia Metropolitana e a capacitação desses representantes sobre o uso racional da água.

Em 1998, juntamente com os encontros do Fórum das Águas, foram realizadas as seguintes atividades: realização do I Cadastro Institucional da Bacia Metropolitana e início da operação de alguns reservatórios da Bacia.

As atividades do ano de 1999 iniciaram-se com o II Seminário de Gestão dos Recursos Hídricos das Bacias Metropolitanas, realizado de 10 a 12/03/1999, no município de Pacoti-CE. Neste evento foi promovido um debate entre as diversas instituições e usuários das bacias metropolitanas, divididos em grupos de trabalho, com a finalidade de realizar o plano de atividades/99 para a constituição do Comitê das Bacias Hidrográficas Metropolitana – CBH, destacando-se ainda a participação de vários prefeitos da região serrana, o presidente da COGERH, além do Secretário de Recursos Hídricos do Ceará Hypérides Pereira de Macedo, o qual proferiu palestra sobre “A Participação da Sociedade na Política de Gestão dos Recursos Hídricos”.

Outros aspectos que devem ser ressaltados no encontro acima foram: a divisão da Bacia Metropolitana em sub-regiões (Sertão, Litoral, Serra e Região

Metropolitana de Fortaleza) e a definição do grau de envolvimento e compromisso das diversas instituições presentes no Seminário.

Durante este ano foram realizados ainda o Seminário dos Usuários do Açude Acarape do Meio e o Seminário de Planejamento do Açude Castro, além da criação do conselho gestor nessas duas áreas.

As reuniões mensais do Fórum das Águas continuaram a ocorrer nesse período, sempre na última segunda-feira de cada mês, constando de intensas discussões sobre a convivência dos diversos usuários da região com os Recursos Hídricos, além de diversas palestras técnicas para capacitação dos participantes do Fórum, destacando-se “A Discussão Sobre o Plano de Gerenciamento das Bacias Metropolitanas”, apresentado pela VBA Consultores; a “Apresentação sobre o Aproveitamento do Canal do Trabalhador” e a “Apresentação do Levantamento dos Poços Existentes no Ceará”, feito pela CPRM.

Encerrando as atividades do ano de 1999, ocorreram dois cursos para os representantes do Fórum das Águas: “Legislação Para o Uso de Recursos Hídricos” e “Uso Racional da Água e Seus Reflexos No Meio Ambiente”, ambos oferecidos pelo CREA e Associação Brasileira de Educação Agrícola e Superior – ABEAS.

Os trabalhos para a estruturação do Comitê das Bacias Hidrográficas Metropolitanas – CBH, começaram no ano de 2000 com a realização do III Seminário de Planejamento das Bacias Metropolitanas, ocorrido em mar/2000, no município de Beberibe. Este encontro contou com presenças de vários prefeitos da região litorânea, além dos representantes do Fórum das Águas. Este evento serviu para constatar que vários municípios ainda estavam à margem do processo de formação do CBH, saindo como compromisso a realização de 30 encontros municipais, entre as cidades pertencentes as bacias hidrográficas metropolitanas, com o intuito de apresentar à população a importância da participação na gestão dos recursos hídricos.

Neste ano iniciou-se também a discussão sobre o Regimento do CBH, tendo ocorrido 04 encontros regionais sobre este tema.

Continuaram a ocorrer as reuniões mensais do Fórum das Águas e a programação do ano, encerrou, com a realização do IV Seminário de Planejamento das Atividades Para o Ano de 2001, em dez/2000, no município de Fortaleza-CE.

Em 2001, ocorreram as reuniões periódicas do Fórum das Águas, a realização de vários encontros regionais em Fortaleza para mobilização dos representantes da população desta capital para a participação na gestão dos recursos hídricos. Posteriormente ocorreu o “Encontro Geral de Fortaleza Sobre Gestão de Recursos Hídricos” para a consolidação das propostas e dos participantes de Fortaleza no Fórum das Águas e na constituição do CBH. Esses encontros contaram com a participação de vários presidentes de Associações de Bairros, ONGs, vereadores e representantes da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Encerrou-se as atividades deste ano com a realização de Encontros Temáticos e a preparação para a realização do Congresso de Constituição do Comitê da Bacia

Metropolitana no ano de 2002.

Neste ano, foi realizado em julho de 2002 o congresso de constituição onde foi aprovado o regimento e eleitos os membros deste colegiado. Para esta primeira gestão ficou definida a participação de 60 membros, com representantes da sociedade civil, usuários, municípios e órgãos públicos federais e estaduais.

Esse longo período de organização do Comitê da Bacia Metropolitana – CBH, justifica-se pela complexidade dessa região; deficiência hídrica de suporte às atividades econômicas e humanas da bacia, tornando-a dependente de outras bacias; bem como pela diversidade dos usuários existentes e o grande contingente populacional da Região Metropolitana de Fortaleza, o que ocasionou diversos conflitos entre as partes envolvidas na constituição do Comitê.

Para a posse do CBH-Metropolitana, ainda era necessário organizar a eleição da sua primeira diretoria. Para isso foi realizada uma reunião dia 05/12/02, onde foi escolhida a Comissão Eleitoral, composta de 06 representantes, ficando marcada sua primeira reunião para o dia 15/01/03, no auditório da COGERH. Entretanto, a mudança de direção da SRH e COGERH, e alguns problemas políticos e institucionais, resultaram na paralisação do processo eleitoral e da posse do CBH-Metropolitanas.

Após esse período, foi realizado dia 30/09/2003, em Fortaleza, a Reunião de Instalação do Comitê das Bacias Hidrográficas Metropolitanas.

Nos dias 20 e 21/10/2003, no auditório da COGERH, em Fortaleza, houve o Curso de Capacitação em Recursos Hídricos para os membros do CBH-Metropolitanas, que também serviria para a eleição da sua primeira diretoria. Naquela oportunidade estavam inscritas duas chapas. Um dia antes da eleição, os componentes das duas chapas se reuniram e decidiram compor uma única chapa, que foi eleita, no segundo dia do referido Curso, por unanimidade entre os membros presentes.

No dia 28/10/2003, em reunião realizada no auditório da COGERH, foi dada posse à primeira Diretoria Executiva do Comitê, composta por: Thomaz Antônio Sidrim Carvalho (Presidente); Maria Zita Timbó Araújo (Vice-Presidente); Andréia Cristiane Lante (Secretária Geral) e Maria de Fátima Maia Chaves (Secretária Adjunta).

O CBH- Metropolitanas no momento do Planejamento Estratégico

O Comitê de Bacia Hidrográfica Metropolitana é presidido pelo Sr. Thomaz Antônio Sidrim Carvalho membro representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos e Meio Ambiente de Aquiraz, é inserido

no segmento do Poder Público Municipal. Tem como vice-presidente a Sra. Maria Zita Timbó Araújo componente do segmento Poder Público Federal, pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS, como secretária geral a Sra. Andréa Cristiane Lante representante da Cervejaria Kaiser S.A. pelo segmento de Usuários e como secretária adjunta a Sra. Maria de Fátima Maia Chaves sob o comando da Sociedade Civil, através do Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência no Estado do Ceará – SINPRECE.

O referido Comitê está no seu primeiro mandato, é constituído de 60 instituições; a estrutura do colegiado é formada por titulares e suplentes.

A atuação do Comitê é de grande abrangência na Região, tendo relevância na função de receptor das demandas dos Conselhos Gestores e a discussão sobre as mudanças na Lei de Recursos Hídricos. A sua estrutura organizacional conta com quatro Câmaras Técnicas em exercício: Câmara Técnica de Meio Ambiente, Câmara Técnica de Infra – Estrutura Hídrica, Câmara Técnica de Reuso de Água e Câmara Técnica de Planejamento das Bacias. Para alocação negociada de água atua com quatro Conselhos Gestores nos seguintes reservatórios: Choró, Castro, Acarape do Meio e Canal do Trabalhador, é também membro do Grupo Multiparticipativo do Canal da Integração.

INSTITUIÇÕES MEMBROS QUE COMPÕEM O COMITÊ DAS BACIAS METROPOLITANAS - POR SEGMENTO	
USUÁRIOS (18)	SOCIEDADE CIVIL (16)
Ass. Com. Buenos Aires – Pedreira – Horizonte/CE	Ass. dos Moradores de Choró Lagoinha – Cascavel/CE
Aguardente Ypióca – Fortaleza/CE	FAEC – Fortaleza/CE
Cia. Brasileira de Bebidas (AMBEV) – Aquiraz/CE	ADAO – Fortaleza/CE
CAGECE – Fortaleza/CE	FBFF – Fortaleza/CE
CAGECE – Maranguape/CE	ABAS – Fortaleza/CE
CAGECE – Itaitinga/CE	CREA – Fortaleza/CE
Celiba Cia. Agroindustrial Ltda – Fortaleza/CE	FACECE – Fortaleza/CE
Ass. dos Irrig. do Vale do Acarape – Fortaleza/CE	SINDIÁGUA – Fortaleza/CE
Ass. Com. para o Novo Desenv. de Buenos Aires – Horizonte/CE	UFC – Fortaleza/CE
Ass. Com. da Agrovila do Aç. Castro – Itapiúna/CE	Ass. Com. da Igreja de Jesus Cristo – Horizonte/CE
Ass. Com. de Fazenda Velha – Itapiúna/CE	Ass. Com. Outeiro de Diamante – Redenção/CE
Ass. dos Usuários de Água do Aç. Castro (ASSUSA) – Itapiúna/CE	GIA – Fortaleza/CE
Ass. Cearense de Aquicultura (ACEAQ) – Fortaleza/CE	SINPRECE – Fortaleza/CE
Cervejaria Kaiser S. A. – Pacatuba/CE	CEPEMA – Fortaleza/CE
SAAE – Pindoretama/CE	Ass. para o Desenv. Com. Seis Carnaúba – Ocara/CE
COOPER Nêctar – Horizonte/CE	Centro de Aprendizado Agroecológ. (CAA) – Fortaleza/CE
Conselho Indígena – Caucaia/CE	-
FIEC – Fortaleza/CE	-
PODER PÚBLICO MUNICIPAL (13)	PODER PÚBLICO ESTADUAL E FEDERAL (12)
Sec. Mun. de Agríc., Rec. Hid. e Meio Amb. – Aquiraz/CE	CVT – Beberibe/CE
Pref. Mun. (Coord. de Assist. Soc.) – Aquiraz/CE	FUNAI – Caucaia/CE
Sec. de Agricultura – Aratuba/CE	SEMACE – Fortaleza/CE
Pref. Mun. de Barreira/CE	CPRM – Fortaleza/CE
Pref. Mun. de Beberibe/CE	EMATERCE – Caucaia/CE
Pref. Mun. de Cascavel/CE	FUNCEME – Fortaleza/CE
Sec. de Agríc. Pesca e Abast. de Caucaia/CE	IBGE – Fortaleza/CE
Pref. Mun. de Chorozinho/CE	SRH – Fortaleza/CE
Pref. Mun. (Sec. de Meio Amb. e Serv. Púb.) – Fortaleza/CE	DNOCS – Fortaleza/CE
Sec. de Agríc., Rec. Hid. e Meio Amb. – Horizonte/CE	IBAMA – Fortaleza/CE
Pref. Mun. de Itaitinga/CE	BNB – Fortaleza/CE
Pref. Mun. (Sec. de Saúde) – Itapiúna/CE	SEAGRI – Fortaleza/CE
Pref. Mun. de Maracanaú/CE	-
TOTAL DE INSTITUIÇÕES MEMBROS DO CBH METROPOLITANA = 60	

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

Fortaleza, 12 e 13 de agosto de 2004 (2º Seminário)
Fortaleza, 19 e 20 de outubro de 2004 (4º Seminário)

MISSÃO

Contribuir com a gestão integrada e descentralizada dos Recursos Hídricos, garantindo a participação da sociedade no processo decisório, buscando o desenvolvimento sustentável da Bacia

VISÃO DE FUTURO

- Em 2020, os CBHs estão fortalecidos, representativos e atuantes, participando nas deliberações e ações sobre a política de RH, em harmonia com a sociedade e órgãos gestores;
- Existe uma distribuição racional dos RH entre os vários usos a todos os segmentos da população;
- A sociedade tem consciência e reconhece o papel dos comitês nas políticas de gestão de RH e como uma instância para dirimir os problemas.
- As instituições conscientes do seu papel e bem representadas no CBH;
- Instituições afins participando integradas nas políticas de gestão de RH;
- Os instrumentos de gestão são implementados com participação dos comitês:
 - O comitê decide e acompanha a destinação dos recursos oriundos da cobrança;
 - CBH concebem, internalizam, aprovam e acompanham a execução os planos de bacia.
- Os CBHs funcionam plenamente com: infra-estrutura adequada e orçamento assegurado;
- CBH capacitado jurídico, técnica e administrativamente para a gestão dos RHs;
- O meio ambiente é visto como um todo na integração e interligação de bacias e um percentual dos recursos arrecadados pela cobrança são destinados à sua recuperação na área da bacia;
- As redes de ensino pesquisam e divulgam a realidade de cada bacia;

- Existe uma instância colegiada dos CBHs no Estado.

Questões em discussão

- O Comitê tem autonomia política e financeira para desenvolver suas atividades? Não.
- CBH participam paritariamente do CONERH? Sim.
- Os CBH participam do conselho de administração da COGERH? Sim.

VALORES

Compromisso: tomar para si a responsabilidade de fazer acontecer as ações pensadas pelo coletivo cumprindo os deveres.

Transparência: clareza nas ações dos CBHs e das suas instituições membro.

Respeito: valorizar as diferenças de idéias e ações buscando os consensos.

Coerência: agir com impessoalidade, respeitar os princípios e as decisões colegiadas.

Representatividade: assegurar o direito de participação dos vários segmentos

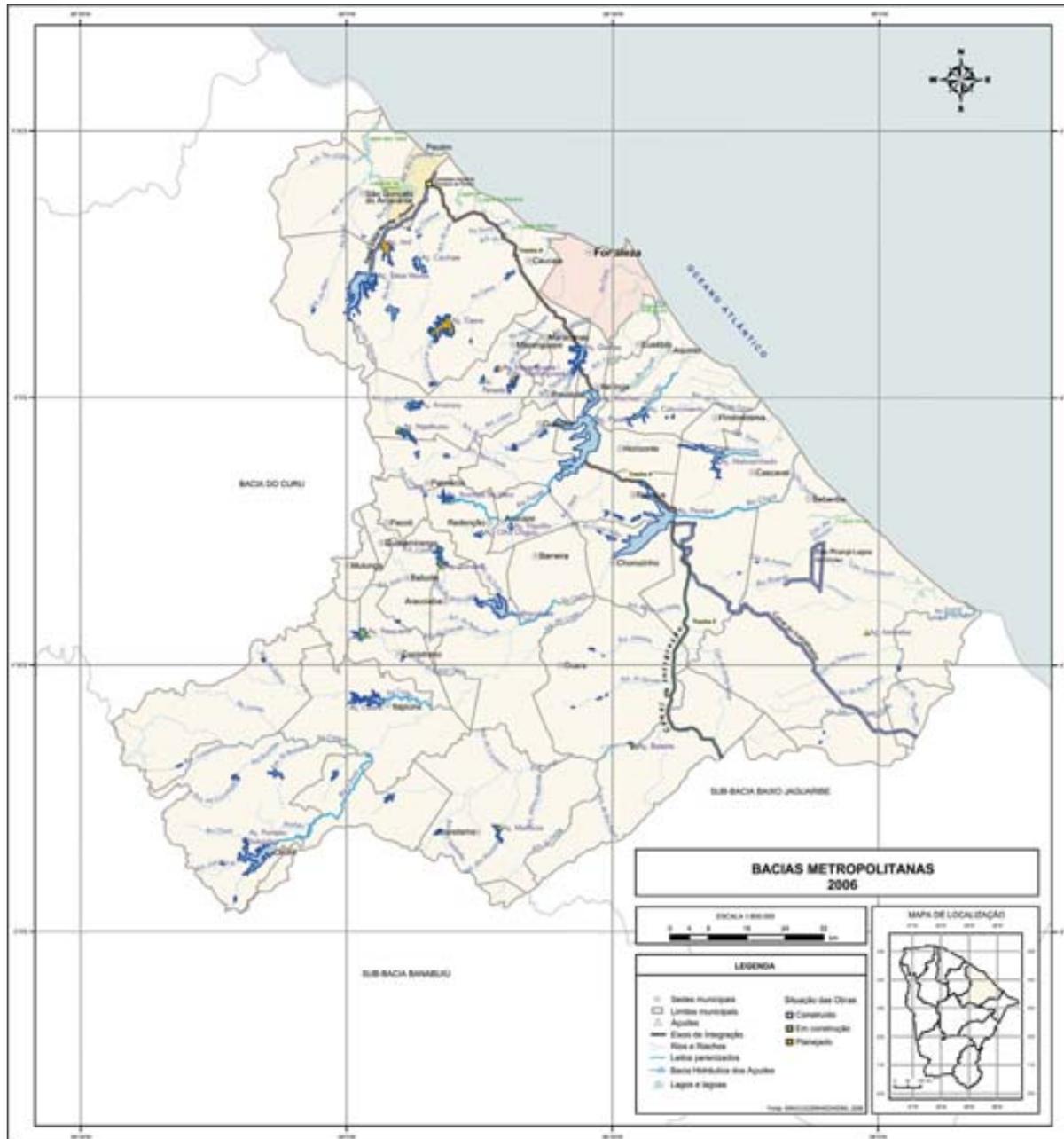
Participação: exercício da cidadania, fortalecendo a representatividade institucional.

Ética: desempenhar de forma íntegra e imparcial todas as atribuições, respeitando os valores assumidos pelos CBHs.



Açude Pacajus

GRUPOS DE INTERESSADOS	
Qual a relação desejada com as organizações interessadas na existência, estruturação e fortalecimento do CBH?	
PRINCIPAIS INTERESSADOS	RELAÇÃO DESEJADA COM OS CBHs
Formulação política. Ex.: SRH-MMA, SRH-CE, CONERH.	Participação no processo decisório, transparência e confiança mútua.
Implementação/execução das políticas. Ex.: ANA, COGERH, DNOCS, Prefeituras, SOHIDRA	Participação no processo decisório; acompanhar as ações; participação efetiva nos comitês; confiança mútua e eficiência na informação.
Reguladores/Fiscalizadores. Ex.: IBAMA, OAB, SEMACE, CREA, Ministério Público.	Acolhimento preferencial das demandas do comitê; ação efetiva junto aos comitês; facilitar a ação de fiscalização/regulação.
Fomento. Ex.: BB, BNB, Fundações, ONGs.	Articulação do comitê; oferecimento ordenado de demandas; estabelecimento de parcerias; clareza na prestação de contas.
Usuários. Ex.: CAGECE, SAAE, Cooperativas, Associações de Irrigantes, FIEC.	Participação efetiva; respeito às decisões do comitê; comunicação; defesa dos interesses dos usuários no comitê; imparcialidade com relação aos usuários; relação ética entre as partes.
Informação/ Assessoria. Ex.: FUNCEME, Secretarias Estaduais, Universidades.	Disponibilidade/socialização de informações, clareza de informações dos órgãos; utilização das estruturas de comunicação; agilidade e oportunidade nas instruções e assessoria; capacitação contínua em questões de RH; prestar assessoria mediante demanda.
Divulgação. Ex.: Imprensa	Fidelidade, agilidade, acesso, ética, divulgação das informações; qualificação da imprensa pelo CBH.
Legislação. Ex.: Assembleia Legislativa, Câmaras Municipais, Congresso, CONERH.	Canais de comunicação preferenciais.



AMBIENTE EXTERNO

Oportunidades

- Aumento da consciência de conservação dos RHs (qualitativo e quantitativo);
- Aumento da consciência ambiental;
- Aumento do investimento em saneamento;
- Fortalecimento das organizações civis;
- Implementação dos instrumentos de gestão (outorga e cobrança);
- Reciclagem do lixo;
- Reuso da água;
- Parcerias com instituições.

Ameaças

- Falta de execução das políticas públicas planejadas;
- A nova lei de recursos hídricos;
- Fiscalização deficiente dos RHs;
- Aumento da degradação ambiental em especial a poluição dos RHs (esgoto doméstico e industrial);
- Especulação imobiliária (lagoas, praias e mangues);
- Privatização da água;
- Conflito de usos da água;
- Irregularidade das chuvas;
- Crescimento desordenado (populacional e industrial);
- Irrigação desordenada;
- Falta de consciência sócio política;
- Falta de legislação do uso da água subterrânea;
- Contaminação do lençol freático.

AMBIENTE INTERNO

Pontos Fortes

- Articulação do Comitê com a comunidade e instituições;
- Força de vontade de todos;
- O Comitê tem visão social e ambiental;
- Compromisso;
- Representatividade;
- Pluralidade das instituições membro;

- Bom nível intelectual dos participantes;
- Abnegação para o trabalho;
- Importância do papel - gerenciamento das águas;
- Direção aberta e democrática.

Pontos Fracos

- Rotatividade dos representantes;
- Pouco envolvimento e compromisso de parte dos membros;
- Infra-estrutura incompleta;
- Condições de trabalho precárias;
- Recursos financeiros escassos;
- Baixa capacitação;
- Desconhecimento das ações das instituições membro;
- Inexistência vocacional.

Estratégias

- Articular parcerias para sensibilizar e capacitar os membros do Comitê e as comunidades envolvidas, com relação ao uso e conservação dos RHs e meio ambiente;
- Incentivar a participação dos membros em câmaras técnicas e manter contínua e ampla divulgação das ações para a sociedade;
- Buscar recursos financeiros e fomentar uma melhor organização dos Comitês e a infra-estrutura necessária para seu funcionamento;
- Apoiar, acompanhar e incentivar a fiscalização dos instrumentos de gestão da Bacia;
- Estimular a integração de instituições afins e do CBH para o cumprimento das políticas públicas de RH;
- Colaborar na formação e análise das leis de RH e acompanhar a sua discussão e implementação;
- Mobilizar os municípios para enfrentamento dos problemas de esgotamento sanitário e resíduos sólido.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES BÁSICAS

REUNIÕES ORDINÁRIAS

- 4 reuniões de dois dias por ano (proposta de 6 reuniões não tem respaldo no regimento);
- Convocação com 15 dias de antecedência;
- Material de expediente;
- Gravação das assembléias e resumo de atas;
- Frequência dos membros e apresentar na reunião seguinte;
- Deslocamento e hospedagem: instituições que não possam pagar solicitam suporte à Diretoria até 30/10;
- Local: hotel adequado com facilitador;
- Alimentação nos mesmos moldes atuais;
- Pauta: Informes gerais sobre as bacias. Encaminhamentos específicos. Introduzir palestras nas reuniões ordinárias. Reuniões membros se apresentarem em diferentes reuniões;
- Instituições parceiras bancam as reuniões extraordinárias.



Planejamento Estratégico do CBH RMF.

PROCESSO DE RENOVAÇÃO

- Definir em março/2005;
- Formação de Comissão pró-renovação;
- 31 visitas municipais;
- Encontros regionais (litoral, praia, sertão, metropolitana);
- Encontros setoriais (4 encontros);
- Congresso de Renovação.

ALOCAÇÃO NEGOCIADA

- Reunião em julho;
- Divulgação: meios de comunicação de massa para convocação dos interessados;
- Balanço hídrico fornecido pela COGERH;
- Apresentação do balanço na reunião. Discussão de cenários dos próximos 6 meses. Alocação de água de forma a satisfazer demanda;
- Participação em reuniões de alocação em outras bacias.

CAPACITAÇÃO

01. Curso sobre Meio Ambiente de Bacias e Sub-Bacias da Região - março e outubro - 2 dias;
02. Legislação e instrumentos de gestão - maio 2005;
03. Legislação ambiental e RH;
04. Visitas técnicas aos equipamentos e açudes - 2005 e 2006;
05. Cursos sobre recursos hídricos em cada município para os quatro segmentos - 2006;
06. Controle e preservação da água - março 2006;
07. Mecanismos de intervenção da sociedade civil no planejamento das políticas públicas de RH. - agosto 2006;
08. Nivelamento em relação ao Plano das Bacias (Grupo de Estudos);
09. Capacitação da Diretoria e Câmaras Técnicas;
10. Enquadramento dos RHs (participação na Câmara Técnica);
11. Cartilha, material didático, sobre as bacias;
12. Cursos e parcerias com ABEAS;
13. Apresentação de experiências de outros Comitês.

CÂMARAS TÉCNICAS

- Câmaras Técnicas: Reservatórios canais e adutoras; planejamento; educação ambiental; e reuso das águas;
- Atividades: reuniões mensais; diagnóstico das 16 bacias; o que está sendo feito na Bacia; conhecimento no campo da realidade de cada Bacia; conhecimento dos instrumentos de gestão; elaboração de relatório resumo da situação e problemas de cada bacia; elaboração de banco de dados; prestar assessoria ao CBH; quando necessário buscar assessoramento técnico externo;
- Perfil dos participantes: conhecimento sobre o assunto; disponibilidade de tempo e compromisso; Experiência profissional; descontinuidades;
- Ações: hierarquização dos problemas e intervenções técnicas;
 - Acompanhamento de laudos e pareceres técnicos; acompanhar a alocação negociada; acompanhamento do zoneamento e do planejamento de cada sub-bacia (plano de investimento - governo). Análise e conhecimento do Plano de bacia. Palestras e debates técnicos sobre RH e meio ambiente, de interesse do CBH.

DIVULGAÇÃO, INFORMAÇÃO E INTERCÂMBIO

- Lançar concurso para criação da logomarca;
- Fortalecimento do grupo de articulação com os demais comitês. Promover encontros interregionais. Encontro nacional com os comitês;
- Concentrar as informações no assessor de imprensa do CBH que será o Sr. Antônio Martins, membro do Comitê. Ações divulgadas na imprensa falada e escrita. Manter programa de rádio. Jornal do CBH Metropolitana;
- Site próprio com link (ou hospedado) com o site da SRH. Disponibilizar dados sobre todas as bacias. Disponibilizar e-mails dos membros do comitê. Abrir canal para denúncias (Projeto);
- Articulação interna do Comitê através de um provedor gratuito. (secretaria executiva);
- Mala direta interna atualizada pela secretaria executiva.

CRITÉRIOS

- Urgência
- Abrangência
- Viabilidade mais imediata
- Menor custo

RESULTADO DA VOTAÇÃO

1. Sensibilização dos Municípios para Formalizar Termos de Compromisso com os Municípios. Capacitação para Agentes Políticos: Prefeitos, Vereadores, Secretários e Diretores de áreas afins, CMDs;
2. Mobilização Interna;
3. Criação de Plano de Marketing;
4. Elaboração de Material Didático e de Divulgação;
5. Capacitação dos Membros de outros colegiados das Sub-Bacias: comissões/conselhos gestores dos açudes;
6. Estruturação do CBH para Acompanhamento dos Instrumentos de Gestão;
7. Capacitação de Multiplicadores nos Municípios;
8. Visitas técnicas aos sistemas hídricos de interesse do comitê para os membros do CBH;
9. Articulação com outros CBH;
10. Capacitação em Produção Agro-ecológica em torno das Sub-Bacias (utilizando membros do CBH, envolvendo agentes rurais e pequenos produtores);
11. Projeto Multiplicador Ambiental;
12. Identificar os parceiros e firmar parcerias (estabelecer critérios/normas);
13. Palestras envolvendo outros comitês. (vivências);
14. Rever o Regimento do CBH;
15. Realizar intercâmbio institucional interno (CBH/ RMF) e externo;
16. Articulação com a Assembléia Legislativa;
17. Ciclo de Palestras sobre a Legislação de RH.



Planejamento Estratégico do CBH RMF



Açude Aracoíaba

CBH METROPOLITANAS: MEMBROS QUE PARTICIPARAM DOS SEMINÁRIOS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

NOME	INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	SEGMENTO
José Jovenor Alves de Lima	P M de Beberibe	Beberibe	PODER PÚBLICO MUNICIPAL
Gilmário Pereira de Castro	P M de Chorozinho	Chorozinho	
Thomáz Antônio Sidrim Carvalho	P M de Aquiraz	Aquiraz	
Sylvana de Albuquerque Santana	P M de Horizonte	Horizonte	
Maria da Paz Gadelha da Cruz	P M de Itapiúna	Itapiúna	
Daniilo Coelho Monteiro	P M de Beberibe	Beberibe	
Antônio Martins Pereira	P M de Caucaia	Caucaia	
Pedro Raimundo de Oliveira Neto	P M de Fortaleza	Fortaleza	
Luiz Carlos dos Santos	P M de Aquiraz	Aquiraz	
Nauriello Almeida de Andrade	P M de Maracanaú	Maracanaú	
José Alves Teixeira	BNB	Fortaleza	PODER PÚBLICO ESTADUAL E FEDERAL
Francisco Célio Pinheiro	CVT	Beberibe	
Maria Zita Timbó Araújo	DNOCS	Fortaleza	
José Euclides da Silva	EMATERCE	Fortaleza	
Ana Lúcia Goes D'assunção	FUNCEME	Fortaleza	
Selma da Silva L. dos Santos	IBGE	Fortaleza	
Adamir Barbosa Lima Filha	SRH	Fortaleza	
Clodionor Carvalho de Araújo	CPRM	Fortaleza	
João Gomes Assunção	EMATERCE	Fortaleza	
Antonio Martins da Costa	SRH	Fortaleza	
Rosa de Lisieux U. F. Carvalho	SEMACE	Fortaleza	
Mailde Carlos do Rêgo	CREA	Fortaleza	SOCIEDADE CIVIL
Eduardo Queiroz de Miranda	FAEC	Fortaleza	
Maria de Fátima Maia Chaves	SINPRECE	Fortaleza	
Maria da Assunção L. Oliveira B.	Ass. Com. da Igreja de Jesus Cristo	Horizonte	
Francisco Aurení Torres de Lima	Ass. dos Moradores de Choró Lagoinha	Cascavel	
Maria do Carmo Costa Oliveira	CAA	Fortaleza	
Bráulio de Sá Magalhães	ADAO	Fortaleza	
José Eudes Fernandes Bezerra	Ass. de Des.Com.de Outeiro/Diamante	Redenção	
José Aírton Passos	GIA	Fortaleza	
Claudia Maria de Souza Bezerra	GIA	Fortaleza	
Jader Parente Filho	ABAS	Fortaleza	
João Batista Ponte	CELIBA	Fortaleza	USUÁRIO
Andreia Cristiane Lante	Cervejarias Kaiser do Brasil S/A	Pacatuba	
Laisa Nascimento Naziazeno	AMBEV	Aquiraz	
Arimatéia Dias de Menezes	ASSUSA	Itapiúna	
Elias Ferreira Lima	Ass. Com. para o Novo Des. de Buenos Aires	Horizonte	
Ricardo César Ponte Mendonça	CAGECE	Maranguape	
Maria Amélia Souza Menezes	CAGECE	Fortaleza	
Maria de Lourdes da C. Alves	Conselho Indígena	Caucaia	
Antônio Renato Lima Aragão	FIEC	Fortaleza	
Antônio Praxedes Bento	CAGECE	Fortaleza	
Helena Maria de Lucena Silva	Ass. Com. Buenos Aires Pedreiras	Horizonte	
José Maria da Costa	COOPER NECTAR	Horizonte	
Francisco Alberto Pinheiro	AIVA	Fortaleza	
Eli da Silva Costa	SAAE	Pindoretama	
Berthyer Peixoto Lima	COGERH	Fortaleza	CONVIDADOS
Antônio Treze de Melo Lima	COGERH	Fortaleza	
Márcia Soares Caldas	COGERH	Fortaleza	
Marcelo Colares de Oliveira	COGERH	Fortaleza	
Antônio José Câmara Fernandes	SRH	Fortaleza	
Francisco Carlos Bezerra e Silva	Consultor	Fortaleza	
Fabiano da Silva	COGERH	Coreaú	
Ubirajara Patrício Alvares	COGERH	Fortaleza	
Maria Mires Marinho Bouty	COGERH	Fortaleza	
Maria Eliane Sampaio Cortez	COGERH	Fortaleza	
Francisco Edmar de Oliveira Júnior	SEMAM	Fortaleza	
Lúcio Kury A Galdino	GIA	Fortaleza	
Danielle Santos de Freitas	GIA	Fortaleza	
Josimeire A. Gomes	GIA	Fortaleza	

PARTE II

COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA CSBH DO SALGADO



Criado pelo Decreto nº 26.603, de 14 de maio de 2002, e instalado em 10 de julho de 2002.

É constituído por 50 instituições membros, estando estas representadas nos seguintes segmentos: sociedade civil (30%) – 15 instituições; usuários (30%) – 15 instituições; poder público municipal (20%) – 10 instituições; poder público estadual e federal (20%) – 10 instituições.

ÁREA DE ATUAÇÃO

A região hidrográfica do Salgado, drenada pelo rio homônimo, ocupa uma área de 12.865 km². Abrange grande parcela da região sul do Estado, incluindo o Cariri. O rio Salgado tem como principais afluentes o rio Batateiras e o riacho dos Porcos.

A região apresenta uma capacidade de acumulação de águas superficiais de 469,40 hm³ num total de 12 açudes estratégicos. Destacam-se o Atalho II com 108,25 hm³ com vazão regularizada de 0,95m³/s; o Lima Campos, com 66,37hm³ e vazão regularizada de 0,491m³/s; o açude Rosário com 66,38 hm³ e vazão regularizada de 0,15m³/s; e o riacho dos Carneiros, com 37,18 hm³ regularizando, 0,756 m³/s. Além desses, os açudes Quixabinha, Prazeres, Ubaldinho e Cachoeira possuem razoáveis potenciais de reservação.

São grandes as potencialidades de águas subterrâneas. Os melhores aquíferos da bacia do Jaguaribe estão localizados nessa região, notadamente no Cariri. Por conta disso, a maior parte de seus municípios é atendida por poços. Atualmente, são 1.758 poços cadastrados com vazão média de 20,88 m³/h; resultando numa disponibilidade instalada de 36.705,3 m³/h. Os aquíferos da região são do Cristalino, do Grupo Araripe e de Aluviões.

MUNICÍPIOS COMPONENTES (23)

Abaiara, Aurora, Baixo, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Caririáçu, Cedro, Crato, Granjeiro, Icó, Ipaumirim, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Penaforte, Porteiras, Umari e Várzea Alegre.

O Histórico da Formação do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Salgado (CSBH – Salgado)

O processo de organização do Comitê da Sub-Bacia do Salgado foi iniciado a partir da mobilização da própria sociedade local, acontecendo de forma diferente das outras sub-bacias do rio Jaguaribe, onde a iniciativa de estimular referido processo foi conduzida pela COGERH. Dessa feita, a formação do Comitê do Salgado assume uma forma mais autônoma.

A preocupação de várias instituições com o processo de degradação ambiental da bacia do Salgado, a repercussão do trabalho de gerenciamento dos recursos hídricos e o processo de formação dos comitês de bacias iniciado em 1994 serviram de motivação para uma articulação de um grupo de pessoas engajadas no trabalho de mobilização das instituições regionais com vista a tomada de posição quanto a problemática dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Salgado.

O processo de mobilização culminou com a realização do Seminário de Organização e Fortalecimento das Associações de Usuários de Águas da Bacia do Rio Salgado, ocorrido em 14 e 15/12/1999, no Crato, promovido pela Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico do Cariri - FUNDETEC, órgão ligado a Universidade Regional do Cariri – URCA, com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Crato e a COGERH. O evento contou com a participação de 118 representantes de associações de classe, sindicatos, irrigantes, órgãos dos poderes públicos municipais, estaduais e federais, fundações e organizações não-governamentais da região.



Trabalho de Grupo do Planejamento Estratégico do CSBH Salgado

O referido Seminário teve o objetivo de provocar uma reflexão sobre a disponibilidade de água e seu gerenciamento na região do Cariri, sendo considerado o primeiro passo em direção à formação do Comitê.

A perspectiva de organização do Comitê da Bacia do Salgado, discutida no Seminário resultou na necessidade de dar continuidade ao trabalho de organização da gestão das águas da bacia, tomando por base o planejamento realizado pelos grupos de trabalho. Foi formada uma Comissão de Representantes, constituída por todos os participantes presentes ao Seminário, tendo sido formado também uma comissão menor denominada de Grupo de Articulação da Sub-Bacia do Salgado.

O Grupo de Articulação do Comitê da Sub-Bacia do Salgado, que se reuniu várias vezes, foi o espaço privilegiado para as definições metodológicas do processo de formação do Comitê do Salgado.

Dentro das discussões do Grupo de Articulação, a FUNDETEC propôs, como forma de facilitar os estudos e o processo de organização dos usuários, que a bacia fosse dividida em cinco microbacias, englobando os 23 municípios: **Microbacia I** – Brejo Santo, Jardim, Jati, Penaforte e Porteiras; **Microbacia II** – Abaiara, Aurora, Barro, Mauriti, e Milagres; **Microbacia III** – Barbalha, Cariri, Crato, Juazeiro do Norte e Missão Velha; **Micro-Bacia IV** – Baixo, Icó, Ipauimirim, Lavras da Mangabeira e Umari; **Microbacia V** – Cedro, Granjeiro, e Várzea Alegre.

Na reunião do Grupo de Articulação, ocorrida dia 19/04/2000, em Juazeiro do Norte, ficou acertado que a Gerência Regional da COGERH realizaria contatos individuais e reuniões em cada uma das Microbacias para um debate dos problemas locais, ficando a Associação Cristã de Base e a Fundação Araripe responsáveis pela elaboração de uma proposta de trabalho para ser discutida com todas as Microbacias, no sentido de organizar com a maior brevidade o Comitê da Bacia do Salgado.

No dia 07/07/2000, em Milagres, ocorreu o II Seminário de Usuários de Água da Sub-bacia do Rio Salgado, com a participação de 82 representantes. Nesta reunião os articuladores de cada microbacia apresentaram detalhadamente os objetivos a serem alcançados nos diversos municípios, não se chegando a uma definição das prioridades.

O Grupo de Articulação voltou a se reunir em 30/08/2000, no município de Crato, para escolher a proposta de um ante-projeto de Recuperação e Conservação da Bacia do Riacho Boca da Mata, no município de Jardim, e a apresentação do Programa de Capacitação em Gestão Hídrica e Agroecologia para as cinco microbacias, elaborados pela Fundação Araripe e a Associação Cristã de Base, com o propósito de apresentá-los ao Governo do Estado.

Entre as várias reuniões do Grupo de Articulação, destaca-se a do dia 16/08/2001, no Crato, que teve como objetivo apresentar: o Projeto Água Doce (SOHIDRA) e a Proposta de estatuto do Comitê da Bacia do Salgado.

Tendo em vista, naquele momento, o reduzido quadro técnico da COGERH para desenvolver o processo de mobilização e articulação abrangendo toda a área da Bacia com vistas à formação do Comitê, a levou a contratar uma ONG para desenvolver o trabalho. Nesse sentido, em acordo com as instituições que naquele momento já se articulavam e cobravam o início do processo de formação do Comitê, foi contratada a Fundação Araripe, que em parceria com a Associação Cristã de Base (ACB) e a ONG Juriti, desenvolveu o trabalho intitulado: “Processo de Gestão Participativa dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Salgado”, formalizado no âmbito do PROGERIRH (Programa de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos), no ano de 2001.

Na época, existia uma certa pressão social para que a formação do Comitê fosse acelerada, fato que levou a optar-se pela articulação utilizando-se como unidade básica as Microbacias; por isso não foram realizados os encontros municipais, o que posteriormente necessitaria desenvolver um trabalho em nível municipal e, em seguida, desdobrá-lo até o processo de formação de Comissões de Vigilância Hídrica nos municípios da Bacia.

Após essa etapa do trabalho de articulação e mobilização, foram realizadas as reuniões das microbacias, tendo como objetivos a discussão da proposta de Estatuto do Comitê da Sub-Bacia do Salgado e eleição dos delegados representantes de cada microbacia.

Essas reuniões das Microbacias aconteceram no segundo semestre de 2001, conforme data e local a saber: Microbacia I, reunião realizada dia 26/09/2001, no município de Brejo Santo; Microbacia II, dia 28/09/2001, no município de Barro; Microbacia III, dia 25/09/2001, em Barbalha; Microbacia IV, dia 03/10/2001, em Lavras da Mangabeira; Microbacia V, em 05/10/2001, no município de Cedro.

As cinco reuniões regionais trataram da discussão dos artigos da proposta de estatuto do comitê, onde foram apresentadas várias propostas de alterações e encaminhadas ao Grupo de Estudo do Estatuto. Outra questão importante foi a eleição de 50 delegados que compôs o colegiado do Comitê.



Açude Olho D'água - Município: Várzea Alegre

A eleição dos delegados é realizada em cada Microbacia, escolhidos por segmento, cujas vagas são assim distribuídas: usuários (03 vagas), sociedade civil (03 vagas) e poder público municipal (02 vagas), formando um grupo de oito representantes. Na oportunidade também é eleita, por voto nominal, a representação Estadual e Federal que do total será escolhida entre todas as oito mais votadas já que o DNOCS e a SRH, por lei, são instituições natas do Comitê. Como são cinco microbacias com oito representantes cada, temos quarenta membros. Em relação as oito vagas do poder público estadual e federal no final serão computadas os mais votados que terão assento no Comitê.

No caso da Bacia do Salgado foi realizada a distribuição das 50 vagas do comitê pelas 5 microbacias, e dessa forma os delegados eleitos nos encontros regionais já eram confirmados como membros do comitê. Diferentemente das outras bacias, onde nos encontros municipais ou regionais, eram tirados um número bem maior de delegados, para depois no congresso da bacia serem escolhidos os membros.

Em função dessa diferença, no Comitê do Salgado, os representantes se identificam como "delegados do comitê". Já na formação dos outros comitês do Estado a fase de delegado era transitória apenas para entre eles elegerem os membros no Congresso. Dessa forma nos outros comitês de bacia do Ceará os representantes do Comitê se identificam como "membros do Comitê".

No dia 27/02/2002, em Mauriti, foi realizada uma reunião do plenário do Comitê do Salgado, para a definição da última versão do texto do Regimento Interno, que foi encaminhada à SRH, dia 18/03/2002. Após análise efetuada pelo CONERH, o Comitê foi oficialmente criado pelo Decreto nº 26.603, de 14 de maio de 2002.

A Reunião de Instalação do Comitê do Salgado ocorreu no dia 10/07/2002, no município de Crato. Nessa mesma reunião foi eleita a primeira diretoria do Comitê. O processo eleitoral foi conduzido por uma junta eleitoral, escolhida na reunião do Comitê, em 18/06/2002, sendo formada por Luís Clodoaldo Alves Lopes (coordenador), Francisco Maurício Barbosa; Humberto Francisco da Silva e José Tavares Soares. Na oportunidade foi inscrita apenas uma chapa, para

concorrer a eleição, que foi eleita com mandato de dois anos, composta por José Wilson Lacerda (Presidente), Jacinta Maria Leite Férrer (Vice-Presidente) e Pierre Maurice Gervaiseau (Secretário Geral).

O COMITÊ DO SALGADO NO MOMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Comitê de Sub-Bacia Hidrográfica do Salgado é presidido pelo Sr. José Patrício Pereira Melo, membro representante da Fundação Araripe, sob a representação da Sociedade Civil. O vice-presidente é o Sr. Antônio Alves de Araújo, membro representante da Associação de Classe dos Pequenos Irrigantes do Vale São Miguel, componente do segmento de Usuários e o secretário-geral o Sr. Carlos Alberto Teles Pinheiro membro representante da Escola Agrícola, inserido no segmento Poder Público Estadual.

O Comitê encontra-se no seu segundo mandato, sendo composto de 50 membros titulares com seus respectivos suplentes.

Tem como aspecto a ressaltar, o fato de que o Comitê apesar de estar no seu segundo mandato, ainda se encontra na fase de auto-organização. Sua atuação é voltada para a alocação negociada de água e a administração de conflitos; atua ainda com projetos de Vigilância Ambiental e Saúde com foco nos recursos hídricos integrados à Prefeitura Municipal. Também é membro do Grupo de Trabalho Multiparticipativo do Canal da Integração.

INSTITUIÇÕES MEMBROS QUE COMPÕEM O COMITÊ DO SALGADO POR SEGMENTO

USUÁRIOS (15)	SOCIEDADE CIVIL (15)
Fazenda Ribeirão Ltda – Brejo Santo/CE	Fed. das Ass. de Brejo Santo/CE
CAGECE – Jati/CE	CENTEC – CVT – Brejo Santo/CE
SAAE – Jardim/CE	STR – Jati/CE
CAGECE – Mauriti/CE	STR – Abaiara/CE
FECOMB – Barro/CE	Ass. de Condomínio Rur. Tasso Jereissati – Mauriti/CE
Ass. de Usuários de Cuncas – Barro/CE	Fundação Araripe – Crato/CE
Ass. Comunitária Padre Frederico – Crato/CE	Ass. dos Moradores de Caldas – Barbalha/CE
Ass. Comunitária Sítio Romualdo – Crato/CE	Ass. dos Biólogos do Cariri –
Ass. de Prod. Sítio Melo – Barbalha/CE	Fed. das Entidades Comunitárias – Crato/CE
Ass. dos Peq. Agric. do Dist. de Quitaiúis – Lavras da Mangabeira/CE	STR – Ipaumirim/CE
ADICOL – Icó/CE	STR – Icó/CE
CAGECE – Lavras da Mangabeira/CE	Pastoral da Juventude de Quitaiúis – Lavras da Mangabeira/CE
Colônia Z-31 de Pesca e Aquicultura do Aç. Olho D'água – Várzea Alegre/CE	STR – Granjeiro/CE
Colônia Z-29 de Pesca e Aquicultura de Cedro/CE	Ass. dos Usuários de Água do Aç. Ubaldinho –
Ass. de Classe dos Peq. Irrig. do Vale S. Miguel – Cedro/CE	Inst. Socio Com. da Agrov. De Ubaldinho – Várzea Alegre/CE
PODER PÚBLICO MUNICIPAL (10)	PODER PÚBLICO ESTADUAL E FEDERAL (10)
Pref. Mun. de Brejo Santo/CE	Escola Agrotéc. Fed do Crato/CE
Pref. Mun. de Porteirias/CE	IBAMA
Pref. Mun. de Milagres/CE	EMBRAPA
Pref. Mun. de Barro/CE	URCA – Crato/CE
Pref. Mun. de Juazeiro do Norte/CE	EMATERCE – Juazeiro do Norte/CE
Câmara Mun. de Crato/CE	20ª CERES – Crato/CE
Pref. Mun. de Lavras da Mangabeira/CE	CEFET – Juazeiro do Norte/CE
Pref. Mun. de Ipaumirim/CE	SEMACE – Crato/CE
Câmara Mun. de Cedro/CE	DNOCS – Crato/CE
Pref. Mun. de Cedro/CE	SRH – Fortaleza/CE
TOTAL DE INSTITUIÇÕES MEMBROS DO CBH SALGADO = 50	

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO SALGADO

Crato, 05 e 06 de agosto de 2004 (2º Seminário)

Várzea Alegre, 11 e 12 de novembro de 2004 (4º Seminário)

MISSÃO DO CBH

Promover a participação democrática da sociedade no processo decisório de gestão dos Recursos Hídricos, buscando o desenvolvimento sustentável da Bacia.

VISÃO DE FUTURO

- Em 2020, os CBHs estão fortalecidos, representativos e atuantes, participando nas deliberações e ações sobre a política de RH, em harmonia com a sociedade e órgãos gestores;
- Existe uma distribuição equitativa dos RHs entre os vários usos a todos os segmentos da população;
- A sociedade reconhece e participa do papel dos comitês nas políticas de gestão de RH e como instância para dirimir os problemas;
- As instituições conscientes do seu papel e bem representadas no CBH;
- Instituições parceiras participando integradas nas políticas de gestão de RH;
- Os instrumentos de gestão são implementados com participação dos comitês:
 - O comitê decide e acompanha a destinação dos recursos oriundos da cobrança;
 - CBH concebem, internalizam, aprovam e acompanham a execução dos planos de Bacia.

- Os CBHs funcionam plenamente com: infra-estrutura adequada e orçamento assegurado;
- CBH tem garantido apoio jurídico, técnico e administrativo para a gestão dos RHs;
- O meio ambiente é visto como um todo na integração e interligação de bacias e um percentual dos recursos arrecadados pela cobrança é destinado à sua recuperação na área da bacia;
- As redes de ensino divulgam o conhecimento dos potenciais de cada bacia;
- Existe uma instância colegiada dos CBHs.

VALORES

Compromisso: tomar para si a responsabilidade de fazer acontecer as ações pensadas pelo coletivo cumprindo os deveres.

Transparência: clareza nas ações dos CBHs e dos seus membros.

Respeito: conciliar as diferenças de idéias e ações buscando os consensos.

Coerência: agir com impessoalidade, respeitar as diferenças.

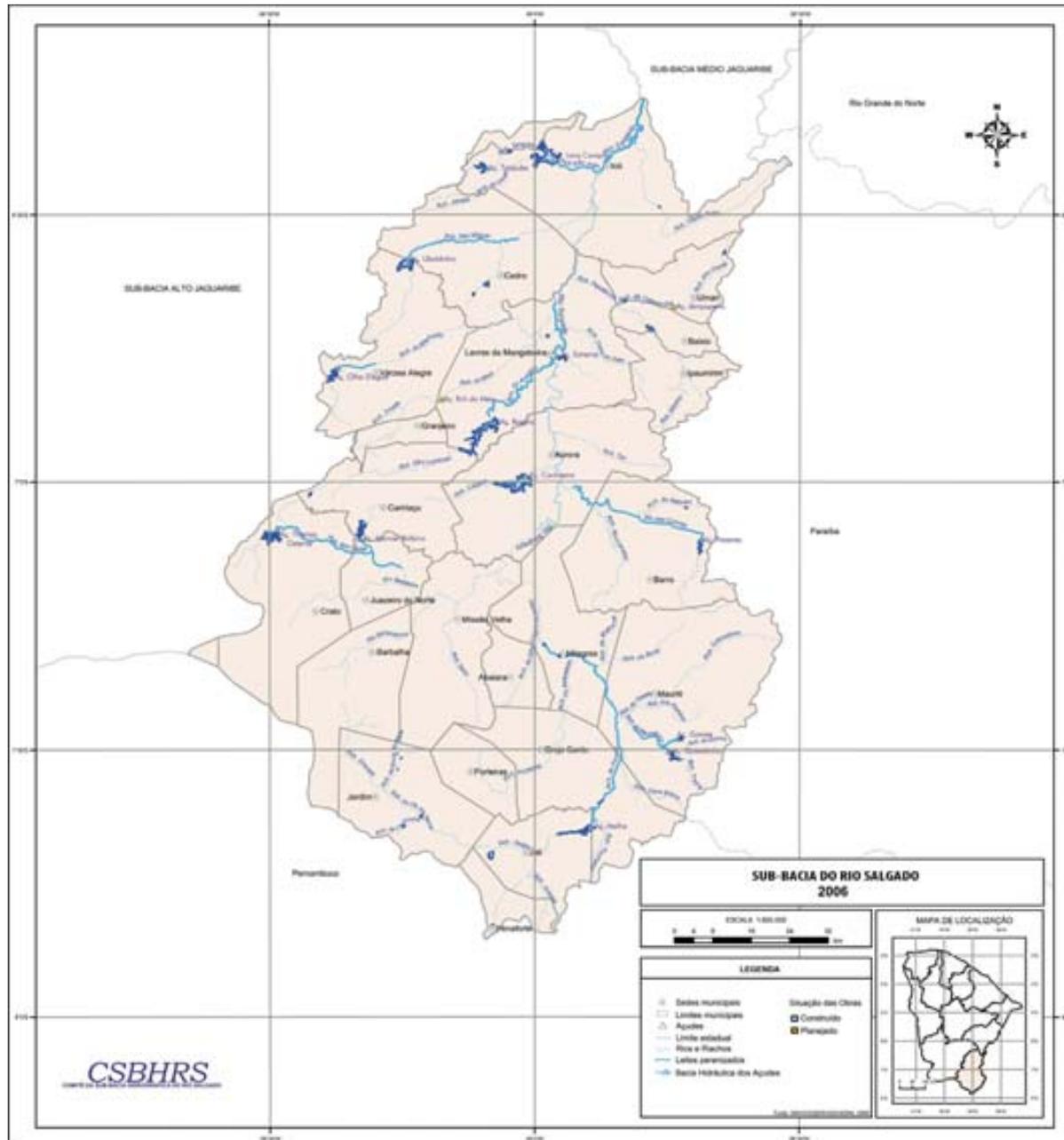
Representatividade: assegurar a participação dos vários segmentos.

Participação: exercício da cidadania como forma de inclusão social, fortalecendo a representatividade institucional.

Cidadania: cumprir e fazer cumprir a legislação de RH.

Ética: desempenhar de forma íntegra e imparcial todas as atribuições, respeitando os valores assumidos pelos CBHs.

GRUPOS DE INTERESSADOS	
Qual a relação desejada com as organizações interessadas na existência, estruturação e fortalecimento do CBH?	
PRINCIPAIS INTERESSADOS Formulação política Ex: SRH-MMA, SRH-CE, CONERH. Implementação das políticas Ex: ANA, COGERH, DNOCS, Prefeituras. Reguladores/ Fiscalizadores Ex: IBAMA, OAB, SEMACE, Ministério Público.	RELAÇÃO DESEJADA COM OS CBH Participação no processo decisório, transparência e confiança mútua.
Informação/ Assessoria Ex: FUNCEME, Secretarias Estaduais, Universidades.	Participação no processo decisório; acompanhar ações; participação efetiva nos comitês; confiança mútua e eficiência na informação.
Divulgação Ex: Imprensa Legislação Ex: Assembléia Legislativa, Congresso, CONERH.	Acolhimento preferencial das demandas do comitê; ação efetiva junto aos comitês; facilitar a ação de fiscalização/regulação; comitês de fiscalização formulam demandas qualificadas através de consensos técnicos.
Fomento Ex: BB, BNB, Fundações, ONG. Usuários Ex: CAGECE, SAAE, Cooperativas, Associações de Irrigantes, FIEC.	Disponibilidade/socialização de informações, clareza de informações dos órgãos; comunicação dos comitês com a sociedade através de meios de comunicação de massa; agilidade e oportunidade nas instruções e assessoria; capacitação contínua; prestar assessoria mediante demanda.
	Fidelidade, agilidade, acesso, divulgação das informações; qualificação da imprensa pelos CBHs.
	Canais de comunicação preferenciais.
	Articulação do comitê; oferecimento ordenado de demandas; estabelecimento de parcerias; clareza na prestação de contas.
	Participação efetiva; respeito às decisões do comitê; comunicação; defesa dos interesses dos usuários no comitê; estímulo à participação; imparcialidade com relação aos usuários; relação ética entre as partes.



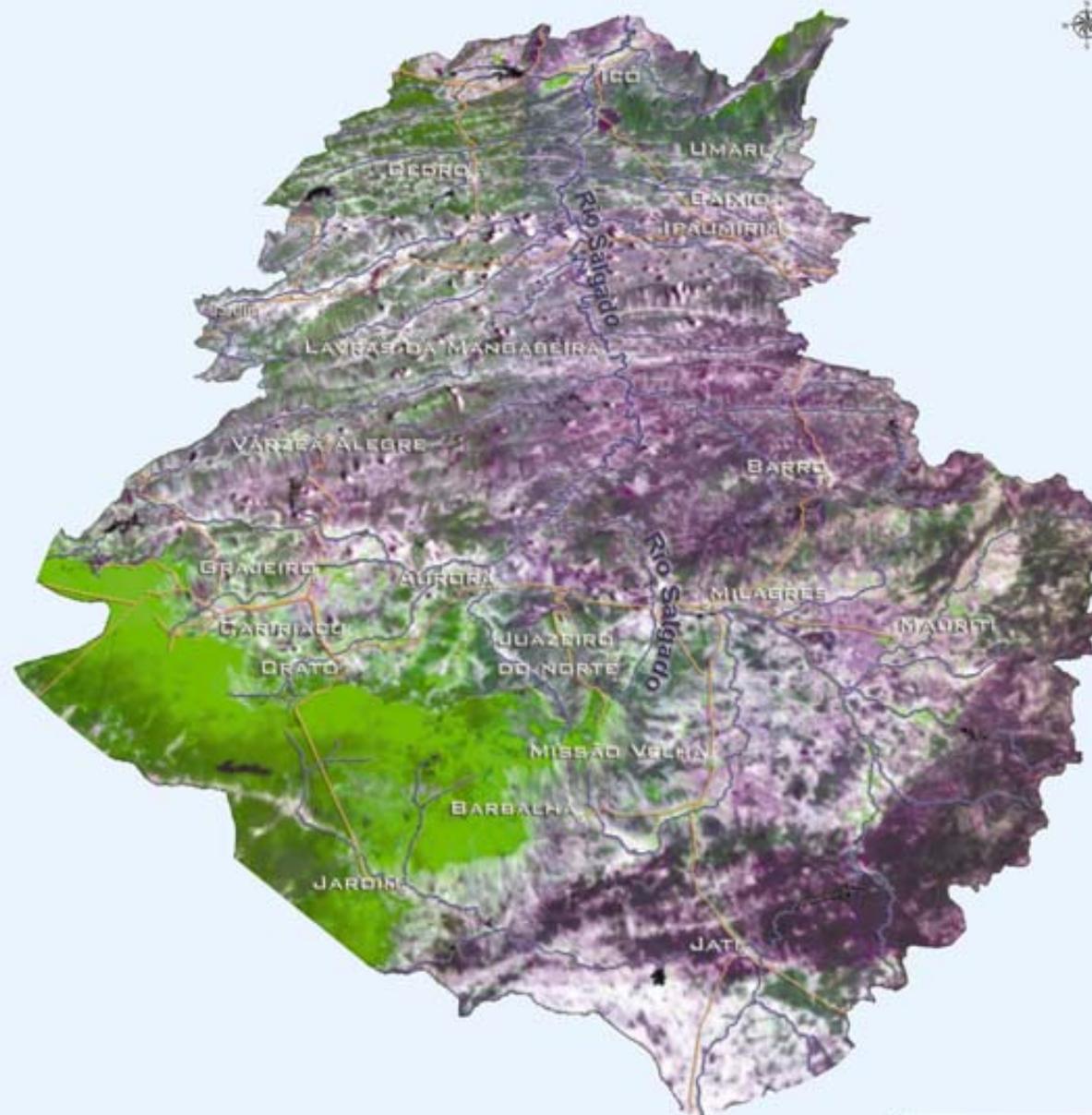


IMAGEM DE SATÉLITE
CBERS 2 - 2005

AMBIÊNCIA EXTERNA

Oportunidades

- Regulamentação da pesca e organização dos pescadores;
- Período de defeso respeitado;
- Reflorestamento em discussão;
- Organização de usuários e sociedade civil;
- Fontes de água nas encostas;
- Atuação de particulares na defesa da mata ciliar;
- Potencial do vale de Cuncas e rio Salgado;
- Atuação das comissões de açudes;
- Educação ambiental;
- Investimentos do Programa Nacional do Meio Ambiente;
- Monitoramento e acompanhamento dos RHs;
- Comercialização de água mineral;
- Crescimento e promoção do ecoturismo;
- Indústria balneária;
- Transposição de Bacia;
- Prática da pesca intensiva em gaiolas.

Ameaças:

- Aumento das queimadas;
- Redução dos RHs por desperdício;
- Pesca predatória;
- Ausência de Plano Diretor nos municípios;
- Diminuição da vazão das fontes;
- Fontes privadas/ comércio de água;
- Conflitos no uso da água;
- Transformação de cacimbões em fossas;
- Obras hídricas não licenciadas;



Educação Ambiental

- Retirada desordenada de areia e pedra para uso da construção civil;
- Retirada indiscriminada de fósseis;
- Especulação imobiliária;
- Poluição: ausência de saneamento; fontes (Caldas); agrotóxicos; resíduos industriais;
- Desmatamento: Riacho dos Porcos; Abaiara; Nascentes e mata ciliar;
- Desconhecimento da legislação pela sociedade;
- Erosão no sangradouro do açude Rosário.

AMBIÊNCIA INTERNA

Pontos Fortes

- Democratização;
- Planejamento participativo;
- Avanço na educação ambiental dos membros do comitê;
- Integração com outros comitês em nível nacional;
- Institucionalização;
- Amadurecimento do comitê como grupo de gestão;
- Participação efetiva de alguns membros;
- Existe plano de bacia do Jaguaribe;
- Nível satisfatório de preparação dos delegados no conhecimento de suas realidades específicas.

Pontos Fracos

- Pouco entrosamento entre instituições do Comitê;
- Autonomia relativa do Comitê;
- Falta de participação do Comitê nas Microbacias;
- Plano de bacia do comitê do Jaguaribe desconhecido;
- Diretoria do comitê com poucos membros;
- Falta de informação para a comunidade;
- Falta de compromisso de alguns delegados;
- Falta de comunicação e integração do Comitê;
- Estrutura não adequada para funcionamento;
- Falta de determinação para captação de recursos;
- Desmotivação;
- Mobilização social insatisfatória;
- As ações planejadas não são realizadas;
- Falta inter-relação entre os Comitês do Estado;
- Falta de recursos para melhor desenvolver as atividades;
- Baixa capacitação para gerenciar conflitos.

ESTRATÉGIAS

- Garantir a própria infra-estrutura e autonomia;
- Articular parcerias com instituições e movimentos sociais na busca dos objetivos do Comitê;
- Desenvolver e implementar instrumentos de comunicação entre todas as instâncias do SIGERH e com a população;
- Estimular a participação efetiva de todos os membros do Comitê;
- Incentivar a implementação dos instrumentos de gestão em consonância com a valorização econômica e social da água;

- Envolver a comunidade (oficinas, atividades educacionais, elaboração e execução de projetos comunitários) para a solução de problemas locais;
- Intensificar a educação ambiental, articular projetos e participar deles;
- Fortalecer a capacitação específica para os membros do Comitê.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES BÁSICAS

Estrutura mínima de funcionamento

Sala; computador e-mail, internet; material de expediente; telefone-fax; auxiliar administrativo e correspondência mensal.

Reuniões Ordinárias

- 04 reuniões de um dia por ano
- Material de expediente e equipamentos
- Deslocamento e hospedagem: instituições que não possam pagar inscrevem-se na Diretoria
- Alimentação nos mesmos moldes atuais.

Processo de Renovação do Comitê

- Comissão eleitoral (02 reuniões)
- Eleições ocorrerão nas reuniões das microbacias
- Congresso de Renovação
- Reunião de posse e eleição (coincidindo com reunião ordinária)

Capacitação para os membros do CBH

Promover oficina sobre o Plano da Bacia para os membros do CBH.
Promover cursos para os membros do Comitê sobre princípios e instrumentos de gestão.

Promover visitas técnicas aos mananciais para os membros do CBH.

Comunicação/ Informação

1. Convênio com emissoras de rádio para programas educativos – informativos;
2. Elaborar material informativo (impresso e audiovisual);
3. Participar de exposições feiras e eventos com estandes;
4. Implantar página na internet/ correio eletrônico do comitê;
5. Elaborar boletim informativo bimestral.

AÇÕES POR ORDEM DE PRIORIDADE

1. Provocar audiências públicas nas Câmaras Municipais na área da CBH;
2. Incentivar a realização da Semana da Água nas escolas (Dia Mundial da Água);
3. Realizar visitas aos municípios com representantes da diretoria e delegados locais com proposição de parcerias;
4. Promover a fixação de placas de divulgação em mananciais e reservatórios com dados sobre potencial e limites de contaminação;
5. Realizar palestras nas escolas em conjunto com JES, CREDE e Secretarias de Educação, Secretarias do Meio Ambiente, Saúde etc;
6. Convidar a PGJ para mobilizar ou indicar um representante do Ministério Público para acompanhar as ações do CBH;
7. Convidar as instituições membros para apresentar, nas reuniões ordinárias, suas instituições e programas;

8. Realizar Seminário sobre RH para lideranças sindicais e comunitárias por Microbacias;
9. Promover campanha educativa sobre instrumentos de gestão;
10. Promover cursos para os membros do Comitê e para professores dos diferentes níveis sobre princípios e instrumentos de gestão;
11. Realizar aulas de campo sobre a ocorrência de água subterrânea e sobre fluxo e armazenamento de águas superficiais para os multiplicadores municipais;



Açude Ubaldinho - Município: Cedro

12. Visitar instituições para viabilizar parcerias e convênios;
13. Promover encontro estadual dos Comitês;
14. Oferecer curso sobre qualidade de água e doenças de veiculação hídrica;
15. Promover oficinas para as comunidades sobre conservação do solo e uso racional da água;
16. Disponibilizar bancos de dados técnicos – científicos aos membros do CBH;
17. Criar comissão para revisar o regimento interno e elaborar normas;
18. Promover gincanas com jovens sobre as questões da água;
19. Incluir na pauta do Comitê capacitação em legislação, com textos;
20. Colóquios temáticos com periodicidade mensal em parceria com instituições membro.

CSBH SALGADO: MEMBROS QUE PARTICIPARAM DOS SEMINÁRIOS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO			
NOME	INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	SEGMENTO
André Barreto Esmeraldo Dorimedonte Teixeira Ferrer Filho Maria Célia Rocha Araújo Patrícia Nery do Nascimento José Rinaldo Nascimento	C M de Crato P M de Lavras da Mangabeira C M de Cedro P M de Cedro P M de Barro	Crato Lavras da Mangabeira Cedro Cedro Barro	PODER PÚBLICO MUNICIPAL
Paulo Roberto Silva Pessoa Assilon Lindoval Carneiro de Freitas Antônio José Câmara Fernandes Raimundo Ferreira de Sousa Francisco Jackson Antero de Sousa José de Araújo Pereira Adriano Augusto Parente Santos	URCA 20ª CERES SRH E A F de Crato IBAMA - APA/ARARIPE CEFET SEMACE	Crato Crato Fortaleza Crato Crato Juazeiro do Norte Crato	PODER PÚBLICO ESTADUAL E FEDERAL
Raimundo Sebastião da Silva José Patrício Pereira Melo José Márcilio dos Anjos Feitosa José Domingos da Silva Humberto Barros Freire Antônio Santos de Lima José Wilson de Lacerda Rosa Cruz Macedo Erociano Furtado de Oliveira	Sind. dos Trabalhadores Fundação Araripe Pastoral da Juv. do Distrito de Quitaús FEC STR STR Ass. de Condomínio Rural Tasso Jereissate Ass. dos Biólogos do Cariri Federação das Associações	Abaiara Crato Lavras da Mangabeira Crato Jati Icó Mauriti Santana do Cariri Brejo Santo	SOCIEDADE CIVIL
Francisco Maurício Barbosa Paulo Dirceu Bezerra de Moraes Antônio Luiz Pereira Antônio Alves de Araújo Francisco Amadeu Saraiva João Ulisses Filho e Joelma Maria Rodrigues Antônio Bezerra Franco Heraldo Ferreira Cabral João Danilo Alves José Martins Filho Liana de Holanda Nogueira Vicente Pinto M. Lobo	CAGECE ASPAQ Colônia Z 31 de Pesca e Aquicultura Assoc. de Classe dos Peq. Irrig. do Vale São Miguel Assoc. Com. Sítio Romualdo Assoc. de Produtores Sítio Melo Colônia Z 29 de Pesca e Aquicultura SAAE FECOMB ADICOL CAGECE CAGECE	Juazeiro do Norte Quitaús Várzea Alegre Cedro Crato Barbalha Cedro Jardim Barro Icó Mauriti Lavras da Mangabeira	USUÁRIO
Marta Rilva Duarte de Oliveira Maria Eliane Sampaio Cortez Nivaldo Soares de Almeida Antônio Francisco da Silva Francisco Germano F. dos Santos José Yarley de B Gonçalo Antônio J. Filho Cícera Vânia M. Maia Manuela Brito Helena Sílvia Stênio Rolim de Oliveira Francisco José Maria Eliana de Lima Paulo Lincoln Mattos Luiz Martins Claire Anne V. de Sousa Francisco Francivaldo Cruz Cícero Cosmo Rodrigues Manoel Bezerra de Lima Maria Pereira Bezerra Perpétua Braga Costa de Oliveira Ivo Pereira da Cruz Geralda Furtado de Lacerda Nélcia Turbano de Santana Francisco José da Cruz Oliveira Adolfo Átila Cabral Moreira Alex Josberto Andrade Sampaio Erivan Anastácio de Souza Francisco Uderman P. Macedo Gabryela de Holanda Massimiliano Barletta José Eldon Meneses Linhares	CAGECE COGERH COGERH ISCA STR COGERH Colônia Z 29 de Pesca e Agricultura Secretaria Municipal do Meio Ambiente Fundação Araripe Fundação Araripe Fundação Araripe Fundação Araripe COGERH SINAPSE - Consultório - COGERH COGERH EAF Agrovia Waldinho Agrovia Waldinho Câmara Municipal de Cedro - - SAAE Fazendas Riberão Ltda. CENTEC CVT COGERH DNOCS SEDEMA - PM de Juazeiro do Norte - Associação dos Moradores de Caldas 20ª CERES	Lavras da Mangabeira Fortaleza Crato Várzea Alegre Milagres Crato Cedro Crato Crato Crato Crato Fortaleza Boa Vista Crato Crato Crato Várzea Alegre Várzea Alegre Cedro Crato Crato Jardim Brejo Santo Brejo Santo Crato Icó Juazeiro do Norte Mauriti Barbalha Crato	CONVIDADOS

Bacias Hidrográficas das Regiões do Litoral, Coreaú e da Parnaíba.

O planejamento estratégico representa um processo de fortalecimento dos Comitês das Bacias Hidrográficas existentes à época da sua realização. As Bacias Hidrográficas do Litoral e do Coreaú encontram-se em trabalho de formação dos seus respectivos comitês, não havendo por conseguinte um nível de organização pró-comitê que justificasse o seu envolvimento com o planejamento estratégico, já que tal ferramenta trabalha a ambiência interna e externa do colegiado avaliando os pontos fortes e fracos e as oportunidades e ameaças que se apresentam perante o desempenho da entidade submetida ao processo tendo como foco o estabelecimento de diretrizes, estratégias e planos de ação para a sustentabilidade desses organismos de bacias.

A parte da bacia do rio Parnaíba em território cearense é formada por trechos das sub-bacias dos rios Poty e Longá cujo trabalho organizacional dos usuários para a formação do Comitê de Bacia, por integrar uma bacia de rio federal e portanto da responsabilidade da ANA - Agência Nacional de Águas, ainda não se iniciou. Estão em andamento os procedimentos para a gestão compartilhada dos recursos hídricos com o Estado do Piauí sob interveniência da ANA, onde foram realizados estudos e levantamentos de demandas de água e de novas intervenções na bacia estando em fase de conclusão o estabelecimento do marco regulatório que disciplinará as ações hídricas da região considerada. Naturalmente, o planejamento estratégico como ferramenta de administração da organização que foi adaptada ao Comitê de Bacias Hidrográficas que são ligados de co-gestão com objetivo de fortalecimento institucional, exige que esses colegiados possuam experiências/ações que devam ser avaliadas e conseqüentemente, retroalimentados se necessário. Espera-se que em época oportuna esses novos comitês venham a realizar seus planejamentos estratégicos. Apresenta-se para essas regiões hidrográficas uma caracterização hídrica de forma resumida para conhecimento das reservas superficiais de água e de alguns aspectos fisiográficos dessas áreas.

Bacia Hidrográfica do Litoral

Esta região hidrográfica, com área de drenagem de 8.619km², engloba as Bacias do Aracatiçu (3.415km²), Mundaú (2.227km²), Aracati-Mirim (1.565 km²), Trairi (556km²) e Zumbi (193km²), além de uma Faixa Litorânea de Escoamento Difuso (FLED) de 663 km².

Seus principais reservatórios são: Santo Antônio de Aracatiçu(24,3hm³), Mundaú (21,3hm³), São Pedro da Timbaúba (19,2hm³) e Poço Verde (13,6hm³). Estes quatro açudes têm capacidade para acumular cerca de 80% do volume máximo previsto para os sete reservatórios monitorados pela COGERH nesta Bacia, que é de 98,3hm³.

Bacia Hidrográfica do Coreaú

Esta região hidrográfica tem 10.657km², englobando tanto a bacia drenada especificamente pelo rio Coreaú e seus afluentes, com 4.446km², como também o conjunto de bacias independentes adjacentes que variam de pouco mais de 125km² (Córrego da Poeira) até próximo de 1.850km² (Timonha). O rio Coreaú nasce da confluência dos riachos Jatobá e Caiçara, oriundos do sopé da serra da Ibiapaba, e desenvolve-se (praticamente no sentido sul/norte) por 167,5km até o Oceano Atlântico. Este rio possui baixas declividades, especialmente na sua metade final. Seu principal afluente é o rio Itacolomi, merecendo citação, também, o riacho Juazeiro (SRH/Consórcio MW- Engesoft, 2000).

Essa região apresenta três feições bem distintas: a parte montanhosa corresponde ao planalto da Ibiapaba e a serra da Meruoca, onde a pluviosidade de média anual supera 1.100mm, motivada principalmente por fatores orográficos; uma área de sertão, com todas as características do semi-árido nordestino; e uma faixa litorânea marcada pela presença de muitas lagoas e lagoas.

Em termos de acumulação existem poucas obras, sendo que até o ano de 1992 existiam apenas dois reservatórios públicos, o Tucunduba (41,4hm³) e o Várzea da Volta (12,5hm³), segundo consta no Diagnóstico do PLANERH(SRH, 1992). Somente nos últimos anos é que foram construídos açudes de maior expressão, tais como: Itaúna (77,5hm³), Gangorra (62,5hm³) e Angicos (56,0hm³). Estes cinco açudes têm capacidade para acumular cerca de 84% do volume máximo desta Bacia, que é de 297,1hm³. (PLANERH, 2005).

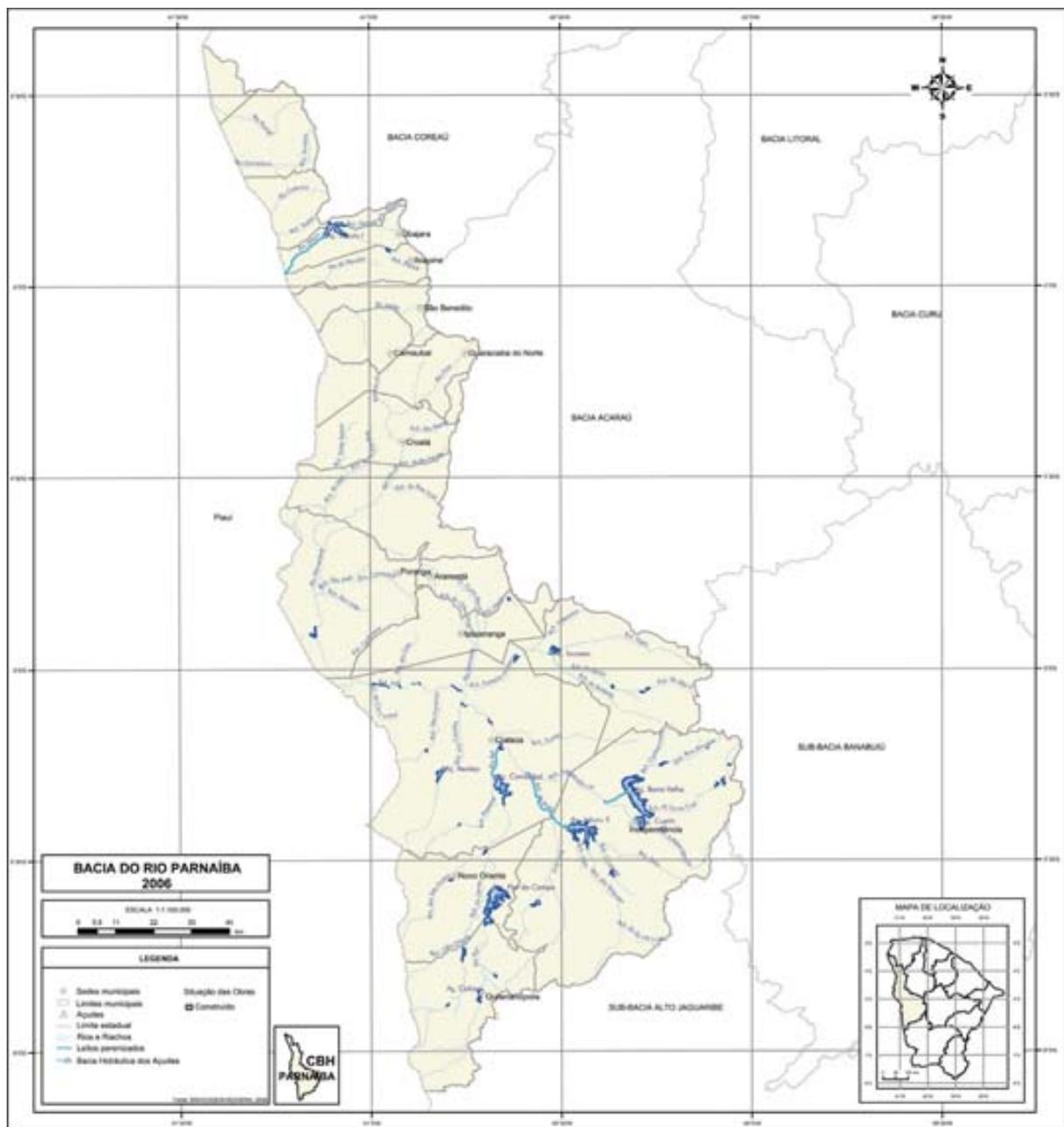
Bacia Hidrográfica do Parnaíba

Apenas uma pequena área de 16,901km² da Bacia do Parnaíba é parte integrante do território cearense (bacias dos rios Poti e Longá). Enquanto o rio Poti atravessa zonas com altos índices de aridez, o mesmo não acontece com a região drenada pelo rio Longá, situada mais a norte, sobre o planalto da Ibiapaba.

Nesta chapada os altos índices pluviométricos e os solos de natureza sedimentar conferem aos cursos d'água desta área regime de semipermanência, muito raro na região Nordeste.

Engloba as bacias dos rios Poti e Macambira (14,377km²) e o conjunto de 8 sub-bacias independentes pertencentes à bacia dos rios Longá/Pirangi (2.524 km²). A bacia do Poti é a única das bacias principais não integralmente contidas no Ceará: suas águas também interessam ao Estado do Piauí. Representa cerca de 5% da área de drenagem do rio Parnaíba.

Na bacia drenada pelo rio Parnaíba em território cearense, os principais açudes são: Jaburu I (210,0hm³), Jaburu II (116,0hm³), Flor do Campo (111,3hm³), Barra Velha (99,5hm³) e Carnaubal (87,7hm³). Estes cinco açudes têm capacidade para acumular cerca de 93% do volume máximo previsto para os nove reservatórios monitorados pela COGERH nesta Bacia, que é de 673,8hm³.



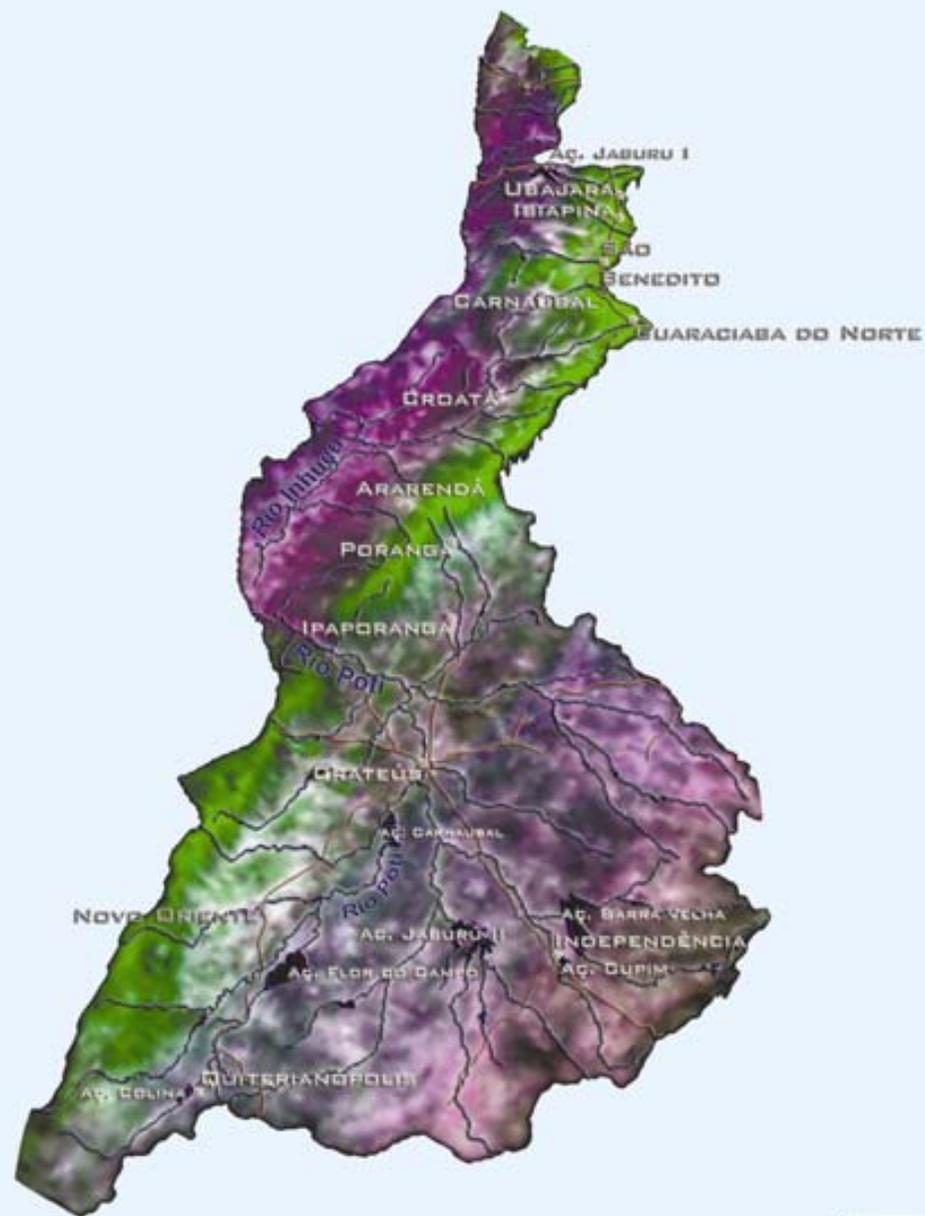


IMAGEM DE SATÉLITE
CBERS 2 - 2005

I - ENDEREÇOS DAS SECRETARIAS EXECUTIVAS DOS CBHS

CSBH Baixo Jaguaribe

Secretaria Executiva do Comitê – COGERH – Rua Coronel Antônio Joaquim, 1296 – Centro - Limoeiro do Norte/CE. Fone: (88) 3423-5000 - CEP 62.930-000.

CSBH Alto Jaguaribe

Secretaria Executiva do Comitê – COGERH – Rua 13 de Maio, 853 - Centro - Iguatu/CE. Fone: (88) 3581-0800 - CEP 63.500-000.

CSBH Médio Jaguaribe

Secretaria Executiva do Comitê – COGERH – Rua Coronel Antônio Joaquim, 1296 – Centro - Limoeiro do Norte/CE. Fone: (88) 3423-5000 - CEP 62.930-000.

CBH Curu

Secretaria Executiva do Comitê – COGERH – Rua Eufrásio Lopes Sales, 930 – Pentecoste/CE. Fone: (88) 3352-2323 - CEP 62.640-000.

CSBH Banabuiú

Secretaria Executiva do Comitê – COGERH – Rua Miguel Pinto, 346 – Centro Quixeramobim/CE. Fone: (88) 3441-4482 - CEP 63.800-000

CSBH Salgado

Secretaria Executiva do Comitê – COGERH – Rua André Cartaxo, 454– Centro Crato/CE. Fone: (88) 3523-6302 - CEP 63.100-170

CBH Metropolitanas

Secretaria Executiva do Comitê – COGERH – Rua Adualdo Batista, 1550 - Cambéba - Fortaleza/CE. Fone: (85) 3218-7662 - CEP 60.830-080

CBH Acaraú

Secretaria Executiva do Comitê – COGERH – Av. Dom José, 208 – Centro - Sobral/CE. Fone: (88) 3614-7522 - CEP 62.011-100

II - ENDEREÇOS DOS ÓRGÃOS GESTORES

SRH – Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará

Av. Gen. Afonso A. Lima S/N – Ed. SEDUC – Bloco C – 1º e 2º Andares – Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Bairro Cambéba – Fortaleza/CE - CEP: 60.819-900

Fones: (85) 3101.3994 / 3995 / 3997 – Fax(85): 3101.4049

site: www.srh.ce.gov.br

COGERH – Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos

Rua Adualdo Batista, 1550 – Cambéba – Fortaleza/CE – CEP: 60.830-080

Fone: (85) 3218.7020

site: www.cogerh.com.br

III - ENDEREÇOS DAS GERÊNCIAS REGIONAIS DA COGERH

GERÊNCIA DA BACIA DO POTI-LONGÁ

GERENTE: FRANCISCO RODRIGUES PESSOA DOS S. JÚNIOR

Rua Gustavo Barroso, 756 – Centro

Crateús - CE

CEP: 63.700-000

Fone: (88) 3391.4027

e-mail: gerenciacrateus@cogerh.com.br

GERÊNCIA DAS BACIAS DO ACARAÚ E COREAÚ

GERENTE: VICENTE LOPES FROTA

Rua Dom José, 208 - Centro

Sobral - CE

CEP: 62.011-100

Fone: (88) 3614.7522

e-mail: gerenciasobral@cogerh.com.br

GERÊNCIA DAS BACIAS DO CURU E LITORAL

GERENTE: FERNANDO GENIPO C. FERNANDES

Rua Eufrásio Lopes Sales, 930 - Centro

Pentecoste – CE

CEP: 62.640-000

Fone: (85) 3352.2323

e-mail: gerenciapentecoste@cogerh.com.br

GERÊNCIA DAS BACIAS DO MÉDIO E BAIXO JAGUARIBE

GERENTE: FRANCISCO ALMEIDA CHAVES

Rua Antônio Joaquim, 1296 – Centro

Limoeiro Do Norte – CE

CEP: 62.930-000

Fone: (88) 3423.5000

e-mail: gerencialimoeiro@cogerh.com.br

GERÊNCIA DA BACIA DO SALGADO

GERENTE: JOSÉ YARLEY DE B. GONÇALVES

Rua André Cartaxo, 454 - Centro

Crato – CE

CEP: 63.100-170

Fone: (88) 3523.6302

e-mail: gerenciacrato@cogerh.com.br

GERÊNCIA DA BACIA DO ALTO JAGUARIBE

GERENTE: MARIA MARGARIDA PEREIRA DA SILVA

Rua 13 de Maio, 853 - Centro

Iguatu - CE

CEP: 63.500-000

Fone: (88) 3581.0800

e-mail: gerenciaiguatu@cogerh.com.br

GERÊNCIA DA BACIA DO BANABUIÚ

GERENTE: JOSÉ HAROLDO NOGUEIRA PEIXOTO

Rua Dr. Miguel Pinto, 346 - Centro

Quixeramobim - CE

CEP: 63.800-000

Fone: (88) 3441.4482

e-mail: gerenciaquixeramobim@cogerh.com.br

GERÊNCIA DAS BACIAS METROPOLITANAS

GERENTE: BERTHYER PEIXOTO LIMA

Rua Adualdo Batista, 1550 - Cambéba

Fortaleza - CE

CEP: 60.830-080

Fone: (85) 3218.7663

e-mails: berthyer@cogerh.com.br / gerenciafortaleza@cogerh.com.br